



Mestrado em Ciências Jurídicas Forenses

Ana Rita Parreira Charlin

Relatório de Estágio Curricular no Ministério Público na Comarca de Setúbal

Relatório de Estágio apresentado à
Faculdade de Direito da Universidade
Nova de Lisboa para obtenção de grau de
Mestre em Direito.

Orientador:

Professor Doutor Frederico Costa Pinto

Supervisão do MP:

Sr.^a Procuradora Adjunta Dr.^a Dulce Costa

Abril, 2015



Mestrado em Ciências Jurídicas Forenses

Ana Rita Parreira Charlin

Relatório de Estágio Curricular no Ministério Público na Comarca de Setúbal

Relatório de Estágio apresentado à
Faculdade de Direito da Universidade
Nova de Lisboa para obtenção de grau de
Mestre em Direito.

Orientador:

Professor Doutor Frederico Costa Pinto

Supervisão do MP:

Sr.^a Procuradora Adjunta Dr.^a Dulce Costa

Abril, 2015

DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

“ Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e da minha exclusiva autoria. Todos os elementos e citações alheios estão devidamente identificados.”

À minha mãe pelo amor e incansável apoio.

À minha irmã gémea pelo incentivo constante e os certos conselhos.

Às colegas do mestrado pela amizade.

Ao tio pelo patrocínio prestado.

Ao Professor Frederico Costa Pinto pela orientação do relatório.

À Senhora Procuradora Adjunta Dr.ª Dulce Costa pelos conselhos, orientação e acolhimento e a

todos os funcionários do Tribunal Judicial de Setúbal.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAFDL- Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

ANSR- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

ASAE- Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica

C.C- Código Civil

CEDH- Convenção Europeia dos Direitos do Homem

COJ- Conselho dos Oficiais de Justiça

CP- Código Penal

CPI- Código da Propriedade Industrial

CPP- Código de Processo Penal

CRP- Constituição da República Portuguesa

CSM- Conselho Superior da Magistratura

CSMP- Conselho Superior do Ministério Público

DGAJ- Direcção Geral da Administração da Justiça

DPP- Direito Processual Penal

Dr.^a- Doutora

EIR- Equipas de Intervenção Rápida

EMP- Estatuto do MP

GNR- Guarda Nacional Republicana

LOIC- Lei de Organização da Investigação Criminal

MP- Ministério Público

NIC- Núcleo Operacional Cirotécnico

OPC- Órgãos de Polícia Criminal

PA- Procurador(a) Adjunto(a)

PGD- Procurador-Geral Distrital

PGR- Procuradoria-Geral da República

PR- Procurador da República

PJ- Polícia Judiciária

PSP- Polícia de Segurança Pública

SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SPP- Suspensão Provisória do Processo

Sr.^a- Senhora

VD- Violência doméstica

MODO DE CITAR

- a. As citações do presente relatório referem-se a obras, a jurisprudência ou informações disponíveis *on-line*. Na sua citação foi adoptado o sistema automático de referências do Word no estilo ISSO 690- autor e data. As páginas de referência são assinaladas ao longo do texto.
- b. Na bibliografia final todas as obras são referenciadas de acordo com as normas nacionais pelo Instituto Português da Qualidade-NP 405. As obras que digam respeito a autores estrangeiros são referenciadas em conformidade com as referências bibliográficas internacionais elaboradas pela ISO- (International Standardization Organization).
- c. Os documentos de *web-site* designadamente, páginas *on-line* de consulta de acórdãos estão também devidamente identificados através de titular, título do documento, tipo de suporte, local de publicação, data e o acesso.
- d. O texto do relatório não segue as regras do novo acordo ortográfico, sendo esta uma escolha pessoal da autora.
- e. Os artigos citados no presente texto referem-se ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-lei n.º 78/87 de 17 de Fevereiro, posteriormente alterado pela última Lei n.º 20/2013, de 21 de Fevereiro. As normas de outros diplomas legais estão devidamente assinaladas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO E MOTIVAÇÕES PESSOAIS.....	1
I. MP: ESTRUTURA E CARACTERIZAÇÃO	
1. Princípios orientadores.....	3
2. Caracterização do MP.....	4
3. Funcionamento do MP na Instância Local da Comarca de Setúbal	5
II. ACTIVIDADES PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO	
1. Aproximação Geral ao Estágio.....	9
2. Análise dos relatórios anuais: 2009-2013.....	11
3. Aproximação à realidade dos Magistrados do MP.....	21
4. Acompanhamento de diligências.....	28
a) Tramitação Processual- Fase Inicial e Fase de Julgamento.....	28
b) Operações da PSP.....	48
5. Acção de Formação	54
6. Consulta e análise de processos-crime.....	55
a) Fases Processuais.....	55
b) Processos-crime consultados- Case studies.....	59
c) Entrevista: A incidência dos crimes rodoviários (Subcomissária Andreia Gonçalves).....	67
III. ANÁLISE E PROBLEMATIZAÇÃO DE QUESTÕES PRÁTICAS SURGIDAS DURANTE O ESTÁGIO	
1. A Reforma Judiciária.....	73
a) Objectivos.....	73
b) Virtualidades e obstáculos da Reforma.....	75
2. A relação entre OPC e M.P.....	82
3. O arquivamento dos processos e a subsequente abertura de instrução.....	90
a) Fase de Instrução.....	93
b) Entrevista: O Acto de Arquivamento (Dr. ^a Ana Margarida Santos, Sr. ^a Procuradora da República)	98
CONCLUSÃO.....	100
BIBLIOGRAFIA.....	103
ANEXOS.....	106
I- Esquema da Tramitação dos Inquéritos.....	107
II- Case Studies	108
III-Levantamento de processos-crime arquivados.....	110
IV-Dados estatísticos dos Relatórios Anuais- Movimento Processual da fase de Instrução.....	111
V- Gráficos quanto ao requerimento de abertura de instrução.....	112
VI- Novo Mapa Judiciário.....	114
VII- Guião da entrevista.....	115

Declaro que o corpo do trabalho, incluindo espaços e notas, ocupa um total de
206.270 caracteres.

PALAVRAS-CHAVE: Actuação do MP, tramitação processual, processos sumários, inquérito, acusação, instrução, julgamento, arquivamento, reforma judiciária, OPC e MP, crimes rodoviários.

RESUMO

O presente relatório traduz quatro meses de estudo sobre as actividades no Ministério Público junto da Instância Local da Comarca de Setúbal, iniciado no mês de Setembro de 2014 e concluído em Dezembro do mesmo ano.

Este relatório foi redigido considerando todas os ensinamentos dos cursos de direito penal e direito processual penal, doutrina, jurisprudência e toda a vivência prática experienciada com os magistrados do MP.

Neste âmbito, o respectivo estágio curricular proporcionou o contacto com distintos momentos processuais: a fase de inquérito que permitiu conhecer melhor o desenrolar da tramitação dos processos sumários; a distribuição do expediente dos processos urgentes; a fase de instrução, no que respeita ao impulso processual do assistente e do arguido; e a fase de julgamento. Esta última fase permitiu contactar com diferentes tipos de crimes mormente os crimes rodoviários e o crime de violência doméstica. A análise levada a cabo aos processos sumários no serviço do MP permitiu adquirir informação relevante para explicar a incidência dos crimes rodoviários.

Serão abordados temas que foram encontrados no decorrer do estágio nas várias fases processuais, como a implementação do novo mapa judiciário.

A relação entre o Ministério Público e os Órgãos de Polícia Criminal foi também um tema a abordar.

O trabalho também sensibiliza para a questão dos arquivamentos no sentido de perceber qual a posição do assistente face aos mesmos.

KEYWORDS: Performance of the public ministry, procedure, summary proceedings, investigation, prosecution, investigation, filing, prosecution, judicial reform, police agencies and criminal prosecutors, road crimes.

ABSTRACT This report represents four months of study on activities in the public prosecution service at the Local Instance of Setúbal judiciary district, started in September 2014 and completed of the same year.

This report was prepared considering all the teachings of criminal law courses and criminal procedural law, doctrine, jurisprudence and all the practical experience experienced with prosecutors. In this context, their traineeship provided contact with different procedural stages: the investigation stage that allowed to understand better the progress of the processing of summary proceedings; the expedient distribution of urgent cases; the investigation stage, as regards the procedural impulse assistant and the accused; and the trial stage. This last phase allowed contact with different types of crimes especially road crimes and the crime of domestic violence. The analysis carried out the summary proceedings in the Public Ministry service would acquire relevant information to explain the incidence of road crimes.

Topics will be addressed that were found on stage during the various procedural stages, as the implementation of new judicial map. The relationship between the prosecution and the Criminal Police Bodies was also an issue to be addressed. The work also raises awareness of the issue of archives in order to find out the position of assistant.

INTRODUÇÃO E MOTIVAÇÕES PESSOAIS

O presente relatório surge no âmbito do Estágio Curricular requisito da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de mestre em Direito na especialidade das ciências jurídicas forenses. A elaboração de um relatório é uma das três vias possíveis para a conclusão do mestrado, sendo que no trabalho de estágio tende-se a privilegiar o contacto directo com a realidade utilizando a observação como uma forma de pesquisa. Este foi sem dúvida o principal factor pela escolha desta via, porque as outras duas não me seriam completamente satisfatórias.

Para mim, o desafiante na realização de um estágio curricular é acompanhar o dia-a-dia dos operadores judiciais no sentido de pôr em prática aquilo que o direito processual e penal pretende concretizar.

Para além disso, parece-me ser uma mais valia estar em contacto tanto com os funcionários como com os magistrados e ver como actuam no âmbito das suas funções.

Também percebi que ao escolher o estágio poderia encontrar questões de interesse jurídico-penal. Foi este aliás, o principal motivo para querer fazer o estágio no MP.

Em primeira mão, quis perceber as dificuldades que este órgão enfrenta tanto no âmbito da investigação como na articulação de forças com os OPC. Também foi minha intenção explorar a questão dos arquivamentos, como forma de tentar perceber o porquê do processo acabar ali na fase de inquérito, assim como, a importância da intervenção do assistente.

Por outro lado, também seria muito enriquecedor pôr à prova os conhecimentos anteriormente adquiridos, tanto na licenciatura como na recente fase lectiva do mestrado, particularmente nas disciplinas de direito penal e direito processual penal especial.

Por fim, a opção pelo estágio profissional permitiria o contacto real e directo com a magistratura do MP e as várias realidades processuais, o que motivou a minha escolha.

Pelo exposto e atendendo ao interesse pela magistratura do MP surgiu a oportunidade de realizar um Estágio de natureza curricular nos Serviços do Ministério Público na Instância Local da Comarca de Setúbal (Secção de Competência Criminal).

I.MP: ESTRUTURA E CARACTERIZAÇÃO

1.Princípios Orientadores

O Ministério Público como qualquer outra magistratura é conduzido por princípios orientadores da sua acção. Dos vários existentes, há princípios que devem ser destacados.

Há que destacar, em primeiro lugar, **o princípio da legalidade**, que se traduz desde logo na obrigatoriedade que tem em promover a acção penal assim que tenha conhecimento da notícia do crime para que, em seguida, deduza acusação e sustente-a¹. Este princípio surge nos termos do seu próprio Estatuto², (n.º 2 do artigo 2.º), por se entender que o Ministério Público é um órgão que controla a sua actividade. Este princípio advém de outros com igual pendor constitucional, como refere António Cluny, *“o princípio da legalidade ...resulta de princípios igualmente constitucionais, que estipulam a universalidade dos direitos, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, e dos que asseguram a todos o acesso aos tribunais...”*³.

O princípio do acusatório é um dos princípios basilares que está na base da actuação do Ministério Público. Ao se adoptar este princípio está-se a assegurar o carácter isento, objectivo e independente da decisão judicial. A finalidade que se pretende alcançar no âmbito da sua investigação será conseguida com isenção, objectividade e imparcialidade mediante um órgão independente. Para que tal se concretize é importante que a entidade julgadora não possa ter também funções de investigação e de acusação- próprias daquele órgão. Assim, o MP investiga e acusa e o juiz julga e aprecia a conduta do arguido.

Existem, porém, princípios mais específicos no âmbito das fases processuais, que interessam aqui referir. Interessa em particular **o princípio da aplicação mínima e extraordinária**, segundo o qual a liberdade é em si um bem jurídico constitucionalmente protegido, e por isso o mesmo só pode ser restringido

¹ Veja-se o artigo 53.º do CPP.

² Diploma aprovado pela Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, alterado pela Lei n.ºs 52/2008, de 28 de Agosto.

³ Cluny,1997, p.36.

resultado de uma aplicação extraordinária⁴, tal como se pode inferir do n.º2, do artigo 191.º do CPP.

É uma situação que ocorre sempre que for desencadeado o processo- *nullum crimen nulla pena sine processum*. O que significa que exista **o princípio da necessidade da existência de um processo**⁵ para definição e aplicação das medidas de coacção.

Sendo a fase de investigação uma fase em que estão em causa os direitos e interesses dos sujeitos processuais, mormente os do arguido, há que ter em conta também **o princípio do segredo de justiça**⁶. Este é um princípio fundamental para que a investigação prossiga sem obstruções e com objectividade.

Nas palavras do Professor Frederico Costa Pinto, “ *A vigência do segredo de justiça nas fases preliminares do processo penal é plurissignificativa no plano axiológico: trata-se, por um lado, de um mecanismo destinado a garantir a efectividade social do princípio da presunção de inocência do arguido, durante fases processuais que ainda estão cronologicamente distantes do julgamento...*”⁷.

O segredo de justiça na sua vertente externa procura garantir a presunção de inocência do arguido visado no processo de forma a dar-lhe a prerrogativa de um processo justo, conforme o n.º 2, do artigo 32.º da CRP.

2. Caracterização do MP

É próprio de um Estado de Direito a consagração de um sistema orientado na defesa dos direitos dos cidadãos, tal como vem expresso na nossa lei fundamental⁸.

O Ministério Público (MP) é o órgão responsável na defesa desses direitos.

As atribuições deste órgão repartem-se por diversos campos, em que se inclui a representação do Estado, dos incapazes e incertos, no exercício da acção penal,

⁴ Beleza, 1993, p. 89.

⁵ Idem, p.90.

⁶ Veja-se o n.º 2, do artigo 86.º do CPP.

⁷ Pinto, 2004, p.71.

⁸Alínea b,) do artigo 9.º, da CRP.

abrangendo a direcção da investigação, a promoção da legalidade e o exercício de funções consultivas.

Ao promover o processo vai actuar em colaboração com o tribunal tendo como finalidade última a descoberta da verdade material em estreita obediência à lei.

A intervenção primordial deste órgão vai corresponder à representação do Estado e defesa da legalidade, à luz do artigo 280.º da CRP⁹.

O MP exerce a acção penal em representação de uma comunidade e não enquanto representante de um executivo; sendo titular do exercício da acção penal, em várias fases processuais, a sua actividade vai ser de grande relevância já que a mesma não se limita à dedução da acusação, passando também, pela utilização do recurso quando assim se justifique, bem como na promoção da execução da pena.

Os magistrados são sempre responsáveis do ponto de vista disciplinar e criminal, tendo por base os termos do artigo 414.º do Estatuto do Ministério Público (EMP).

3.Funcionamento do MP na Instância Local da Comarca de Setúbal (Secção de Competência Criminal)

O serviço do MP tem as suas instalações na Instancia Local da comarca de Setúbal, instalado no Palácio de Justiça. Este foi inaugurado em 20 de Setembro de 1993 na rua Cláudio Lagrange, e situa-se na zona central da cidade.

A secretaria do Ministério Público é composta por uma secção central e duas secções de inquéritos.

Na secção central dá se a entrada e registo de todos os papéis, a distribuição processual, o controlo dos arquivos, o apoio contabilístico ao secretário técnico, o tratamento de inquéritos contra desconhecidos, que tem uma subdivisão própria e a informação dos objectos apreendidos. Aqui está destacada uma magistrada que remete os inquéritos para a secção central dos juízos criminais das instâncias locais

⁹Segundo Alberto dos Reis, “o Ministério Público é um representante do estado e é órgão da lei”, o que significa que na promoção da acção penal o mesmo vai estar subordinado ao princípio da legalidade. (Reis, 1905, p.276)

onde posteriormente serão distribuídos segundo uma ordem preestabelecida aos magistrados.

Já nas outras duas secções que dizem respeito à tramitação dos inquéritos, também se trata das cartas precatórias e dá-se apoio logístico aos magistrados junto dos juízos especializados criminais. Cada secção é composta por três letras de inquéritos: A,B,C. No entanto existem mais duas especializadas- a letra Z e V.

A letra Z corresponde aos inquéritos de ambas as secções relativos à investigação de crimes de violência doméstica, maus-tratos e contra a liberdade e autodeterminação sexual.

A letra V corresponde a todos os inquéritos de ambas as secções, relativos à investigação de crimes violentos contra a vida intra-uterina, assim como os relativos aos crimes de homicídio, sequestro, rapto, tomada de reféns, roubo, violência depois de subtracção e averiguação da causa de morte.

Para além destes serviços prestados neste tribunal ainda existe o atendimento ao público por um PA todas as quartas-feiras.

Composição da Comarca de Setúbal:

a) Das Pessoas

-Magistrados

Ao Departamento de Investigação e Acção Penal de Setúbal estão afectos 1 Procuradora da República (a Coordenadora e signatária) e 16 PA (Procuradores Adjuntos) (9 na Sede em Setúbal, 3 em Sesimbra, 2 em Santiago do Cacém e 2 em Grândola).

À Instrução Criminal de Setúbal está afecta 1 Procuradora da República (PR).

À Instância Local Criminal de Setúbal estão afectos 5 PA (nas Instâncias Locais de Sesimbra, Santiago do Cacém e Grândola, os PA que fazem os julgamentos singulares são os mesmos que integram o DIAP).

À Instância Central de Setúbal (que tem competência para os Colectivos de toda a comarca) estão affectos 2 PR.

-Funcionários do MP

O quadro dos funcionários do departamento do MP é composto por um técnico de justiça principal, nove técnicos de justiça adjuntos, 12 técnicos de justiça auxiliares, um assistente administrativo principal e dois estagiários.

b) Dos equipamentos

Todos os magistrados e funcionários dispõem de um computador sendo que a maioria profere despachos em ambiente” citius” e todo o trabalho das secretarias é realizado em ambiente” habilus”.

As seguintes entidades não integram o Tribunal, no entanto são intervenientes importantes.

-Forças Policiais

A cidade de Setúbal pertence à área territorial da competência da PSP, e a restante área territorial pertencente ao concelho de Palmela da competência da GNR.

Para além destas forças policiais existe, ainda, instalado em Setúbal:

- Um departamento de Investigação Criminal da PJ;
- Um núcleo de investigação criminal da autoridade tributária e aduaneira¹⁰;
- Um comando da Polícia Marítima;
- Uma delegação regional do SEF;
- Um destacamento da unidade nacional de trânsito da GNR e um destacamento fiscal;

No âmbito dos contactos formais entre o MP e os OPC existe um manual de boas práticas.

¹⁰ Segundo o relatório anual do MP de 2013, este centro de investigação criminal da S.S é assegurado pelo núcleo de Lisboa.

-Gabinete médico-legal forense da Península de Setúbal

Competências:

As principais competências deste gabinete são a realização de exames e perícias em pessoas, para descrição e avaliação de danos provocados na integridade psicofísica nomeadamente no âmbito do direito penal, civil e do trabalho, bem como, a realização de perícias de psiquiatria e psicologia forenses.

Também se realizam autópsias médico-legais respeitantes a óbitos ocorridos nas comarcas integradas na sua área de actuação. Assim como procede à colheita de amostras para exames complementares laboratoriais.

Sua importância:

Este é um gabinete de extrema importância na medida em que as perícias são efectuadas mediante determinação do MP ou por marcação directa pelos OPC. Estes têm indicações expressas nesse sentido para todos os casos de denúncia ou de apresentação de queixa por ofensas à integridade física grave, qualificada ou simples, dolosa ou negligente, bem como nos crimes de violência doméstica e sempre que haja notícia de agressão.

Assim, cabe ao MP determinar se o arguido deve ser sujeito a eventual exame laboratorial a fim de se conseguir uma prova bastante que servirá como meio de prova, se o caso assim o requerer.

Tal como refere Paulo Pinto de Albuquerque, a perícia “ é um meio de prova que visa a avaliação de vestígios da prática do crime com base em especiais conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos”¹¹. Portanto, não se está perante um qualquer conhecimento, mas antes perante um conhecimento sobre o estado de arte em determinada área, requerendo-se especialistas como psicólogos forenses, médicos, etc.

Quando o magistrado do MP indica qualquer técnico especializado a realizar determinada perícia, deve ponderar se está perante casos que invoquem os limites

¹¹Albuquerque, 2010, p. 457.

resultantes dos direitos à integridade física bem como à privacidade¹². O que se pretende proteger e preservar é a integridade física no sentido e nos termos dos normativos já invocados, ou seja, pretende-se que com a realização da perícia não se comprometa nem agrida a integridade física do arguido- o que significa que com o simples acto da recolha de ADN não implique posteriormente, a essa realização, uma diminuição do seu estado físico e mental.¹³

Portanto, face a todo o exposto, devem ser tidos em conta todos estes aspectos na ponderação do recurso a uma eventual perícia a um arguido, de forma a minimizar os riscos de se incorrer em irregularidades processuais.

II. ACTIVIDADES PRÁTICAS DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

1- APROXIMAÇÃO GERAL AO ESTÁGIO

No dia em que se assinou o protocolo a Sr.^a Procuradora Adjunta, Dr.^a Dulce Costa fez cumprir as apresentações às instalações do tribunal como forma de integração ao local de estágio. Começou por me apresentar os juízes e depois alguns dos magistrados do MP e de seguida os funcionários deste departamento.

A fase preliminar do estágio teve início no dia em que se celebrava o recomeço dos trabalhos por parte dos magistrados depois das férias judiciais. Este recomeço das actividades ficou marcado pela introdução do novo mapa judiciário.

Tal como fez salientar o Presidente desta Instância Local, esta renovação, que é antes de mais, uma opção política, veio alterar significativamente do ponto de vista material e formal o funcionamento daquele tribunal.

Desta feita tornou-se essencial perceber quais as modificações que a Reforma Judiciária veio introduzir, em particular no dia -a- dia de trabalho dos magistrados do MP.

Darei cumprimento a essa explicação em momento posterior quando abordar em específico a reforma judiciária na segunda parte do presente trabalho. Muito sinteticamente, esta reforma visa a concentração de um maior número de

¹² Veja-se o n.º1, dos artigos 25.º e 26.º da CRP e artigos 3.º e 8.º da CEDH.

¹³ Nas palavras de Paulo Pinto de Albuquerque, “a avaliação de vestígios humanos para identificação do ADN é um exame, mas a sua comparação com o ADN de outras pessoas é uma perícia”. Assim, está-se a falar de uma prova pericial na medida em que há detecção de vestígios que necessariamente vão exigir especiais conhecimentos científicos. (Albuquerque, 2010 p. 457)

competências especializadas num só tribunal de forma a reduzir custos, dando cumprimento a um plano internacional de ajuda externa.

Início dos Trabalhos

Tomado o plano delineado e tendo em consideração a opinião da supervisora de estágio iniciaram-se os trabalhos, tendo estes uma série de etapas.

O plano de estágio começou por se realizar através da consulta dos relatórios anuais referentes ao período entre 2009 e 2013, no sentido de reunir dados que pudessem ser úteis para a compreensão da movimentação dos processos, designadamente o número de inquéritos que entraram nestes serviços (incluindo as letras especializadas) assim como a sua posterior tramitação até à fase de julgamento.

A consulta desses relatórios permitiu ter elementos suficientes para a formulação de gráficos no âmbito dessas fases processuais e consequentemente perceber o que era apontado de relevante nas investigações e o que poderia ser melhorado. O estudo foi particularmente importante na medida em que me deu uma concreta noção do vasto leque dos crimes praticados na comarca.

Propus-me a analisar dados estatísticos referentes ao número de inquéritos entrados, os inquéritos concluídos, a pendência e a suspensão provisória.

Na fase de instrução, a que foi requerida pelo arguido e pelo assistente no que respeita a processos findos do ano anterior, e os entrados nesse ano, os findos no despacho de pronúncia e no despacho de não pronúncia.

A seguinte análise tem como objectivo conhecer a movimentação processual no âmbito das três fases processuais, procurando dar respostas a eventuais problemas que decorram nessas fases. Na análise da movimentação processual ao longo de um período concreto (2009-2013) vai-se conhecer em termos estatísticos, por exemplo, no âmbito da instrução, quem a requer, e qual o desfecho processual desses requerimentos, isto é, se o arguido foi ou não pronunciado.

Noutra óptica, vai-se conhecer a resposta do requerimento apresentado pelo assistente, que de acordo com o estudo feito, é na sua esmagadora maioria das vezes recusado por ser legalmente inadmissível em plena violação dos n.ºs 2 e 3 do artigo

287.º, e alíneas b) e c) do n.º 3, do artigo 283.º, ambos do CPP, assim como do n.º5, do artigo 32.º da CRP.

Não tecendo mais considerações a este respeito, até porque este será um tema objecto de uma análise mais específica, a seguinte análise diz respeito, apenas, aos relatórios anuais entre 2009 e 2013.

1. Análise dos Relatórios Anuais: 2009 - 2013

a) O que são?

Os relatórios anuais contêm os elementos mais relevantes quanto à descrição das instalações, da competência e organização desta magistratura, bem como das actividades que foram sendo desenvolvidas. A par destas actividades é também feita menção por parte de outros magistrados de dados quanto ao tipo de crimes praticados nesse ano, os protocolos realizados entre esta entidade e outras parcialmente conexas, os constrangimentos sentidos nessas parcerias e em geral no funcionamento da estrutura do tribunal.

b) Para que servem?

Os relatórios são a “alma” do tribunal no que toca à sua estrutura organizativa até às problemáticas existenciais bem como as necessidades sentidas por todos os operadores judiciais. Servem para dar a conhecer, a qualquer pessoa que o consulte, seguindo esta uma visão abrangente, todo o trabalho realizado naquele tribunal no âmbito dos inquéritos, da instrução e dos julgamentos, como também na transcrição de todas as actividades relevantes ali prosseguidas, como é exemplo no ano de 2013 a elaboração do manual de boas práticas referente às relações entre MP e OPC's.

c) Análise crítica e estudo estatístico das 3 fases processuais

A fim de perceber o movimento processual anual dos serviços do MP, referente ao período compreendido entre 2009 e 2013, elaborei uma tabela (anexo 4) relativa aos processos em fase de instrução.

Fase de Inquérito

A pesquisa dos Relatórios Anuais foi essencialmente prática tanto qualitativa (na leitura dos relatórios de actividades) como quantitativa (na análise de dados estatísticos).

Desde o período de 2009 até 2013 o movimento processual sofreu algumas alterações. No ano de 2009 o movimento foi muito reduzido devido à mudança operada no 3º juízo criminal, que por iniciativa do Conselho Superior da Magistratura (CSM) a actividade e o modo operacional dos juízos criminais foi organizado em moldes semelhantes a uma pequena instância criminal. Observou-se 10.313 novos inquéritos, face a 11.579 do ano anterior. O que em termos percentuais significa uma diminuição de cerca de 10%.

Já 2010 foi o ano em que se observou uma descida significativa face ao ano anterior pelo que se verificou 7474 novos inquéritos.

O período de 2011 foi o que registou um maior número de movimentos de novos inquéritos entrados na secção central em comparação com os restantes anos. Assim e fazendo uma análise rigorosa, registaram-se 11.096 novos inquéritos.

Em 2013 o movimento não teve alterações anormais pelo que se verificou 10.461 novos inquéritos.

A comarca de Setúbal é uma das maiores comarcas do país, a seguir a Lisboa, Porto, Sintra e Vila Nova de Gaia¹⁴. O número de inquéritos entrados, por exemplo, em 2009 correspondeu a cerca de 5% do total nacional. Neste ano os magistrados findaram 1108 inquéritos, deduziram 980 acusações em processo sumário, 89 em processo abreviado, foi requerida 232 vezes a aplicação de pena em processo sumaríssimo, e decidiram 68 suspensões provisórias do processo (SPP).

Já em 2010 verificou-se 1001 processos que seguiram para sumário, 296 para abreviado e 389 processos sumaríssimos.

O aumento significativo de utilização do processo sumaríssimo a partir de 2010 e a subsequente diminuição de processos na fase de julgamento aliviou os juízos

¹⁴Relatório Anual do MP de 2009 citado.

criminais. O volume de trabalho continuou a ser excessivo face aos meios humanos existentes, especialmente, de funcionários. Aqui é manifesta a insuficiência do número de magistrados para dar resposta, quer ao volume de trabalho, quer à normal complexidade dos processos.

Em 2011, 2012 e 2013 os dados relativos à dedução de acusação e à aplicação da SPP mostram-se muito semelhantes, não sendo necessário referi-los.

No que diz respeito à pendência, esta, é quase sempre elevada ao longo de todo o período analisado, sendo de comentar a verificada em 2010 em que se observou 5273 inquéritos pendentes.

Observando os relatórios no período compreendido entre 2009 e 2013 pode-se concluir que pese embora o número de processos movimentados ser diferente de ano para ano, o critério da pendência apresenta-se quase sempre igual, sendo de assinalar o ano de 2011 onde se obteve 3437 face a 2625 de processos pendentes em 2012. Para além disso, e contribuindo para a morosidade processual nesta instância está a saída de três técnicos de justiça adjuntos.

A morosidade processual está associada a vários factores entre eles, reportando-me unicamente à comarca de Setúbal pode-se evidenciar as deficiências encontradas ao nível das chefias, a carência de funcionários e por fim o elevado absentismo.

Apesar destas limitações é de assinalar o esforço dos magistrados na conclusão dos inquéritos. As pendências dos inquéritos e o seu tempo de duração média mantiveram tendência acentuada para diminuir, assim em 2009 registaram-se 11.153 e em 2012 um total de 10.065 processos findos. Por outro lado, os inquéritos findos em 2012 superaram os entrados (cerca de 9358), ou seja, uma diminuição da pendência em quase 17%.

Por último, é de assinalar que em 2011 começou a funcionar em pleno a letra especializada, criada em 2010 nesta comarca. Foram distribuídas à letra, para o crime contra a liberdade e autodeterminação sexual, 42 inquéritos e os restantes 147 para o crime de violência doméstica e maus-tratos.

Em conclusão, o volume do número de inquéritos movimentados apresenta-se quase sempre elevado. É o crescente número populacional, a extensão das áreas

rurais circundantes das zonas urbanas e o aumento da criminalidade que inevitavelmente conduzem a um maior volume de processos registados.

Fase de Instrução

A fim de perceber o movimento processual da fase de instrução tive em atenção a tabela 3 que consta no anexo IV.

Apesar da presente análise se basear em métodos quantitativos, através dos números que constam na tabela, outros dados são necessários sobretudo para a delimitação do seu universo.

O movimento processual nesta fase, à semelhança da anterior, aparece em alguns casos com grandes assimetrias. Assim, por comparação entre o ano de 2009 e 2013, tem-se um aumento de instruções requeridas pelo arguido de 39 para 83, o que se demonstra normal tendo em consideração o crescente número de inquéritos entrados nesse período. Tendo por referência o ano de 2009, pode-se verificar que de um total de 39 instruções, 18 foram pronunciadas e as restantes ficaram pendentes. Conforme tabela 3 anexada, na maioria dos casos o encerramento da instrução dá lugar a uma decisão de pronúncia do arguido pelos factos descritos na acusação.

Estes permitem deduzir que a quase totalidade dos processos em fase de instrução, requerida pelo arguido concluem pela admissibilidade legal de abertura de julgamento, estando por isso verificados os pressupostos da acusação. Por outro lado, também permite concluir que o arguido é o sujeito processual que mais interveio nesta fase. Em observância à tabela, e por referência ao ano de 2012 pode-se verificar que o arguido fez 73 requerimentos e o assistente apenas 31.

O valor enunciado tem uma explicação que a seu tempo evidenciarei com mais detalhe.

Para além disso, os dados também permitem esclarecer que a maioria dos requerimentos apresentados pelo assistente são peremptoriamente rejeitados pelo Juiz de Instrução Criminal (JIC), por se tratar de “erros” formais e materiais. O JIC nestas situações faz uma detalhada e fundamentada justificação da rejeição. Esta rejeição foi enquadrada na categoria de “outros motivos”.

Um dos exemplos, e com o qual tive contacto, nomeadamente no âmbito da consulta das decisões instrutórias, consiste no não pagamento da taxa de justiça.

Fase de Julgamento

No âmbito desta fase processual importa conhecer o movimento dos processos em sede de tribunal colectivo, singular e de júri, depois deve-se atender aos processos especiais e os números relativos à pendência.

Ora, em 2009 observou-se no que respeita aos tribunais singulares 2735 processos movimentados, e ficaram pendentes para o ano seguinte cerca de 3623.

Nesse ano, os magistrados deduziram 620 acusações para julgamento perante tribunal singular, 77 perante tribunal colectivo, 89 em processo abreviado, 230 em processo sumaríssimo e decidiram 56 SPP.

Seguindo o período entre 2009 e 2013 é de assinalar o ano de 2011 quanto aos processos movimentados, em primeiro lugar devido ao elevado número de processos julgados perante tribunal colectivo, cerca de 193, e segundo pelo inesperado aumento de julgamentos em tribunal singular, cerca de 3861 processos.

No que respeita à pendência dos julgamentos, as estatísticas mostram que em quase todos os anos há um volume bastante considerável de processos por resolver.

Por referência ao ano 2010, pode-se verificar 5273 processos pendentes face a 3082 registados em 2012. Os restantes anos tiveram uma variação dita normal, não tecendo quaisquer anotações a esse respeito.

No que tange aos julgamentos o êxito dos valores de processos findos julgados nos anos em análise resulta das alterações introduzidas neste tribunal no âmbito dos equipamentos. Observou-se um aumento significativo em 2009 na utilização do equipamento de gravação de som, trazendo celeridade às sessões de julgamento.

Para além disso, as diligências realizaram -se com recurso aos novos meios de teleconferência mas a sua utilização foi, ainda assim, pouco frequente. E num segundo prisma, da boa e eficiente gestão da distribuição das poucas salas existentes neste tribunal.

Por outro lado pode-se concluir, através dos dados disponíveis, que existe um maior número de julgamentos perante tribunal singular do que perante tribunal colectivo. Neste contexto surgiu o interesse de saber porque tal ocorreria.

A competência dos tribunais colectivos e singulares vem regulamentada nos artigos 14.º e 16.º do CPP.

Ao olhar para estes dois normativos consegue-se perceber os critérios para a competência entre um e outro.

Segundo o disposto no artigo 14.º do CPP- a competência é do tribunal colectivo se se estiver perante processos cuja matéria penal respeitem a crimes presentes no título III e no Capítulo I do título V do livro II do CP; sempre que os processos respeitem a crimes que impliquem um resultado doloso ou agravado e em que se está a julgar a morte de uma pessoa; ou então por que se trata de crimes cuja pena aplicável é superior a 5 anos e a mesma não possa ser julgada em processo sumário¹⁵. Por sua vez, compete ao tribunal singular julgar os processos que não caibam em outras espécies de tribunais. Quando assim não for a competência é do tribunal singular.

Quanto à estrutura do tribunal é de referir que ao longo de todo o período analisado, no âmbito da fase de julgamento, raros foram os casos em que se observou estar perante o tribunal de júri.

Só é chamado a intervir por solicitação dos sujeitos processuais, e paralelamente, da lei quando se esteja perante crimes onde seja aplicada abstractamente uma pena superior a 8 anos de prisão, ou por se tratar de crimes contra a humanidade ou segurança do Estado.

O tribunal de Júri há muito que está presente entre nós, mas foi reintroduzido¹⁶ em 1975 com muita cautela precisamente pelo facto de o mesmo ter estado tanto tempo ausente no nosso ordenamento jurídico¹⁷. Também por esse factor, o funcionamento deste tribunal ficou dependente de requerimento da acusação pelo MP, assistente ou defesa.

¹⁵ Desde Agosto de 2014 com a decisão proferida pelo TC que se torna inconstitucional o julgamento sob a forma sumária, processos cujo crime tenha uma pena igual ou superior a 5 anos.

¹⁶ O tribunal de júri foi abolido em 1927 por várias décadas.

¹⁷ Beleza, 1993, p.63.

O júri aprecia a culpa e a fixação da pena, ou seja, tem uma intervenção muito directa na apreciação e no julgamento dos crimes. Os tipos de crime que aí se discutem são aqueles que vêm previstos no título III e no capítulo I do título V do livro II do CP e na Lei Penal Relativa às Violações do Direito Internacional Humanitário. Portanto, quando se fala numa composição de um tribunal de júri deve-se ter em consideração os tipos de crime levados a julgamento.

É comum associar este tipo de tribunal à resolução de crimes de estupro, tráfico de droga, fogo posto ou homicídio.

É de se notar de um estudo feito pelos auditores de justiça que o arguido é mais frequentemente condenado nos casos em que ele próprio requer o júri do que nos casos em que o júri é requerido pelo MP¹⁸.

A conclusão que se pode retirar deste dado é a de que as expectativas iniciais do arguido quando o mesmo solicita o tribunal de júri saem por vezes completamente frustradas, pois o tribunal de júri faz uma apreciação da culpa e da fixação da pena, e o resultado pode efectivamente não ser o esperado.

Em suma, o número relativo aos processos julgados em tribunal de júri é sempre menor face aos demais. É a vontade dos sujeitos processuais, aliada ao desvalor da conduta do agente acrescida do tipo de crime que impedem a intervenção do júri.

Últimas Considerações

Em 2009, ponderou-se a instalação de uma comarca judicial no Concelho de Palmela.

A criação de uma comarca judicial em Palmela prende-se com o facto de o volume de trabalho deste Concelho¹⁹ ter sido avaliado em cerca de 50% do total previsto no Círculo. Como se percebe as freguesias mencionadas contêm índices populacionais elevados.

De acordo com os dados do INE, a população no Concelho de Palmela era em 2011 (últimos censos) de 62.831 habitantes.

¹⁸ Idem, p.68.

¹⁹ Este Concelho abrange Palmela, Pinhal Novo, a União de Freguesias de Poceirão e Marateca e Quinta do Anjo.

As áreas são de facto muito extensas, e têm também necessidades de intervenção muito diferentes com grandes assimetrias populacionais, e normalmente com zonas ainda de características rurais.

d) Criminalidade predominante

De uma forma global podem agrupar-se três tipos de criminalidade conforme as alíneas j), l) e m) do artigo 1.º, do CPP.

Assim, prevê a alínea j), uma criminalidade violenta, que abarca as condutas atentatórias à vida, integridade física, liberdade pessoal, etc., e que supõe uma pena igual ou superior a 5 anos; alínea l) especialmente violenta, quando as condutas são puníveis com pena de prisão igual ou superior a 8 anos; alínea m) altamente organizada, quando as condutas assentam em crimes de associação criminosa, tráfico de armas, estupefacientes, branqueamento, etc.

Apesar desta trilogia acerca da criminalidade, pode-se desenvolver dois outros grupos: a criminalidade não organizada e a criminalidade organizada e de especial complexidade.

A primeira está associada a uma criminalidade cometida por indivíduos envolvendo pequenos furtos ou roubos não abrangendo grupos de grande dimensão ou com operações em grande escala. Está-se, portanto, a referir a uma criminalidade que está em oposição à criminalidade altamente organizada.

Para perceber qual a criminalidade que mais se investiga no DIAP da comarca de Setúbal, procedi ao levantamento dos crimes que são cometidos em maior número.

Como pude observar através dos dados dos Relatórios Anuais, os crimes rodoviários, de tráfico de estupefacientes, roubo, furto, ofensas à integridade física, e de violência doméstica dão lugar a um número de inquéritos muito superior em comparação com crimes como a corrupção, a fraude fiscal ou o branqueamento de capitais.

Com base nos Relatórios, constatei que predominam os ilícitos relativos à referida criminalidade de rua- tais como roubos a estabelecimentos comerciais, furtos a automóveis, a materiais com alto valor económico como o cobre.

Para além destes, também se fez constar do relatório de 2010 que no Concelho de Palmela predomina outro tipo de criminalidade associada ao consumo de álcool,

sendo frequente a participação dos crimes rodoviários- uma das preocupações nesta comarca. Mas também é conhecido um índice elevado de crimes de maus-tratos, violência doméstica- na camada mais velha da população, incêndio e ilícitos criminais associados a conflitos de vizinhança.

A toxicod dependência que alastra pelo Concelho de Palmela e Setúbal está na origem de muitos dos crimes praticados nesta comarca designadamente no que toca aos crimes contra o património e contra as pessoas, como roubos e furtos²⁰.

Estes dois crimes não se confundem, na medida em que a forma como são praticados é distinta, pois no furto, a utilização da força física sobre o lesado não se verifica, já no roubo a utilização dessa força faz parte do acto de execução do crime. Por outro lado, tal como refere José de Faria Costa “ *o furto vê-se como uma alteração ilegítima e insustentável daquela ordenação pré- estabelecida, e por isso, susceptível de censura jurídico-penal*”²¹.

Este critério aponta assim para uma valoração de bem jurídico que se consubstancia num pedaço de realidade que merece protecção jurídico-penal.

Portanto, o que interessa não é o título de propriedade como é configurado noutros tipo de crime²², mas antes a especial relação que se deve manter entre o detentor da coisa e a própria coisa.

Já o roubo, sendo um crime ligado ao uso de violência física, ocorre normalmente em circunstâncias inesperadas. O bem jurídico tutelado é a propriedade.

O tipo objectivo no âmbito do crime de roubo exige para a sua conformação, a coacção como meio de lesão dos bens patrimoniais. A subtracção revela-se quando a coisa sai do domínio de facto do possuidor através de um acto de violência.

Assim, o possuidor deixa de deter a coisa para o ladrão através de um acto de violência sobre aquele. A violência, por sua vez, dirige-se contra uma pessoa em específico, utilizando força suficiente de forma a deixar o ofendido num estado de não resistência.

É ainda de salientar que em 2012, foi criada a letra V através do provimento nº17/2012 de 10 de Dezembro.

²⁰ Consultados os artigos 210.º e 203.º, ambos do CP.

²¹ Costa, 1999.

²² Veja-se o disposto no artigo 217.º relativamente ao crime de burla.

Foi atribuída a um PA, em regime de exclusividade, toda a tramitação de inquéritos relativos a crimes contra a vida e contra a vida intra-uterina, bem como os crimes de sequestro, rapto, tomada de reféns, roubo. A criação desta letra teve como principal necessidade o tratamento célere, uniforme e adequado das investigações dos crimes de roubo e de homicídio doloso, bem como de outros integradores do fenómeno social de violência. Os objectivos a atingir foram:

- Assegurar a efectiva direcção dos inquéritos mediante uma articulação próxima com os diversos OPC;
- Identificar diferentes procedimentos entre OPC e contribuir para a sua uniformização;
- Maximizar as potencialidades de investigação, e assim, poder partir para uma maior discussão do crime violento e a minimização dos sentimentos de impunidade e insegurança.

No Concelho de Palmela, há um vasto número de crimes relacionados com a honra, a liberdade, a integridade física e os crimes rodoviários (mormente a condução sem habilitação legal e em estado de embriaguez).

O relatório refere as possíveis causas sociológicas associadas a estes crimes.

São apontadas, a baixa escolaridade da população²³ residente nestes dois concelhos (sendo mais predominante no de Palmela), os fracos recursos económicos que impossibilitam o acesso às escolas de condução, e o facto de existir uma grande concentração de grupos emigrantes em situação ilegal.

Em suma, no que toca ao tipo de criminalidade sentida neste período, consegue-se perceber que a mesma manteve-se variada e que continuou a reflectir as realidades sociológicas próprias de uma cidade urbana onde não são despiciendo os factores demográficos.

Atendendo a esses dados é de referir que no ano de 2013 houve um aumento dos crimes de burla, falsificação e abuso de confiança. O aumento tem uma

²³ Os últimos registos dos Censos (2011) apresentam para este Concelho uma taxa de alfabetismo de cerca de 5,8%.

configuração de 298 crimes na medida em que em 2012 registou-se 468 e em 2013, 766 crimes.

Conclusões

As estatísticas têm várias limitações que são conhecidas. A correspondência com a realidade deve ser vista como meramente aproximada.

Os relatórios são muito claros quanto ao número de processos que tramitam neste tribunal particularmente aqueles que ficam pendentes e os que transitam de um ano para o outro. Os processos muitas vezes ficam pendentes porque o número de magistrados é insuficiente para cobrir todos os processos e inquéritos que lhes são distribuídos. Paralelamente, acresce-se a inutilidade dos meios que estão ao dispor dos operadores judiciais, (os meios tecnológicos). Estes costumam apresentar deficiências o que invariavelmente condiciona o modo de actuação quer dos juizes quer dos magistrados do MP no exercício das suas funções.

A título de exemplo, se o juiz precisa de gravar a declaração do arguido mas o sistema apresenta uma anomalia, essa audição não é de todo possível, ficando assim remarcada para outra sessão.

De forma sucinta o que acontece no âmbito dos equipamentos, sendo esta uma das principais falhas neste vector, é o bloqueio do funcionamento das tarefas diárias deste tribunal, tanto para os magistrados como para os funcionários.

3.Aproximação à realidade dos Magistrados do MP

A fim de compreender a realidade dos magistrados do MP optou-se, em primeira linha, analisar, em confronto com a realidade, as suas competências, e depois a acompanhar algumas das actividades desenvolvidas pelos magistrados, ou seja, os julgamentos.

Esta análise teve como intuito compreender as duas vertentes de actuação deste Órgão, com ênfase no contacto com todos os operadores judiciais presentes em audiência de julgamento.

A presente opção prende-se com o carácter prático que a experiência de estágio visa proporcionar. O acompanhamento realizado a esta magistratura permite, por um lado, perceber em que moldes se desenvolve o processo penal e, por outro lado, as funções que cada magistrado visa desempenhar.

À medida que fui acompanhando os magistrados fui percepcionando diversificada ambivalência de actuação. Assim, cada magistrado pode seguir determinados serviços consoante esteja afecto aos inquéritos, julgamentos, ou simplesmente à triagem.

De entre a panóplia de actividades com que os magistrados destes serviços se deparam quotidianamente, as suas competências fundamentais de actuação são a direcção da investigação, através da direcção do inquérito; a realização de julgamentos, e a defesa dos interesses do assistente em debate instrutório²⁴.

Ao MP cabe-lhe realizar determinadas acções no desempenho das funções de acusador, atento princípios que resultam tanto da CRP²⁵, do CPP²⁶ e do seu Estatuto.

A título de exemplo, cabe-lhe recolher toda a prova necessária à decisão de acusação.

À luz do n.º1 do artigo 219.º da CRP, o MP representa “ *o Estado e defende os interesses que a lei determinar*”, não esclarecendo afinal que interesses são.

É no Estatuto deste órgão que reside a resposta a essa dúvida, tal como consta na alínea a) do artigo 3.º e nas alíneas c) e d) do artigo 5.º.

Cabe-lhe, portanto, zelar pelos interesses e direitos dos mais vulneráveis. Concerne ao MP “ *a representação de interesses de menores, ausentes ou incapazes, do trabalhador na área laboral*”²⁷. Há um poder-dever de actuar em representação desse grupo, no entanto

²⁴ No âmbito da fase de instrução, é apenas no debate instrutório que se permite a intervenção do MP, segundo o princípio do contraditório.

²⁵ Conforme, 2ª parte, do n.º 5, do artigo 32.º e do n.º 1, do artigo 219.º do CPP.

²⁶ Conforme o n.º 2, do artigo 53.º.

²⁷ Moura, 2012.

actua, também, em representação de interesses colectivos e difusos (em que estejam em discussão matérias de direito do ambiente).

Pelo exposto percebe-se que, *“são diferenciadas as posições em que o M.P intervém quando exerce a acção penal, quando assume a representação do Estado e das pessoas a quem o Estado deve protecção”*²⁸.

A representação que o MP exerce sobre o primeiro grupo assenta na obrigatoriedade de o Estado promover os direitos dos cidadãos. A existência de um sistema judiciário norteado pelo princípio da representatividade exige a verificação de uma absoluta salvaguarda dos interesses e direitos das pessoas com especiais limitações, como é o caso das limitações em razão da idade e da capacidade psíquica.

O contacto com a resolução do expediente, fez-me perceber as principais diferenças no tratamento a dar a cada caso, bem como as dificuldades associadas a cada processo.

Pude experienciar, na realização do estágio, que uma das competências de representação exercida pela minha supervisora, a Sr.^a Procuradora Adjunta, Dr.^a Dulce Costa, é o despacho dos processos relativos aos internamentos compulsivos.

O internamento compulsivo vem regulado por lei complementar avulsa, isto é, pela Lei n.º 101/99, de 26 de Julho²⁹.

Conforme o artigo 12.º desse diploma, para que se recorra a tal procedimento é necessário o preenchimento de determinados requisitos. Primeiro, a pessoa tem de sofrer de uma anomalia psíquica ou surto psíquico permanente; e segundo tem de se encontrar em situação de perigo (quer para si mesma quer para terceiros) sendo que ela é a criadora do risco.

O internamento compulsivo implica um internamento que é feito à revelia da pessoa com esse surto ou anomalia psíquica, o que significa que a entidade competente para admitir ou não a intervenção é o MP e não qualquer outra.

²⁸ Rodrigues, 1999, p.268.

²⁹ Versão actualizada- Lei n.º 36/98, de 24 de Julho.

O magistrado tem conhecimento desse facto por quem tem legitimidade para requerer o internamento. Nos termos do n.º1, do artigo 13.º, “ *Tem legitimidade para requerer o internamento compulsivo o representante legal do portador de anomalia psíquica qualquer pessoa com legitimidade para requerer a sua interdição, as autoridades de saúde pública e o Ministério Público*”.

A par destes intervenientes, existe ainda outro que pode requerer o internamento sempre que exista perigo eminente para os bens jurídicos referidos no artigo 12.º desse diploma. Significa que à luz do n.º1, do artigo 23.º, “ *verificados os pressupostos do artigo anterior, as autoridades de polícia ou de saúde pública podem determinar, oficiosamente ou a requerimento, através de mandado, que o portador de anomalia psíquica seja conduzido ao estabelecimento (...)* ”. Porém, tal como prevê o n.º 5 do artigo citado, a autoridade policial deve, de imediato, comunicar ao MP o referido internamento. Tal como pude percepcionar em internamentos de urgência, nem sempre as autoridades policiais fazem chegar ao MP o auto do internamento em tempo devido. Este é um constrangimento com que os magistrados se deparam no dia-a-dia.

A aproximação à realidade dos magistrados do MP fez-se também no acompanhamento às audiências de julgamento. Estive presente no julgamento de processos urgentes no âmbito do crime de violência doméstica, e de processos sumários no âmbito dos crimes rodoviários. O contacto directo com os magistrados através do acompanhamento na fase de julgamento foi importante para perceber o papel que visam desempenhar. Alertou-me para a importância da mobilidade dos magistrados em conexão com a mobilidade dos processos, e que ao contrário da magistratura judicial onde a figura do juiz natural é aplicável, na magistratura do MP, a substituição dos magistrados entre si é perfeitamente legítima.

Neste contexto surgiu o interesse de saber em que consistia essa substituição, a sua relevância e eventuais constrangimentos.

Um dos princípios especiais e estruturantes deste órgão é o que reside no n.º1, do artigo 65.º do EMP. O MP enquanto órgão imprescindível na promoção do processo faz-se estar presente sustentando a acusação em sede de julgamento.

O n.º1, do artigo 65.º prevê a substituição dos magistrados do MP, verificados determinados requisitos. Deve-se verificar, em primeiro lugar, em qualquer comarca de dois ou mais Procuradores, o que significa que este instituto só se pode aplicar no caso em que se esteja perante uma pluralidade de magistrados do MP.

E, em segundo lugar, que a substituição dos magistrados se faça segundo os comandos do PR. Assim, o magistrado não se pode fazer substituir por um colega sem que para isso dê conhecimento ao PR.

Não obstante, pude perceber que este segundo requisito é várias vezes desrespeitado, ou seja, é usual que numa diligência como a presença em julgamento em que um colega falte ou não possa estar presente que a mesma seja assegurada com a maior brevidade quanto o caso exija, ainda que no seguimento dessa substituição não se dê conhecimento ao PR, coordenador desses serviços. O que pode posteriormente acontecer é o magistrado substituto vir a comunicar ao PR, quem substituiu e por que motivo, ao abrigo do artigo 65.º, n.º1 do EMP. E, aí, o PR terá de analisar as razões pelas quais a substituição aconteceu, com o intuito de perceber se houve motivo ou não.

A verdade é que quando se tenta assegurar o bom e regular funcionamento do processo o facto de ser o magistrado “y” e não o magistrado “x” pouco ou nada tem de relevante do ponto de vista processual- o que se pretende é que o julgamento se realize dentro da normalidade e na presença de todos os sujeitos processuais essenciais à causa. Como pude presenciar, quando o magistrado afecto a essa diligência não está presente, a necessidade de ser outro colega pode ser efectivamente concretizável assim que um outro se disponibiliza espontaneamente, sem intervenção hierárquica superior. Tal, não é só, legítimo como eficiente na medida em que se consegue assegurar o bom e célere funcionamento da justiça.

Aliás, nos termos do n.º 1, do artigo 330.º, sempre que o MP não está presente em audiência de julgamento, o juiz procede à sua substituição, sob pena de se estar perante uma nulidade insanável.

Pude compreender que o magistrado do MP, diferente do juiz, pode se fazer substituir, verificados determinados requisitos. A figura do juiz natural (o juiz que só

responde por si) só se aplica à magistratura judicial, sendo esta uma das diferenças existentes entre elas.

As razões que estão por detrás do acto de substituição podem ter que ver com várias causas, isto é, os magistrados do MP destinados a comparecer em juízo podem faltar ou porque motivos pessoais (doença, etc.,) ou por motivos profissionais (quando forem chamados a dirigir determinadas diligências de investigação).

Por outro lado, este acompanhamento permitiu-me igualmente ter uma noção mais realista das dificuldades que o magistrado substituto se debate perante a audiência de julgamento- tais como a surpresa quanto ao primeiro contacto com o processo, os seus elementos e os seus intervenientes, a preparação quanto ao acto de inquirição, quer do arguido, do ofendido ou das testemunhas.

A verdade é que apesar destas vicissitudes inerentes ao acto de substituição, e daquilo que pude acompanhar em dois julgamentos, não se comprometeu nem a inquirição dos sujeitos e intervenientes processuais nem a boa decisão da causa. Pese embora soubesse que os crimes (condução em estado de embriaguez) ali discutidos não levantam grandes questões jurídicas e processuais, já que se estava perante o julgamento de processos sumários no âmbito dos crimes rodoviários- nestes, a prova produzida assume uma consistência quase irrepreensível dado ao método de análise do crime (valor quantitativo da detecção do álcool no sangue), e as declarações confessórias do arguido corroboram essa prova produzida.

Em jeito de conclusão, a substituição dos magistrados do MP é uma verdadeira mais-valia uma vez que a partilha de informação entre os Procuradores (Adjuntos e da República) permite evitar situações de adiamentos das audiências, e que consequentemente, vai possibilitar o bom e regular funcionamento das audiências de julgamento. E, neste caso em particular, tratando-se de processos especiais com natureza urgente, a simplificação e a celeridade são objectivos a atingir.

Pode-se também colocar a questão de saber porque não é o magistrado afecto ao inquérito a fazer o julgamento desse processo. Relativamente a este assunto achei

importante ter a opinião da Sr.^a PR, a Dr.^a Ana Margarida, que é a Coordenadora do DIAP.

Na sua opinião é absolutamente fundamental que se consiga coincidir o mesmo magistrado nas duas fases processuais não compreendendo sequer que isso não aconteça já.

A Sr.^a Procuradora não compreende que o Procurador da fase de julgamento vá estudar de novo um processo que o Colega da fase de inquérito conhece de cor – sobretudo em processos com dezenas de volumes e centenas de apensos de documentação. No seu entender, a organização do MP não está preparada para isso, a cultura do MP também não. Poderia começar-se pela criação de um Tribunal Central de Investigação Criminal, que continuasse as competências do Departamento Central de Investigação e Acção Penal e as do Tribunal Central de Instrução Criminal, já em vigor há mais de uma década.

Por fim, no seguimento das actividades dos magistrados do MP em sede de audiência de julgamento tornou-se essencialmente mencionar ainda um outro aspecto- o modo como o magistrado se apresenta e intervém nessa fase processual. Foi essencialmente no crime público de violência doméstica que deparei-me com a essencialidade da intervenção do MP.

Nessas audiências está a Procuradora Adjunta a defender os interesses das vítimas desse mesmo crime, o que inclui necessariamente as crianças menores. A pertinência da sua intervenção é mais intensa quando toma a palavra para inquirir quer o arguido, quer as testemunhas. Conforme o artigo 360.º, n.º 1 do CPP, é concedida, inclusive ao MP, a palavra para alegações orais de forma a expor as conclusões, de facto e de direito, que foram possíveis extrair da prova produzida. Logo, o MP, orientado pelo princípio da descoberta da verdade material, tenta ao abrigo da faculdade prevista no disposto do artigo 360.º do CPP, expor as suas conclusões sobre a conduta do arguido em relação ao crime que ali é levado.

Todavia, a sua intervenção, penso que vai mais longe- Imbuído pelo espírito da descoberta da verdade material e através da inquirição aos intervenientes

processuais, tenta mostrar ao juiz um determinado sentido na resolução desse julgamento, ou seja, na absolvição ou na condenação do arguido.

O que leva a que os juízes tenham em ponderação todos estes factores no acto de acusar ou absolver.

4.Acompanhamento de Diligências

Destaco ser esta a fase do estágio que mais contribuiu para o enriquecimento da minha formação e o que me trouxe à realidade quer dos Magistrados quer de outros operadores judiciais envolvidos nas suas tarefas diárias.

O acompanhamento de diligências teve enfoque em várias temáticas e nesse âmbito o estágio foi enriquecedor.

A concretização das actividades fez-se através de um breve acompanhamento, discriminado, da secção central, nomeadamente, atendimento ao público, triagem dos autos de notícia, aplicação do instituto da SPP (Suspensão Provisória do Processo), e julgamento, percebendo o modo de funcionamento desta secção.

Para além dessas, esteve também o acompanhamento da fase de julgamento no âmbito dos processos comuns urgentes (nestes últimos cingiu-se à resolução do crime de violência doméstica).

Foi ainda feito um acompanhamento das equipas da PSP no âmbito de dois tipos de operações, uma primeira, de prevenção de uso de armas e apreensão de material contrafeito, e uma segunda, de prevenção e fiscalização de crimes rodoviários, nomeadamente, o crime em estado de embriaguez, e o de condução sem habilitação legal.

a)Tramitação Processual

Fase inicial

A primeira diligência a ser destacada é a que diz respeito à triagem do expediente dos inquéritos recebidos na secção central. A fim de perceber como é que o

expediente dos processos sumários chegavam aos gabinetes dos Magistrados do MP, tornou-se essencial acompanhar a magistrada afecta a esta tarefa- a Sr.^a Procuradora Adjunta Dr.^a Raquel Mota.

A tramitação processual é bastante simples. Numa perspectiva geral pode-se distinguir a tramitação em quatro momentos distintos, o da aplicação da SPP, o do envio do auto para processo sumário, o do envio do auto novamente para inquérito e o da solução intermédia³⁰.

A tramitação processual começa quando um processo é aberto e se recebe um número, através da entrega do auto de notícia do crime na secretaria, e que pode ser apresentado por escrito via *fax* ou pessoalmente pelos próprios OPC.

Recebido o expediente caberá a um dos dois técnicos de atendimento existentes confirmar se, de facto, estão todos os dados do arguido referenciados no auto apresentado. Quando os autos não se encontram devidamente preenchidos, o técnico tem de recorrer a sistemas de informação como o IMTT no sentido de procurar novos elementos para que a identificação fique completa. A par dessa identificação está a visualização do seu registo criminal- por vezes, o sistema informático não deixa ver essa informação, trazendo impedimentos do ponto de vista processual para o Magistrado que terá de se decidir, que fim dar a esse processo (se aplica a SPP ou se o envia para julgamento sumário).

A aplicação desta medida, como explicarei em momento oportuno, rege-se por critérios específicos, o que significa que tem que se olhar para as circunstâncias próprias de cada caso e de cada indivíduo- daí a necessidade de se socorrer do CRC para se perceber se o arguido, por exemplo, já tinha cometido o mesmo crime e se no momento estaria, ou não, a cumprir alguma conduta objecto da aplicação da SPP.

Os elementos que constam do auto de notícia são registados por dois técnicos no sistema informático, onde o processo é distribuído pelo Magistrado do MP. Esta distribuição é feita na sala onde se encontram os técnicos. Aqui a magistrada, a Sr.^a

³⁰ O processo fica pendente para a realização de diligências.

Procuradora Adjunta, Dr.^a Raquel Mota, organiza os processos segundo uma ordem específica- põe, de um lado, os processos em que é legalmente admissível a aplicação da SPP, e de outro lado, os que seguem para julgamento sumário.

Quanto aos primeiros, estando o arguido presente, cabe-lhe a si, caso pretenda, escolher se aceita as obrigações propostas pela magistrada a fim de lhe ser aplicada a suspensão do processo provisoriamente.

Quanto aos segundos, estando o mandatário ou representante legal, cabe-lhe escolher se dispensa, ou não, a data de preparação da defesa. Caso prescinda da data, é realizado o julgamento no próprio dia assim que o técnico enviar o expediente para o Procurador Adjunto afecto à realização dos julgamentos em processo sumário, para esse dia. A magistrada afecta à triagem, antes de mandar encaminhar o expediente ao colega afecto aos julgamentos sumários, vai realizar ainda uma outra tarefa- o despacho de acusação.

E foi aqui que a Sr.^a Procuradora Adjunta me ensinou a fazer e a estruturar um despacho de acusação no âmbito dos crimes rodoviários.

Muito sinteticamente, do despacho de acusação constam a identificação do arguido, o tipo de crime praticado, a narração dos factos a ele imputados, a disposição legal aplicável, as razões segundo as quais se envia o processo para julgamento sumário e a identificação do agente autuante, que será chamado ao processo na qualidade de testemunha.

Sendo a aplicação da SPP uma das vias possíveis no âmbito dos crimes rodoviários, interessa saber quais os seus pressupostos.

Para além dos pressupostos reconhecidos no artigo 281.º do CPP, existe ainda o critério subjectivo acolhido por cada Procurador Adjunto no exercício das funções de triagem.

A SPP pode ser admissível quando a taxa reconhecida pelo talão impresso do teste de álcool não ultrapasse um determinado valor- referência. A Sr.^a Procuradora

Adjunta explicou-me que cada Magistrado em diferentes comarcas pode adoptar um critério distinto e próprio, que não coincida com o adoptado por si.

Assim, pode-se ver na comarca de Setúbal a aplicação da SPP quando a taxa de álcool é de 1,50, e na comarca de Faro o envio do processo para julgamento sumário.

O critério adoptado pela Sr.^a Procuradora Adjunta da comarca de Setúbal concretiza-se na aplicação de margens de valores de álcool segundo as quais comportam diferenciações. Se a taxa determinada quantitativamente estiver entre 1,20 g/l e 1,50 g/l, o critério a adoptar é menos restritivo, aplicando a SPP.

Se estiver entre 1,50 g/l e 1,70 g/l o critério é mais rigoroso e exigente pelo que envia o processo para julgamento sumário.

Conforme o n.º 1, do artigo 281.º, do CPP, o MP pode determinar a aplicação da suspensão provisória do processo, caso se preveja para o crime em causa, uma pena não superior a 5 anos, e desde que observados os pressupostos elencados nas alíneas a), b), c), d), e), f).

A SPP implica a observância positiva de regras de conduta ou injunções, sendo que o arguido deve consentir o que lhe é imposto pelos Srs. Procuradores. Todavia, não basta que o arguido as aceite, tratando-se de uma regra de conduta que exija um “*facere*”, impõe-se obrigatoriamente que a realize. As regras mais comuns a serem aplicadas são a indemnização ao lesado, dando-lhe a satisfação moral adequada, ou a entrega de certa quantia ao Estado ou a instituições privadas de solidariedade social.

Para além disso, para que o processo seja suspenso, o arguido deve igualmente realizar as injunções ou regras até ao fim do prazo estipulado pelos Srs. Procuradores.

A título de exemplo, se ao arguido lhe é fixado trabalho a favor da comunidade por um período de 120 dias- para que a suspensão do processo se mantenha- deve realizar as 120 horas certas. Na hipótese de desobedecer a essa regra, por um lado, a

SPP deixa de produzir efeitos, e por outro lado, o expediente do processo é enviado para julgamento sumário.

A ausência de condenação anterior e aplicação da SPP, por crime da mesma natureza, são requisitos essenciais no acto de decidir pela admissibilidade legal da suspensão do processo. Pude compreender em ambiente de estágio, que uma das principais tarefas na triagem dos processos é precisamente a verificação destes pressupostos através da consulta dos (Certificados de Registo Criminal) CRC dos arguidos. Um constrangimento visível foi o facto de não se ter acesso a esses Registos devido a anomalias do sistema informático, e que impossibilitou a Sr.^a Procuradora de se decidir pela suspensão do processo, que por precaução o enviou para julgamento.

Para além dos referidos torna-se necessária a verificação de outros três pressupostos. Não pode haver lugar a medida de segurança ou internamento, porque caso houvesse o arguido não poderia cumprir as injunções a que era proposto; tem de ser notório, através da apreciação da conduta do arguido, que actuou com um grau de culpa baixo; e por último, o cumprimento das regras ou injunções satisfaçam suficientemente as “exigências de prevenção que no caso se façam sentir”.

A ideia da introdução do sistema da suspensão provisória do processo assenta no facto de ter-se começado a verificar uma criminalidade massificada. Esta ideia até hoje perdura entre nós.

De facto, os crimes rodoviários são um tipo de crime (mormente o de condução em estado de embriaguez) sistematicamente cometido levando os magistrados a se socorrer deste instituto de forma a evitar a “criminalização” do indivíduo infractor e no carácter ressocializador que esta medida visa alcançar. Portanto, tal como salienta o Sr. Procurador da República, o Dr. Francisco Narciso “ *A resolução dos problemas de pequena criminalidade passaria, assim, não pelo endurecimento das sanções punitivas, mas sim pelo fomento de medidas alternativas*” ao sistema penal normal; a infracção existe e tem dignidade penal

*mas é solucionada diversamente, divertidamente, do processo formal-regular; isto é, sem judiciarização*³¹.

A SPP traz, inevitavelmente, a pacificação social assim como previne o cometimento de novos crimes. Porém não deixa de acarretar algumas controvérsias nomeadamente quando se entende que a mesma é, em si, uma excepção ao princípio da legalidade, na medida em que existe uma restrição na promoção e no desencadeamento da acção penal. Como se sabe no processo penal, de acordo com o princípio da legalidade, assim que o MP tenha conhecimento da notícia do crime o mesmo vê-se obrigado a desencadear o processo, e ao decidir-se pela suspensão levando depois ao arquivamento, esse desencadeamento nem sequer chega a existir. Mas ela aqui não é necessária, respeitados os seus requisitos tudo se passa como se não houvesse processo-crime, e o indivíduo só é julgado quando não se confirmem os requisitos.

Tal como refere o Sr. Procurador da República, Francisco Narciso a respeito da aplicação da SPP na comarca de Setúbal, a realidade das estatísticas revelam uma reduzida aplicação desta medida. A pertinência do estudo levado a cabo por este autor nesta comarca é de facto importante, já que o mesmo conseguiu detectar alguns bloqueios na aplicação deste instituto pelos Srs. Procuradores. Um dos bloqueios possíveis consiste na presença de antecedentes criminais, ou, a exigência de intervenção do juiz.

No que tange à experiência que o acompanhamento de estágio proporcionou creio que este último bloqueio é praticamente inexistente. Não consegui presenciar a necessidade de intervenção do juiz.

Já o primeiro foi, de facto, um impeditivo várias vezes detectado. A Sr.^a Procuradora, nesses casos, enviaria os autos para julgamento sumário ao invés de aplicar a SPP.

O autor alerta também para a questão da subutilização da SPP. Tendo em conta aquilo que era a intenção do legislador em alcançar determinados objectivos

³¹ Narciso, 2010.

genéricos, os resultados obtidos nesta comarca ficam aquém dessas expectativas primárias (que como já referiu têm a ver com possíveis bloqueios).

A aplicação desta solução, que no meu entender, não é mais do que uma alternativa positiva para o arguido já que a Justiça actua aqui em prol dos seus interesses na medida em que, reunidos os pressupostos do artigo 281.º do CPP, goza efectivamente de um período de rendição. Assim, em vez de ser submetido a um julgamento em que se apresenta como um verdadeiro réu- que nos limites pode ser submetido a aplicação de uma pena efectiva, é-lhe imposto objectivos penais diferentes dos que se acabou de referir.

Não se pode comparar do ponto de vista penal uma pena efectiva de prisão com uma regra de conduta em que lhe é aplicada apenas uma multa de 350 euros revertidos a favor de uma Instituição de Solidariedade Social, ou a pática de trabalho a favor da comunidade.

Porém e daquilo que presenciei na fase de triagem dos processos justamente quando a Magistrada consultava o CRC do arguido, o resultado da aplicação da SPP traduz-se insatisfatório, e é aqui onde se verificam os tais bloqueios que há pouco se expôs.

O que acontecia era que os arguidos que já beneficiaram da aplicação da suspensão voltavam ao tribunal não uma, mas várias vezes no âmbito do mesmo crime. A título de exemplo, no âmbito dos crimes de condução em estado de embriaguez era comum ver o menosprezo que determinados arguidos têm face à perigosidade e relevância que este tipo de crime acarreta. Como se sabe por ser de conhecimento geral, os crimes rodoviários mormente os relacionados com o excesso de álcool têm consequências irreparáveis. Portanto é de grande importância por exemplo, as campanhas e os cursos dirigidos a estes arguidos reincidentes.

Tal como confirmei, num caso concreto, o arguido reincidente só dá importância à sua conduta quando a magistrada nas alegações finais roga pela prisão efectiva, ainda que por dias livres³².

³² NUIPC- 1365/14.2PBSTB

Não é uma pena excessiva face às exigências de prevenção que se pretende alcançar. Esgotadas as soluções do ponto de vista de aplicação da pena principal, porque dados ao arguido todos os mecanismos legais de intervenção processual, torna-se legalmente exigível a aplicação de uma pena efectiva.

Para além da aplicação da SPP ou do envio do processo para julgamento, a Magistrada pode optar, ainda, por outras duas vias³³. Uma delas diz respeito à remissão dos autos novamente para inquérito onde se pretende fazer uma recolha exaustiva da prova, inclusive exames periciais, ou seja, no fundo o que se pretende é **mais investigação**; e a outra, diz respeito à adopção de uma solução intermédia, no sentido em que há diligências a fazer mas não se consegue iniciar o julgamento no prazo devido (artigo 382.º n.º 4). Aqui o processo fica pendente porque pretende-se garantir a realização de determinadas diligências³⁴. Tenta-se assegurar a **descoberta da verdade material**.

Em jeito de conclusão, reunidos os dados necessários a Sr.^a Procuradora faz a triagem, verificando, por um lado, o tipo de crime, caso se tratar de crimes rodoviários, designadamente o crime em estado de embriaguez, e se a taxa de álcool quantitativamente apurada for até 1,50 g/l, a decisão pode passar pela aplicação da SPP, e por outro lado, o CRC do arguido. Nessa primeira fase a Magistrada tem o cuidado de aferir se esses critérios estão reunidos antes de encaminhar o processo, isto é, antes de dar resolução ao mesmo. Chegados a este ponto existem várias hipóteses às quais se pode dar seguimento. Pode determinar oficiosamente ou a requerimento do arguido ou assistente a aplicação da SPP, ou não estando presentes os requisitos necessários à sua aplicação, enviar os autos para que os mesmos sejam submetidos a julgamento sob a forma de processo sumário. Ao enviar o inquérito para julgamento, está-se a acautelar o interesse da causa em curto prazo, isto é, num prazo de 48 horas, conforme o n.º 1 do artigo 382.º.

Tendo sido o meu primeiro contacto com processos sumários pude ver todos os documentos que lhes são juntos, desde os autos de detenção a meras notificações. O

³³ Segundo as quais não consegui participar e registar devido aos atrasos decorrentes da implementação do novo mapa judiciário.

³⁴ Por exemplo, num prazo de 20 dias, pedir exame pericial de uma arma.

que me fez ver na prática quais são os elementos que os compõem, e a sua organização. Permitiu-me igualmente ter uma percepção do papel do Magistrado afecto a este serviço, que tem a função de apreciar, todos os inquéritos enviados, de uma forma quase mecânica e com grande perspicácia.

Julgamento

A implementação da “novíssima” Reforma Judiciária nesta comarca teve reflexos indesejados, nomeadamente, na impossibilidade de serem realizados os julgamentos que já estavam marcados. Por essa razão acompanhei, por um lado, os processos urgentes, dando-se prevalência à realização dos julgamentos em processo comum no âmbito do crime de violência doméstica, e por outro lado, o julgamento dos processos sumários no âmbito dos crimes rodoviários.

No que respeita ao acompanhamento às audiências de julgamento nos dois tipos de processo (processo comum e processo especial) pude verificar que cada parte ali representada tem a sua forma característica de actuar. Pude perceber a importância que o MP revela em sede de julgamento. Conforme a opinião da Sr.^a Procuradora Adjunta, Dr.^a Dulce Costa, “ *o papel do MP em julgamento deve-se sustentar na acusação que formula tal como faz prever a alínea c) do art.º 53º CPP*”.

A posição do MP deve ser sempre orientada pelos **princípios da legalidade e da descoberta da verdade**. Devem ser, por isso, respeitados cinco pontos fulcrais na fase em estudo. Primeiro, e em consideração pelo que me foi transmitido pela minha supervisora, os magistrados do MP devem preparar os processos antes da audiência de julgamento, até para se aperceberem de todas as dificuldades do processo.

Este acto de preparação inclui a leitura do processo, a análise jurídico processual penal do processo e consequentemente a formulação da acusação. Ainda antes da formulação da acusação importa verificar se existem nulidades processuais- que

podem ser conhecidas liminarmente como são exemplo as validações dos autos de busca e as apreensões.

Por outro lado, deve-se também olhar os factos tal qual eles são trazidos ao processo, assim o depoimento de uma testemunha ainda em inquérito é importante para se conhecer do que aquela pessoa sabe em concreto sobre os factos que constituem crime. Não é viável que se vá para julgamento sem se conhecer o que a testemunha disse em fase de inquérito, no entanto, a minha supervisora alertou-me para o facto de muitas das vezes os colegas irem para a audiência de julgamento sem saber o que a testemunha conhece sobre o crime, o que poderá causar declarações surpresa que os mesmos não contavam, e que eram importantes para a preparação da inquirição.

Nas palavras do Professor Germano Marques da Silva, o procedimento de interrogatório “*exige uma preparação aturada do Ministério Público (...) e não só no domínio do direito, mas também do conhecimento do processo, das testemunhas arroladas, de estratégia, de psicologia judiciária e também no modo tradicional de preparação da defesa (...)*”³⁵. Como se percebe a preparação para a fase de julgamento faz-se para além daquilo que é o óbvio- o conhecimento dos factos que integram o processo, as testemunhas, antes exige-se uma preparação com técnica.

A preparação do processo também reveste uma importância numa dimensão interna- no que refere ao conhecimento das dificuldades que ele pode suscitar. O processo pode, em algumas situações, tornar-se de difícil desenvolvimento ou porque a testemunha “x” não está presente e esta era a que se mostrava imprescindível, e tendo por base o seu 1º depoimento, como a mais importante de ser ouvida, ou porque o advogado do arguido arrolou uma testemunha à última da hora- o que faz com que o magistrado do MP tenha que se confrontar com estas vicissitudes.

Por isso a Sr.^a Procuradora, Dr.^a Dulce Costa frisou a importância da preparação dos julgamentos.

³⁵ Silva, 2009, p. 248.

Mas, ainda em relação a este último aspecto (das dificuldades que o processo pode levantar) importa esclarecer uma outra questão que pode eventualmente estar ligada a esta.

Muitas vezes é normal que o magistrado que acompanha a fase de inquérito não seja o mesmo que vá acompanhar a fase de julgamento no âmbito desse mesmo processo, pelo que se levanta, desde logo, dificuldades quanto ao prévio conhecimento das informações, designadamente nas diligências que foram realizadas em colaboração com as polícias. Pois os processos não são todos iguais, uns revelam uma complexidade mais elevada relativamente a outros, na medida em que o magistrado afecto ao julgamento que vai ter contacto com ele pela primeira vez, vai ter que se adequar a todos estes aspectos próprios do processo.

Por outro lado, os inquéritos adquirem uma avultada dimensão resultado da investigação e quando os processos chegam a julgamento, existem páginas e páginas de informações que levam inevitavelmente o seu tempo a digerir, tendo em conta a autoria do crime e a criminalidade participada, o tipo de crime, a especificidade da prova, a especificidade dos próprios processos e a eventual cooperação com outras entidades.

A preparação do magistrado não pode ser uma preparação superficial consoante o tempo disponível, deve-se analisar cada informação com a devida atenção e com o tempo que ela necessita.

O MP no julgamento deve ter o cuidado de não suscitar mecanismos processuais violadores da lei no sentido de respeitar sempre a verdade processual e assegurar o princípio da lealdade processual. Assim não pode imputar ao arguido factos substancialmente diferentes dos que constam da sua acusação assim como daqueles que resultarem de prova ilegalmente obtida. Estando os magistrados subordinados ao princípio da legalidade têm que actuar não só na fase de julgamento mas também nas demais, segundo os princípios e objectivos da lei.

Como se sabe o nosso sistema penal tem uma estrutura acusatória que permite uma fase de investigação, pode acontecer é que se faça uma descrição sintetizada dos

factos que constam da acusação, podendo eventualmente surgir outros novos que alterem não substancialmente os primeiros. Assim tal como prevê o disposto do 358º o juiz concede ao arguido o tempo necessário (10 dias) para preparar a defesa.

A alteração não substancial dos factos que possa ser cometida pelo MP pode ser consequência da imprevisibilidade da prova produzida em audiência de julgamento. No entanto, o juiz pode integrar no processo esses novos factos mesmo que não constem da acusação, mas que ainda assim possam ter relevância na decisão da causa.

Por fim, é de salientar que os magistrados em audiência de julgamento devem fazer as alegações com a maior objectividade, clareza, sentido de justiça prático e lealdade processual.

Também percebi que o magistrado consegue manter algum distanciamento em audiência, mas, que ainda assim, é bem menor relativamente ao dos juízes.

Esta impressão deve-se primeiro à posição que o magistrado se alicerça quando trilha um determinado caminho- na absolvição, quando o mesmo entenda que ao arguido não possa ser aplicada (em razão da prova produzida) qualquer pena ou medida de segurança, e na condenação quando entenda com toda a segurança que o arguido cometeu o crime. E segundo porque tendo o MP o espírito de combater a criminalidade e promover a acção penal daí decorre a obrigatoriedade de seguir determinados princípios- particularmente o do acusatório.

O crime objecto de discussão em audiência de julgamento em processo comum (com carácter urgente) foi o crime de violência doméstica.

Este crime foi enquadrado numa letra especializada criada em 2010 no sentido de centralizar num único Procurador toda a investigação no âmbito destes tipos de crimes.

Remetendo-me apenas aos descritos na alíneas a) e b) do n.º 1, do artigo 152.º por serem os mais frequentes nesta comarca, começarei por explicar em que consistem e depois abordarei específicos pontos relacionados com esta temática e encontrados em sede de audiência de julgamento.

Conforme o artigo 152.º “ *Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais ao cônjuge ou ex-cônjuge (...) é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave não couber por força de outra disposição legal*”.

O crime de VD envolve mulheres ou homens que no âmbito de uma relação afectiva (de namoro ou análoga à dos cônjuges), sofreram agressões físicas ou psicológicas de forma a pôr em causa a sua dignidade humana.

Está-se, portanto, a referir que não bastam as agressões físicas ou psicológicas tem de haver, como refere Ricardo Matos, “*uma degradação ou afectação na relação conjugal igualitária*”³⁶. Ou seja, o homem ou a mulher partilham uma relação que deve ser igual no respeito e na comunhão, caso sejam extravasados e tenham como consequência maus-tratos seja de que ordem for, estar-se-á perante um crime de VD.

Não é fácil encontrar uma noção perfeita de vítima mas daquilo que foi estudado e pesquisado poderá definir-se, em termos gerais, como uma pessoa especialmente vulnerável em razão de uma dada relação (abusiva) que se manifesta como um exercício ilícito de poder sobre, em primeiro plano, a vida, a integridade física, a liberdade e a honra³⁷. Este tipo de conduta ocorre em três planos:

- No plano da violência física através das agressões físicas (simples ou qualificadas);
- No plano da violência sexual;
- No plano da violência psicológica através de injúrias, difamação e humilhação, intimidação, coacção, no exercício de controlo e vigilância sobre os movimentos da vítima; destruição dos seus objectos pessoais, através de comportamentos persecutórios como a figura do *stalking*, assim como de a minimizar, negar e condenar, instrumentalizar os filhos, utilizar privilégios machistas e também usar a

³⁶ Matos, 2006, p.102.

³⁷ O conceito de vítima adoptado pelos autores pode ter critérios muito distintos, por exemplo, enquanto Costa Andrade (Andrade, 1980 p.36) defende um conceito restrito de vítima, no qual cabe somente a pessoa directamente atingida pelo crime, já Molina (Molina, 2003), dá um conceito de vítima mais amplo na medida em que abrange, também, pessoas colectivas, a sociedade no geral e a comunidade internacional.

violência económica. Estes são alguns dos muitos meios utilizados pelo(a) agressor(a) quando exerce a violência psicológica.

De acordo com o artigo 2.º do decreto-lei nº112/2009 de 16 de Setembro, vítima é *“uma pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, directamente causada por acção ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no artigo 152º do Código Penal”*.

A vítima é a figura essencial enquanto sujeito processual impulsionador do processo penal. No entanto cabe-me referir que a vítima, querendo fazer queixa, reveste um duplo papel, o de vítima e o de denunciante. É vítima e denunciante, quando seja ela a dar conhecimento às autoridades judiciais da prática do crime.

Porém ao arrepio da revisão do Código Penal, alterando o crime de violência doméstica de crime semipúblico para público, e conhecendo o impasse e a relutância da vítima em relação ao acto de apresentação de queixa, a lei conferiu legitimidade a qualquer pessoa para denunciar o crime³⁸.

Já não está nas mãos da vítima a participação às autoridades no sentido de se promover o processo penal e dar início a um julgamento onde se pretende apurar a responsabilidade criminal do agressor. Tal como consta no artigo 48.º, do CPP sempre que o MP tenha conhecimento da prática de um crime de VD promove a abertura de inquérito, onde se vão providenciar todas as diligências de prova que visam investigar a eventual prática do crime. A fase de investigação no âmbito deste tipo de crimes encontra-se, quase sempre, na esfera das Polícias, por um lado, porque estas entidades são as primeiras a serem confrontadas com os factos quando a queixa é apresentada directamente no posto ou na esquadra, e por outro lado, porque actuam por delegação de competências do MP.

No âmbito do crime de violência discutido em sede julgamento surgiu o interesse das especificidades encontradas nos depoimentos quer da vítima, quer do arguido quer das testemunhas, de estudar melhor as declarações em audiência.

³⁸ Em sentido contrário está a gestora interina do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Setúbal da APAV. Segundo Balbina Silva em entrevista ao jornal “O Setubalense”, “(...) as pessoas não devem denunciar directamente às autoridades, uma situação de VD sem conhecimento da vítima porque o agressor, ao ser confrontado com esta situação, pode agravar o seu grau de agressividade”. (Silva, 2014)

A audiência de julgamento junta várias figuras processuais, entre elas o arguido. O arguido é chamado a intervir a requerimento do assistente, do MP e da defesa.

Nesse momento podem surgir dois cenários possíveis- o arguido pode remeter-se ao silêncio. E no caso de não querer prestar quaisquer declarações, conforme previsto na última parte do n.º 1, do artigo 343.º, do CPP, o seu silêncio não o irá desfavorecer. Significa que apesar de poder falar o direito processual penal não o obriga, antes refere (implicitamente) que o seu silêncio não pode ser valorado como meio de prova.

O arguido também pode querer prestar declarações, optando por negar simplesmente todos os factos ou confessá-los parcial ou integralmente.

Na situação de confessar inteiramente os factos, o juiz dispensa a prova a ser produzida, passando de imediato às alegações orais, como prevêm as alíneas a) e b) do n.º 2, do artigo 344.º, do CPP.

Pude perceber que é muito difícil um arguido que está a ser julgado por crime de VD confessar integral ou parcialmente os factos, já que de todos os que assisti, o arguido propondo-se a prestar declarações, negava-os.

Pois que é importante para a reconstrução da realidade fáctica o recurso a mecanismos que permitam alcançar a certeza jurídica.

É certo que o juiz faz uma análise racional e objectiva da prova tendo em conta as regras da experiência comum, da lógica e da razão, porém seguindo os princípios da descoberta da verdade e da boa decisão da causa, e com base na livre apreciação da prova, vai também considerar outros aspectos.

Para além do testemunho, o juiz pode, também, dar importância a outros aspectos, designadamente: “a espontaneidade dos depoimentos, a verosimilhança, a seriedade, o raciocínio, as lacunas, as hesitações, a linguagem, o tom de voz, o comportamento, os tempos de resposta, as coincidências, as contradições, o acessório, as circunstâncias, o tempo decorrido, o contexto sócio-cultural, a linguagem gestual, inclusive a dos olhares, e até saber interpretar as pausas e os silêncios dos depoentes”, com a finalidade de reconhecer “declarações confusas, prestadas em atitude

defensiva, de modo incoerente e contraditório, com um discurso tenso, esquivo, evasivo e mecanizado, evidenciando assim falta de isenção e de credibilidade”³⁹.

Só através destes elementos o juiz consegue chegar a uma convicção quanto à solução a dar ao caso e a reconstruir a realidade histórica dos factos. É com base nesses elementos que se consegue perceber a credibilidade das afirmações do arguido (e das testemunhas).

Daí que no processo acompanhado, pese embora estivesse perante provas suficientemente fortes do arguido ter cometido o crime, o juiz considerou também a espontaneidade do seu depoimento e o comportamento. O arguido até pode negar os factos, mas tal só pode ser valorado quando da prova produzida, da apreciação crítica do seu depoimento, não resulte a convicção de que tenha cometido o crime. Daí que analisados todos estes aspectos o arguido tenha sido condenado a uma pena de prisão, ainda que suspensa quanto ao modo de execução.

O acompanhamento às audiências permitiu-me também perceber a importância da intervenção das testemunhas. Nas palavras do Professor Germano Marques da Silva, testemunha é a pessoa que “*é chamada a depor sobre as suas percepções de factos e circunstâncias passadas, não revelando as suas opiniões sobre o alcance dos factos ou juízos de valor sobre ele, (...)*”⁴⁰.

Pelo exposto percebe-se, por um lado, que a testemunha dá ao tribunal informações sobre os factos de forma a possibilitar reconstruir a realidade histórica e, por outro lado, fá-lo mantendo-se afastada de convicções ou interpretações pessoais.

A prova testemunhal é, de facto, muito importante em processo penal, e é por isso que o valor da prova baseada em declarações ou testemunhos mede-se em credibilidade, factor que será composto por subfactores - como a seriedade (boa motivação da testemunha para depor); a isenção (falta de interesse na causa); a razão de ciência (fonte de conhecimento dos factos); e a coerência lógica interna

³⁹ Ribas, 2011.

⁴⁰ Silva, 2008, p.161.

(depoimento confrontado consigo mesmo), e externa (depoimento confrontado com os demais)⁴¹.

É no âmbito da coerência lógica que podem e devem ser ponderados aspectos como o rigor (total coerência interna da testemunha) e a forma objectiva (ausência de divagações ou depoimentos sobre factos irrelevantes). Se a lógica pura e simples não der resposta, aí entra em consideração a livre apreciação do juiz, a sua livre convicção, segundo regras da experiência, conforme o artigo 127.º, do CPP.

No âmbito do crime de violência doméstica o depoimento das testemunhas é especialmente tido em conta a dois níveis- primeiro, tratando-se de um crime, muitas vezes, cometido na “ intimidade” do lar torna-se difícil trazer ao tribunal para depor, pessoas que tivessem, efectivamente, presenciado os factos; e segundo, porque são as crianças (filhos da vítima) as únicas testemunhas a presenciar o crime, aproveitam um sistema de inquirição especial.

Vejamos as duas situações em separado. O crime de VD (pressupondo uma agressão entre casal que vive em comunhão) é cometido, sempre que o agressor se sinta com liberdade para agredir a vítima, ou seja, sempre que a possa agredir sem que haja alguém para o evitar. O local onde habitualmente as agressões são concretizadas é em casa do casal. Este factor pode trazer problemas ao nível da prova na medida em que não existindo testemunha do crime, é mais difícil provar que os factos ocorreram.

Daí que a intervenção das testemunhas neste tipo de crime em concreto, é em alguns casos, residual. A título de exemplo, foi chamada a prestar declarações em julgamento a amiga da “vítima”, e das questões que lhe foram colocadas tanto pelo MP, como pela advogada de defesa e pelo juiz, não surgiu uma resposta no sentido de confirmar que esta tivesse assistido às agressões sofridas pela vítima, o que afirmou em tribunal foi que esta lhe tinha dito que o arguido lhe tinha “batido”, mostrando-lhe posteriormente as marcas no corpo. Como se sabe o testemunho, em processo penal, pode ser directo ou indirecto.

⁴¹ Informação retirada das decisões instrutórias consultadas, do Juiz de Instrução Criminal, o Dr. Vítor Nunes.

Diz-se directo quando a testemunha narra os factos concretos que viu ou ouviu, inversamente é indirecto o depoimento do “ouviu dizer” por outrem. Este último só servirá como elemento de prova se o tribunal chamar a “fonte”, ou seja, se o tribunal chamar a pessoa que a testemunha diz ter-lhe contado quem praticou o crime⁴².

O testemunho aqui trazido é um testemunho indirecto na medida em que a testemunha não viu o arguido a praticar o crime sobre a vítima, apenas soube através desta. No entanto porque a testemunha é investida de uma certa qualidade ela foi apresentada a depor nesses termos, justamente porque era amiga da “vítima”, tem qualidades que permitem aferir as condições do relacionamento.

Para este caso foram preponderantes as provas documentais, designadamente os extractos das mensagens que o arguido enviava à vítima, sugerindo ameaças verbais e físicas, bem como o relatório da medicina legal e as fotografias das lesões corporais. Estes elementos são importantes para a que se faça a reconstrução do que aconteceu com parâmetros de racionalidade.

Mas também pode acontecer o caso inverso, ou seja, pode não existir provas documentais designadamente relatórios médicos, mas existir prova testemunhal cujo depoimento é directo. Em outro julgamento assistido, também sobre o crime de VD, as quatro testemunhas trazidas pela acusação, revelaram conhecimento directo sobre os factos. As testemunhas, para além de se encontrarem no local junto da vítima, viram o agressor dirigir-se a ela, desferindo-lhe umas “bofetadas na cara”. Pude perceber que, quando das declarações das testemunhas se consegue encontrar uma harmonia na correlação dos factos históricos então está-se mais perto da veracidade das mesmas. Das declarações tem de resultar uma prova forte e consistente com prejuízo de gerarem problemas de fiabilidade e imediação.

Mas no caso de existir essas incertezas o testemunho de outras testemunhas pode ser decisivo nos contornos a dar à boa decisão da causa.

⁴² Conforme o n.º1, do artigo 129.º do CPP.

As declarações dos OPC enquanto testemunhas correspondem a um testemunho imparcial. Os polícias são chamados a prestar declarações quando, recebam a denúncia do crime, e quando tenham estado no local onde tudo se passou- estes são os primeiros a ter contacto com as vítimas e com os agressores. Dos seus testemunhos consegue-se reter informações relevantes, como o estado em que se encontrava a casa, se havia sinais de perturbação ou violência, se existiam eventuais vestígios biológicos da vítima nesse local, como foi a reacção dos envolvidos, e confirmam a presença de terceiros nesse local.

Consegue-se obter, através das suas declarações, dados que podem esclarecer “pontas soltas” do inquérito e outras que surgem já em audiência de julgamento.

No que concerne às declarações da vítima, deve-se primeiro explicar que a vítima pode vir ao processo na qualidade de assistente, parte civil ou testemunha.

Na qualidade de assistente o seu papel é o de colaborar activamente com o MP, nomeadamente na produção de prova, a questionar o arguido, as testemunhas e os peritos. Enquanto parte civil intervém no processo com a finalidade de obter uma vantagem patrimonial apresentando para o efeito, o pedido de indemnização civil pelos danos causados.

Na qualidade de testemunha, e em sede de audiência, vai dar conhecimento directo dos factos. Foi aqui, que dei conta de que a vítima pode dar ao tribunal um testemunho com imprecisões, por diversas razões. As principais razões apontadas são o nervosismo, a “fraca” memória e o medo. Muitas vezes, o julgamento começa meses depois do acontecimento dos factos, e a falta de memória sobre esses factos gera uma incoerência lógica, que dificulta o trabalho de reconstrução da realidade histórica pelos magistrados. Percebi que pode ser útil o contra-interrogatório conduzido pelo Procurador no sentido de ver esclarecidas algumas questões ainda não suscitadas e que são importantes no montar do “puzzle”.

Para além das referenciadas, importa ter em atenção um tipo de testemunhas que requer um certo cuidado no acto de inquirição. A lei consagra um sistema especial de inquirição de testemunhas para crianças menores de 16 anos. À luz do artigo

349.º, a inquirição feita a estes menores “ *é levada a cabo apenas pelo presidente. Finda ela, os outros juízes, os jurados, o Ministério Público, o defensor e os advogados (...) podem pedir ao presidente que formule à testemunha perguntas adicionais* ”. O que significa que só depois do Presidente ter concluído o seu interrogatório à testemunha menor é que os outros sujeitos processuais podem remeter ao presidente as perguntas adicionais, que achem pertinentes. Está-se primeiramente, a acautelar o depoimento esclarecido e sem reservas dessas crianças- que como pude testemunhar, mostram-se quase sempre intimidados perante o tribunal, que tem um cenário formal. Acrescentando que envolvidos num processo de violência doméstica, em que a vítima na maioria dos casos é a própria progenitora, as perguntas que lhes são colocadas envolvem a confirmação das agressões- inevitavelmente são assuntos melindrosos, e que por isso merecem a intervenção apenas do juiz presidente⁴³.

E porque a criança apesar de testemunha pode ser, simultaneamente, vítima, a Lei nº 112/2009 de 16 de Setembro prevê no n.º 3, do artigo 20.º que “ *às vítimas especialmente vulneráveis deve ser assegurado o direito a beneficiarem, por decisão judicial, de condições de depoimento, por qualquer meio compatível, que as protejam dos efeitos do depoimento prestado em audiência pública* ”.

Nem sempre se consegue assegurar a protecção adequada que estas crianças necessitam. Quando elas são, simultaneamente, testemunhas das agressões e vítimas das mesmas, torna-se indispensável que o seu depoimento se faça em outras condições que não a audiência pública, por exemplo em videoconferência ou teleconferência.

Em suma, se da prova testemunhal não resultar uma convicção sobre a prática do crime torna-se necessário a preponderância de outros meios de prova, como a documental ou pericial. Têm de existir em julgamento, a preservação dos factos históricos e os juízos lógicos da produção de prova, pois em princípio o arguido nunca confessa o crime. Para além disso é importante fazer distinções quanto à pessoa que vai testemunhar, ela tem diferentes percepções sobre os factos, como referi, o polícia pode dar informações úteis quanto à forma como o crime ocorreu,

⁴³ Por tal motivo se prevê no n.º 1 do artigo 22.º da Lei nº 112/2009 de 16 de Setembro, que a “ *a vítima tem direito a ser ouvida em ambiente informal e reservado, devendo ser criadas as adequadas condições para prevenir a vitimização secundária e para evitar que sofra pressões desnecessárias* ”.

mas se se tratar de uma criança há que ter também em atenção a sua especial condição.

b) Operações da PSP

No seguimento da realização do estágio surgiu a oportunidade de acompanhar duas operações dirigidas pela PSP no âmbito da prevenção de uso de armas e apreensão de material contrafeito, e na prevenção e fiscalização do crime rodoviário.

Na primeira, quis acompanhar a minha supervisora de estágio e a auditora de justiça na operação de prevenção geral no combate ao uso de armas e apreensão de material contrafeito, e na segunda, para dar cumprimento a eventuais dúvidas relativas às operações de fiscalização rodoviária.

Os principais objectivos da denominada “operação Alcofa” foram, por um lado, a prevenção do crime de uso de armas proibidas, e por outro lado, a prevenção do crime de contrafacção, através da recolha de todo o material contrafeito.

O local em questão foi propositadamente escolhido, por se tratar de uma área urbana problemática. A operação teve origem numa comunicação de suspeitas no âmbito de uma acção de prevenção de uso de arma proibida.

Por se tratar de uma operação a uma escala de dimensão razoável, envolveu várias equipas da PSP, o NIC (Núcleo de Investigação Criminal), o CI (Corpo de Intervenção), o GOC (Grupo Operacional Cirotécnico), as EIR (Equipas de Intervenção Rápida) e a ASAE. Este operativo contou também com operacionais vindos de outras cidades do distrito, como do Seixal, Barreiro e Almada.

A dar início à operação, depois de realizado o *briefing*, fomos acompanhadas por um agente operacional para fazer o reconhecimento do perímetro. Em seguida dirigimo-nos para o local onde se centrava toda a operação e onde já se encontravam todos os intervenientes policiais- ASAE e PSP.

Num primeiro momento e acompanhando as equipas da ASAE, observou-se a apreensão dos objectos contrafeitos. Esta primeira parte da operação cuja

intervenção esteve a cargo dos inspectores da ASAE, teve como principal objectivo detectar e apreender material contrafeito⁴⁴.

Apreendido o material contrafeito, os inspectores da ASAE fizeram-no encaminhar para uma avaliação geral no comando da 1ª Esquadra de Setúbal. No âmbito dessa avaliação conseguiu-se contabilizar um total de 17.000 peças apreendidas.

A contrafacção é um crime que envolve um circuito económico complexo e bem organizado.

É possível observar através da página *online* da ASAE, que do ponto de vista financeiro, este crime produz um prejuízo anual de cerca de 450 mil milhões de euros, e coloca em perigo, em todo o mundo, mais de 200.000 postos de trabalho. Para além do prejuízo económico que pode resultar da contrafacção, surge também um prejuízo na saúde e segurança dos consumidores quando, por exemplo, se vende, falsificamente, perfumes, brinquedos ou produtos medicinais.

Aliás, os últimos dados estatísticos de Novembro de 2014 apontam para um volume de 917 processos crimes instaurados, 6.264 processos contra-ordenacionais, 355 detenções e no global uma taxa de 20% de incumprimento. Conta-se em 2014, um total de 15.362.013 apreensões.

Ora, é importante estar ciente de que a opção de investigar este tipo de crime levanta dificuldades de investigação. A investigação, em particular, no crime de contrafacção é complexa, exige muitos meios, quer humanos quer técnicos, inclusive logísticos, no desmantelamento de grupos organizados que se dedicam exclusivamente ao fabrico de marcas falsas com o objectivo de venda e revenda para todo o mundo. Percebi que, quando estes objectos chegam a locais como o mercado (alvo da operação), já atingiram fases avançadas do circuito económico na medida em que já passaram por vários intervenientes, e que segundo o inspector que acompanhamos este é um factor que dificulta a identificação dos indivíduos, inclusive os fabricantes.

⁴⁴ Quando se fala em material está-se a referir não só a vestuário, como também a outras matérias-primas, (perfumes, DVD, CD, etc.).

A contrafacção é um problema que traz consequências graves para os autores das marcas. Quando se faz contrafacção de produtos está-se a tentar utilizar a dinâmica da publicidade dessa marca. É um crime que produz uma danosidade a dois níveis diferentes, isto é, na utilização abusiva de uma marca com um historial de renome, e na prática de uma concorrência em condições desiguais.

Em suma, pude perceber que uma operação a este nível envolve uma organização delimitada quanto aos meios técnicos e humanos. Primeiro, porque o número de efectivos da ASAE era manifestamente inferior face aos da PSP, e depois, tratando-se de várias equipas com diferentes intervenções, é importante que exista eficiência na sua articulação, designadamente nas equipas do NIC e nas EIR. O sucesso desta primeira intervenção passa, essencialmente, pelos resultados obtidos no âmbito da apreensão do material contrafeito. Porém não é despidendo a mensagem por detrás da operação- é importante que chegue à população a importância da acção da ASAE. A sua intervenção, neste perímetro, foi também no sentido de educar estes comerciantes, para que eles percebam que trata-se, efectivamente, de um negócio ilegal com consequências criminais.

Num segundo momento da operação dá-se destaque à identificação de eventuais suspeitos e às buscas a veículos automóveis.

No sentido de detectar-se armas ou outros objectos ilícitos, tornou-se necessário cercar e fechar todo o perímetro, incluindo as entradas que davam acesso ao mesmo. Neste primeiro acto policial foi importante a identificação de pessoas que pudessem ser detentoras de objectos ilícitos, incluindo armas.

Quanto às diligências de prova, fiquei com uma noção das que são utilizadas numa operação preventiva deste tipo, embora exista uma que se destaca.

Numa operação de apreensão de armas proibidas é de primordial importância a apreensão da arma⁴⁵. Para tal é necessária a realização de buscas (ainda que em

⁴⁵ Observando-se as normas da Lei nº5/2006, de 23 de Fevereiro (Regime Jurídico das Armas e Munições).

veículos automóveis)⁴⁶. As buscas foram realizadas com o auxílio de dois cães orientados pela equipa do Grupo Operacional Cirotécnico⁴⁷.

Quando o MP com o auxílio dos OPC, no decorrer da investigação, fizerem a recolha de provas, estas têm que ser válidas, ou seja, susceptíveis de serem idóneas para depois serem apreciadas em sede de julgamento. O que significa que quando estão no terreno com o objectivo de recolherem provas, devem-no fazer sempre em observância das regras constitucionais, conforme os artigos 125.º e 126.º do CPP.

Sempre que se utilize métodos proibidos de prova há lugar a nulidades processuais, na medida em que quando estejam em causa provas proibidas a consequência para as mesmas é sempre a nulidade, tal como prevê o n.º3, do artigo 126.º. Por essa razão, nos casos em que as operações são de prevenção, e onde não existem indivíduos concretos alvo de investigação, deve-se primeiro obter os mandados de validação dos autos de revista e de busca (nº 2, do artigo 251.º, e n.º 3 e n.º 6, do artigo 174.º, do CPP). A realização de buscas em veículos automóveis é vista como uma operação que falha na prossecução de uma formalidade processual determinante para o sucesso do acusatório, que consiste na validação judicial.

Pois é frequente a realização de buscas em veículos automóveis onde são interceptados indivíduos suspeitos, sem que seja lavrado auto e sem que o mesmo seja imediatamente submetido a validação judicial. Portanto, deve – se ter em atenção sempre o respeito pela formalidade inerente aos meios de obtenção de prova. A eficácia da justiça só é conseguida quando se esteja perante um processo justo onde haja lealdade de armas e onde os fins nunca justifiquem os meios, logo a prova deve ser conseguida honrando os direitos das pessoas, designadamente através do respeito pela sua integridade moral e física, pelo seu domicílio e pela sua vida privada.

É nessa perspectiva que se quis dar ao conceito de domicílio um significado mais alargado, tal como refere António Francisco de Sousa “ *Na falta de definição expressa*

⁴⁶ O conceito de busca domiciliária pode abranger os veículos automóveis que sirvam para pernoitar, fazer refeições, etc.)

⁴⁷ Pude compreender que a intervenção dos animais só se torna justificada a partir do momento em que os agentes policiais não consigam, numa primeira fase da busca, detectar os objectos, pelo que através do faro dos animais, e se a arma tiver índices de pólvora, se consegue chegar até ela.

na lei policial, o conteúdo do termo domicílio deve ser extraído da própria Constituição, a qual formula um conceito amplo de domicílio, que se aplica também ao direito policial. Assim, em direito policial o domicílio, compreende não apenas os espaços que servem às pessoas como núcleo central da sua vida privada, mas também os anexos e os espaços comerciais e industriais.”

Daí que os órgãos de polícia criminal no decorrer das diligências investigatórias não se devam esquecer desta regra processual. Para além de que, o conceito de domicílio não se esgota na definição de casa de habitação, ele é também estendido a salas de trabalho, escritórios mas também quartos de hóspedes, caravanas e até tendas.

Da operação acompanhada, apesar de todas as diligências efectuadas pela PSP, não se obteve quaisquer armas proibidas.

Em suma, a respectiva operação teve um contributo positivo na prevenção da criminalidade designadamente no combate a crimes específicos como o tráfico de armas. Foi, também, importante na medida em que fez chegar à população a ideia de que existe um controle policial no âmbito deste tipo de crimes.

A segunda operação acompanhada versa sobre os crimes rodoviários, previstos no Código Penal (CP) e no D.L. 3 de Janeiro de 2/98.

A operação realizada na noite de sábado do dia 20 de Dezembro de 2014 teve como principal objectivo a prevenção dos crimes rodoviários, nomeadamente, os crimes de condução de veículo em estado de embriaguez e condução sem habilitação legal.

No âmbito da operação realizada pode-se fazer uma divisão quanto à intervenção e acompanhamento dos agentes da PSP, isto é, uma primeira parte, em que se pretendeu fazer o despiste do álcool aos condutores, e uma segunda parte, em que se fez o auto de detenção.

Pude compreender, na primeira parte da operação, que os condutores eram fiscalizados *“através da expirometria ... aplicando uma fórmula de conversão”*⁴⁸.

Caso o valor correspondesse a uma taxa que igualasse ou ultrapassasse o valor de 1,20 g/l, esses condutores eram encaminhados até à viatura policial para realizarem um outro teste, através de outro aparelho, cuja fiabilidade é significativamente maior

⁴⁸ Citado do comentário ao artigo 292.º do CP (Código Penal- Parte Geral e Especial).

face ao primeiro. O aparelho móvel consegue determinar o álcool no sangue de forma qualitativa, e na máquina, de forma quantitativa, sendo este mais rigoroso- e é precisamente esse último teste que serve de prova, anexo ao auto, para apreciação da sua responsabilidade criminal em tribunal.

Ainda na primeira parte da operação acompanhei a agente da PSP responsável pelo levantamento de um inquérito. O questionário teve como objectivo o apuramento do número de condutores que conduzem sem exceder a taxa legal proibitiva (0,5 g/l). Estas fichas de controlador de álcool têm importância, pois os valores obtidos desta e de outras fiscalizações são também o reflexo da sociedade e dos seus comportamentos em estrada. Parece ser ainda preponderante se se estendesse esse estudo estatístico aos condutores em que se detectasse um valor de álcool para além do legalmente permitido- as consequências práticas desse estudo, só iriam ajudar a compreender o fenómeno e a configurar soluções de combate e prevenção.

Na segunda parte da operação foram registados e elaborados os autos da detenção a serem entregues ao tribunal. Os arguidos são depois notificados para se apresentarem a julgamento sumário (caso não se aplique a SPP) num prazo máximo de 48 horas, conforme a alínea a), do n.º 1, do artigo 254.º do CPP.

Para se ter uma ideia dos números quanto ao movimento processual dos crimes rodoviários neste tribunal a Sr.^a Procuradora Adjunta, Dra. Eunice Marcelino, disponibilizou-me a seguinte ilustração.



Ilustração 2

A ilustração serve para demonstrar os números relativos aos processos que seguem para sumário. Verifica-se para o ano de 2013 um número total de 691 processos sumários julgados no âmbito deste tipo de criminalidade, o que só vem corroborar a ideia de que existe cada vez mais autos de comunicações, sendo que a sua maioria segue para julgamento sumário porque a aplicação da suspensão provisória do processo deixa de ser possível, precisamente por existir condenação anterior sobre este mesmo crime.

5. Acção de Formação

Acção de formação no âmbito da Campanha de divulgação do papel do MP realizada pelo SMMP no CEJ.

A experiência do estágio no MP proporcionou-me não só o contacto com a realidade processual no tribunal mas também contactar com organizações como o SMMP e o CEJ. Assim foi-me proposto pela minha supervisora acompanhar a sessão de esclarecimento da campanha realizada no dia 25 de Setembro no CEJ pelo Sindicato do MP na promoção do que é o MP, à população em geral, e em particular, às instituições de solidariedade social e tribunais. Foram chamadas a estar presentes a Procuradora Geral da República- Dra. Joana Marques Vidal bem como os altos cargos das polícias e o corpo representativo do CEJ.

Esta campanha teve como objectivos tornar o mais visível possível a vasta representatividade que o MP exerce nomeadamente junto da sociedade. É uma campanha que tem como mote-“ o MP por si e por todos”, o que traduz a ambivalência da sua actuação. Pude perceber da divulgação que este MP é um MP aberto, próximo das pessoas no sentido de assegurar cada vez mais os direitos dos cidadãos no geral e no particular, dinâmico e activo. As ideias chave que caracterizam sinteticamente o MP são agora a proximidade e a representatividade.

6.Consulta e Análise de Processos-Crime

No seguimento do plano do estágio, procedi à consulta e análise de processos-crime cuja competência de investigação é do MP. Todos estes processos foram acompanhados, desde a sua entrada (nos serviços de triagem do MP), até ao julgamento, o que permitiu melhor compreender e identificar as etapas de um processo criminal.

a) Fases Processuais

O processo penal português encontra-se tripartido quanto à sua estrutura, e cada fase remete para um objectivo completamente diferente das demais.

A fase de inquérito é a primeira fase do processo penal, onde se faz a investigação e a recolha de provas sobre a existência de um crime e as pessoas que o praticaram.

O inquérito comporta um duplo sentido - a fase processual e a fase de investigação. Nesta primeira perspectiva o inquérito vai servir para dar início ao processo penal comum e depois vai servir para que se esclareça a notícia do crime objecto da acusação. Na segunda perspectiva, o inquérito vai ser preciso para se obter o máximo de informações possíveis no sentido de se determinar, o crime, os seus agentes e a sua responsabilidade. A investigação criminal enquadra dois objectivos fundamentais:

- Criar uma convicção sobre a existência do crime e dos seus agentes (convicção sobre o ilícito);
- Criar uma convicção sobre a responsabilidade criminal (convicção sobre a sanção).

Para além disso, é importante a junção de dois elementos, um de natureza objectiva e outro de natureza subjectiva. No âmbito do elemento de natureza subjectiva o MP tem de compreender o crime, isto é, se está perante uma criminalidade “violenta”, ou em vez, se é uma criminalidade altamente organizada e de poder.

E também para acusar tem de ter na sua convicção que foi determinado agente quem praticou o crime, para poder deduzir acusação tal como dispõe a alínea c) do n.º2 do artigo 53.º.

A prova vai servir, primeiro, para formar a convicção do magistrado do MP que está afecto à investigação, e segundo, como fonte de informação.

A fase de inquérito vai ser importante na recolha da prova e na valoração da mesma, com o objectivo de formar a convicção que servirá para a decisão da acusação ou do arquivamento. Apesar do MP ser o órgão por excelência que dirige a fase de inquérito não se pode descurar, também, a intervenção eventual do JIC. Quando se fala em diligências de investigação, e dentro destas a recolha de provas deve-se ter em atenção quais as que necessitam de intervenção do juiz, por serem da sua exclusiva competência, como consta no n.º2, do artigo 268.º, do CPP.

Assim compete-lhe proceder ao primeiro interrogatório judicial de arguido detido, proceder à aplicação de uma medida de coacção ou de garantia patrimonial, à excepção do artigo 196.º que pode ser da competência do MP, ou quando, a título de exemplo, se devam proceder buscas e apreensões a escritórios de advogados, consultórios médicos ou mesmo a estabelecimentos bancários e que deve sempre presidir a essas diligências.

Por fim, deve-se referir que é no inquérito que se define o objecto do processo penal, ou seja, o objecto fáctico do processo, decorrendo do princípio da lealdade e do nosso Estado de Direito Democrático consagrado no n.º5 do artigo 32.º da CRP. O processo tem uma estrutura acusatória, que decorre também do princípio do acusatório em que se deve dar à outra parte oportunidade de intervir e fazer a sua defesa. Assim um indivíduo só pode ser julgado depois de ter sido acusado, e só é julgado pelos factos que foi formalmente acusado.

O arguido nunca pode ser julgado por factos substancialmente diferentes daqueles pelos quais ele foi acusado, caso assim não acontecesse punha-se em causa o princípio do acusatório e toda a lealdade processual porque se iriam permitir imputações surpresas.

Nesta fase importa, também, a relação que o MP mantém com outros sujeitos processuais mormente o assistente (que pode ter voz autónoma ao nível do processo). Para falar dessa relação tem de se mencionar, necessariamente, o princípio da vinculação temática.

Quando se acusa o assistente pode requerer a abertura de instrução, e aqui está-se a definir o objecto do processo e as decisões posteriores tomadas na Instrução que irão estar subordinadas a essa vinculação- o juiz do julgamento não pode condenar por crime diverso de outros factos que não aqueles que constam na acusação feita pelo MP ou pelo assistente. É no inquérito, e é nos actos de encerramento do inquérito, na acusação ou (na reacção de contra-acusação) no requerimento de abertura de instrução do assistente, que se define o objecto do processo e sobre o qual decorre o princípio da vinculação temática. As duas peças fundamentais para decidir o objecto do processo é a acusação do MP nos crimes públicos e semipúblicos, e o requerimento de abertura de Instrução do assistente⁴⁹.

Já nos crimes particulares define-se o objecto do processo através da acusação particular deduzida pelo assistente.

Sabe-se que para além da fase de inquérito, existem ainda duas fases processuais, uma facultativa que é a Instrução, (onde se pode recorrer ou não), e outra obrigatória que é o julgamento.

Em sede de Instrução, é com a acusação ou o requerimento de abertura de instrução que se define o objecto do processo e diz a lei que a alteração substancial dos factos não pode ser tida em conta na fase de instrução, porque se se tratar de factos novos já se extravasa o objecto do processo, também violador do princípio já referido em fase de inquérito, que é o princípio da vinculação temática. A fase de instrução apesar de ser uma fase facultativa é particularmente importante quer para o arguido “insatisfeito” com a acusação proferida pelo MP, como para o assistente inconformado com o despacho de acusação e de arquivamento também proferido pelo MP. Aqui importa desde logo analisar o mecanismo de impugnação por parte do assistente. Se o MP acusa está implicitamente a dizer que há indícios sobre factos que implicam a condenação do arguido em julgamento, isto é, que há uma

⁴⁹ Vejam-se os artigos 283.º e 287.º, ambos do CPP.

probabilidade razoável de ele vir a ser condenado em sede de julgamento, portanto, parece que a acusação do MP é coincidente com o interesse do assistente no processo. Mas importa analisar a figura do assistente em si mesmo.

O assistente pode divergir da acusação proferida por aquele Órgão, por achar que se trata de uma acusação parcial ou insuficiente. Pode achar ser uma acusação parcial quando o MP não acusou por todos os factos que, do ponto de vista do assistente, deveria ter acusado. E pode achar ser uma acusação insuficiente porque o MP acusou o arguido por um crime, e ele considera que o MP deveria ter acusado por outro, com outra configuração. Logo, pode haver situações que o assistente não concorda com a acusação do MP e dentro deste contexto, a lei confere ao assistente também a possibilidade de reagir contra o despacho de acusação. A própria Constituição prevê a sua intervenção processual no sentido de dar ao ofendido o direito de intervir de forma a apresentar a sua versão dos factos enquanto acusador principal ou auxiliador do MP, consoante se esteja perante um crime particular, semipúblico ou público⁵⁰. Tal como refere Germano Marques da Silva “ *o que a lei não pode é retirar ao ofendido, directa ou indirectamente, o direito de participar no processo que tenha por objecto a ofensa de que foi vítima*”.

Mas também pode acontecer que o assistente não concorde com o despacho de arquivamento proveniente da decisão do MP. Este, contudo, é mais difícil ser sindicável e ter sucesso na decisão de abertura de instrução- pelo resultado geral que obtive através de um estudo, que será oportunamente objecto de análise, a ideia é a de que o assistente, quase na maioria dos casos, não obtém resultados positivos na resposta à abertura de instrução remetida ao JIC.

Já na fase de julgamento consegui compreender que a audiência encontra-se dividida por partes, a parte onde o juiz intervém, a parte da produção de prova, a parte onde o Procurador inquir as testemunhas, arguido e assistente, a parte onde os advogados (da defesa e da acusação) colocam também as suas questões, e por fim a parte das alegações finais.

⁵⁰ Veja-se o n.º 7 do artigo 32.º da CRP.

O processo chega a julgamento por duas vias:

1º- Pode chegar directamente “via inquérito” se houver acusação e ninguém requer a abertura de instrução, porque esta é uma fase facultativa.

2º- Pode chegar por via de instrução, em que o MP profere despacho de acusação ou de arquivamento, o arguido ou o assistente nos termos dos artigos 286.º e 287.º requerem a abertura de instrução, num prazo de 20 dias, e o JIC emite despacho de pronúncia.

Muito sinteticamente, a fase de julgamento é a verdadeira fase para se conseguir objectivamente apurar a responsabilidade criminal do (s) agente (s) prevaricador (es) - é a fase por excelência da produção da prova, quer pericial, quer testemunhal, quer documental e da audição das partes.

b) Processos-crime consultados- Case studies

A análise de casos é sempre útil para perceber o mecanismo do processo penal e conhecer em pormenor determinados tipos de crimes e a sua realidade.

O presente levantamento de informações diz respeito aos crimes rodoviários.

A expressão “crimes rodoviários” é comumente utilizada para se falar dos ilícitos cometidos pelos condutores na estrada, ou seja, não referindo um crime em específico. Porém, todos os crimes rodoviários agregam elementos comuns, como o condutor, a viatura e a estrada. Por ora, irei tratar apenas dois, o **crime de condução em estado de embriaguez** e o **crime de condução sem habilitação legal**.

Sendo estes os crimes com mais predominância no âmbito dos processos sumários julgados nesta comarca tornou-se imperioso investigar o porquê desta incidência.

O contacto com esta criminalidade mormente o facto de ter consultado dois diferentes tipos de crime fez com que percebesse que as sanções a dar, em fase de julgamento, são distintas, podendo em última análise, resultar em pena de prisão efectiva. Por outro lado, permitiu uma análise mais alargada no âmbito da tramitação processual, desde a triagem até ao envio do expediente para sumário.

Desse acompanhamento, vou explicar, brevemente, o tipo de crime em causa e o comportamento típico ilícito que o preenche.

E depois, se nos dois tipos de crimes escolhidos, a acusação e o pedido do MP coincidiam com a decisão proferida pelo juiz. Em seguida falarei sobre a importância da presença do agente autuante nesta fase processual para aplicação da medida da pena.

Da tabela 1 que está no anexo II, apenas transparecem o número do processo-crime e alguns dados de cariz informativo.

Processo “Condução em estado de embriaguez 1”

Este processo⁵¹ versa sobre o crime de condução em estado de embriaguez, previsto no artigo 292.º do CP. Assim, pratica o crime de condução em estado de embriaguez “quem, pelo menos por negligência, conduzir veículo, com ou sem motor, em via pública ou equiparada, com uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l (...)”.

Ora, os factos típicos ilícitos descritos no auto de notícia correspondem à condução em estado de embriaguez, a uma taxa que excede 1,20 g/l, ou seja, uma taxa quantitativamente determinada em 1,47 g/l no sangue.

Estes factos integram o crime supra mencionado na medida em que o indivíduo se fez conduzir na estrada, embriagado, e excedendo a taxa crime de 1,20 g/l.

Para que se preencha o tipo de crime em causa é necessário o preenchimento dos tipos objectivo e subjectivo. Tratando-se o crime de condução em estado de embriaguez num tipo de crime abstracto, o ilícito integra uma perturbação que põe em risco bens jurídicos individuais, como a integridade física ou a vida.

O tipo fica objectivamente preenchido ainda que o indivíduo se faça conduzir por veículo que não tenham motor, como é o caso de uma bicicleta- como também não é necessário para a sua verificação a lesão dos bens jurídicos supra mencionados, basta a provocação do perigo. Para além disso, do teste tem de resultar uma taxa de

⁵¹ NUIPC 343/14.6PFSTB ANEXO II.

álcool no sangue igual ou superior a 1,20 g/l. A taxa aplicada está prevista tanto no CP como em legislação complementar⁵².

A quantificação da taxa de álcool no sangue é realizada através de máquinas regulamentadas para o efeito, que asseguram o máximo de fiabilidade quanto aos resultados apurados. Apesar de se ter admitido, neste tribunal, o uso de margens de erro (Erro Máximo Admissível) que diminuem a diferença entre o resultado e aquele que é na realidade, o valor a reduzir não é tão significativo.⁵³ É de salientar que neste processo o arguido beneficiou de um decréscimo da taxa que constava no talão junto ao auto, pois ao se aplicar a margem de erro admissível, o valor a considerar foi de 1,36 g/l, em vez de 1,47 g/l.

Continuando o raciocínio acima exposto, para além da verificação da imputação objectiva importa também a imputação subjectiva. É necessário que o indivíduo tenha praticado o crime com dolo ou negligência. Quando o legislador refere o dolo do artigo 292.º, está a abranger todos os tipos de dolo, incluindo o dolo eventual, que por vezes, tende-se a confundir com a negligência. Age com dolo eventual o indivíduo que se conforma com a possibilidade da produção do resultado, e com negligência sempre que se omite a diligência que lhe era exigível.

No caso em apreço determinou-se que o indivíduo tinha actuado com negligência consciente, ou seja, o agente apesar de prever a verificação do ilícito, por precipitação acreditou que o facto não se iria verificar. Percebi que esta distinção entre dolo e negligência é importante na determinação da culpa, e posteriormente na determinação da pena. O princípio da culpa é um princípio que estrutura a medida concreta da pena, ou seja, pode limitá-la sem exceder as necessidades da prevenção geral ou especial, conforme prevê o n.º 1, do artigo 40.º, do CP.

A culpa tendo em conta a objectividade da conduta, as circunstâncias e as razões que a fundamentam pode ser graduada. Assim, o juiz através das perguntas que formula ao arguido, percepção em que circunstância é que este conduziu

⁵² Lei 65/98, de 2-09; Lei 72/2013 de 3-09; Directiva Europeia 2011/82/EU, de 25-10-11, e o Regulamento dos Alcoolímetros anexo à Portaria 1556/2007 de 10-12.

⁵³ Não obstante, o arguido requer o teste de contraprova através de uma análise ao sangue. O resultado desse exame prevalece sobre o realizado em máquina através de ar expirado.

embriagado e com que razão- só assim consegue determinar se está perante dolo ou negligência, e perceber a intensidade entre um e outro.

Porém, o acto de embriaguez não é um acto que o isenta da responsabilidade penal. A responsabilidade penal, para o crime previsto no artigo 292.º, é imputada tanto dolosa como negligentemente.

Outro aspecto importante, e que foi objecto de análise, foi perceber se as alegações do MP coincidiriam com a pena efectivamente aplicada pelo juiz.

No processo em apreço o MP alegava que ao arguido deveria ser-lhe aplicada uma pena não privativa da liberdade e acessoriamente uma pena nos limites mínimos legais. Pude perceber que a pena efectivamente aplicada correspondeu ao padrão pedido pelo MP. Assim, foi aplicada ao arguido como pena principal uma multa de 300€ a pagar a uma instituição e acessoriamente a inibição de conduzir por um período de 3 meses.

Pude também perceber a importância que alguns detalhes podem vir a ter quando o agente autuante é chamado a testemunhar no âmbito deste tipo de crime.

Conforme o n.º 1, do artigo 128.º, do CPP a “*testemunha é inquirida sobre factos de que possua conhecimento directo e que constituam objecto de prova*”. O agente ou guarda possui conhecimento directo sobre o crime, é ele que autua o arguido e faz a detenção, portanto é a pessoa indicada para depor, de forma esclarecida, sobre a prática do crime. A forma como o arguido se fazia circular na estrada, a reacção quando confrontado com a polícia, se mostrou resistência, são pormenores que esclarecem o tribunal quanto à pessoa do arguido.

Em suma, na análise a um caso de condução em estado de embriaguez é imprescindível não só a determinação da taxa crime como a conduta do arguido no acto da detenção. Estes pontos podem ser comuns a outros processos-crime como se pode constatar no próximo caso.

Processo “Condução em estado de embriaguez 2”

Este processo⁵⁴, tal como o anterior, trata do crime de condução de veículo em estado de embriaguez previsto no artigo 292.º do CP.

No presente caso os factos típicos ilícitos descritos na acusação correspondem à condução de veículo sob efeito de álcool com uma taxa de 2,46, o que se traduz num crime punível (não com uma suspensão provisória do processo por se extravasar a margem permitida à sua aplicação) com pena de multa ou de prisão efectiva até um ano.

Reunidos os elementos que preenchem o tipo objectivo (condução em estado de embriaguez, com uma taxa quantitativamente determinada de 2,46, superior a 1,20 g/l, e colocando em risco bens jurídicos individuais como a vida e a integridade física) analisa-se o tipo subjectivo.

Nas palavras do Professor Germano Marques da Silva⁵⁵, *“o crime é doloso sempre que o agente, tendo consciência do seu estado, pratica a condução de veículo rodoviário. Se o agente não tinha consciência do seu estado, por erro indesculpável, o crime é-lhe imputado a título de negligência. O dolo e a negligência têm como elementos de referência no art.º 292º a consciência do estado de embriaguez e não a ingestão das bebidas alcoólicas”*.

O critério utilizado pelo Professor foi o mesmo que foi adoptado pelo juiz na determinação do tipo subjectivo. Há, portanto, no entender deste autor o factor de consciência sobre o estado de embriaguez na delimitação da aplicação do dolo ou da negligência.

Neste processo o arguido não só confessou que tinha consciência de que estava a conduzir embriagado, como confessou ao tribunal o risco que estava a provocar ao fazê-lo. Para além de que a razão que invocou não pode ser tomada em conta como forma de diminuição da culpa (o arguido alega que se fez conduzir embriagado para ir buscar o telemóvel que tinha deixado numa discoteca). Todos estes dados são relevantes para que o juiz se decida pelo dolo e não pela negligência.

⁵⁴ Veja-se o NUIPC 1365/14.2PBSTB da tabela I que consta no Anexo II.

⁵⁵ Silva, 1996, p.61.

Este processo vem contrastar com o primeiro em todos os aspectos a serem considerados, designadamente na escolha da pena pelo juiz e no pedido alegado pelo MP.

O crime de condução em estado de embriaguez pode ter no limite a aplicação de uma pena privativa da liberdade- sendo esta a excepção devido aos critérios de prevenção geral e especial. Este caso mostrou ser um caso paradigmático.

A prevalência pela aplicação de uma pena não privativa da liberdade em detrimento da pena de prisão é concretizada sempre que a pena de substituição deixe de acautelar os interesses da prevenção geral e especial. Ora esgotados todos os mecanismos de aplicação de pena não privativa da liberdade porque desrespeitados pelo arguido, mostra-se necessária, para que não seja novamente posta em causa a tutela dos bens jurídicos protegidos, a utilização da pena de prisão. Tomando o caso em apreço, o arguido tinha esgotado as medidas não privativas da liberdade na medida em que já tinha beneficiado de uma SPP, e já tinha beneficiado de duas penas suspensas.

Chegado a este ponto, é de analisar o pedido do MP e a pena efectivamente aplicada pelo juiz. Das alegações apresentadas pela Sr.^a Procuradora resulta para pena principal um pedido de pena de prisão em regime de dias livres, num limite mínimo, nos termos da lei, e para pena acessória, a inibição de conduzir por um período de 12 meses. É de salientar que a magistrada teve em consideração o facto de o arguido ter família a seu cargo e ter de trabalhar durante a semana, pelo que considerou estes elementos e pediu que cumprisse a prisão aos fins-de-semana.

As circunstâncias que levaram o indivíduo a conduzir embriagado bem sabendo do seu estado e do facto de pôr em risco bens jurídicos individuais foram fundamento justificativo para o pedido supra referido.

Já a pena (principal e acessória) aplicada pelo juiz não segue os mesmos contornos que a pedida pelo MP. O juiz neste caso teve em conta o facto de o arguido ser reincidente, ter esgotado as medidas não privativas da liberdade e de desrespeitar uma dessas medidas- que foi a pena suspensa. Porém, parece-lhe excessiva a pena de

prisão por dias livres (a ser cumprida aos fins- de- semana), e converte-lhe a pena em trabalho a favor da comunidade. Quanto à pena acessória o tempo de inibição da condução foi para além do alegado pelo MP, pelo que teve de cumprir um ano e dois meses. O juiz alicerçou a sua escolha nas finalidades que a prevenção especial pretende conseguir- o facto de o arguido ter uma família a cargo, é um elemento preponderante para que o mesmo em vez de cumprir pena de prisão cumpra pena de substituição, e satisfaça as exigências de socialização.

Deste modo, quis o juiz que fosse dada ao arguido a oportunidade de poder, por um lado, ver cumprida e realizada a prevenção da norma jurídica- pela via da inibição da condução, de forma a acautelar os bens jurídicos protegidos, e por outro lado, a reinseri-lo socialmente através do trabalho em comunidade- de forma a inculcar-lhe valores sociais, que muitas vezes, os condutores reincidentes não possuem.

A prevenção geral visa que seja aplicada ao arguido uma pena de acordo com “ *a necessidade de tutela de bens jurídicos que se exprime no caso concreto (...) alcançando-se mediante a estabilização das expectativas comunitárias na validade da norma jurídica violada (...)* ”⁵⁶.

Já a prevenção especial pretende preparar o arguido para que este não cometa no futuro outros crimes, ou seja, pretende-se que o arguido se insira em sociedade de forma a ter consciência do crime cometido, e não praticar quaisquer outros.

Em suma, tal como refere a Professora Anabela Rodrigues, “ *Sendo a pena efectivamente medida pela prevenção geral, ela deve respeitar o limite da culpa e, assim, preservar a dignidade humana do condenado* ”⁵⁷.

Através desta sessão, foi possível perceber que no âmbito do crime do artigo 292.º do CP, a confissão do arguido não tem os efeitos que o artigo 344.º do CPP prevê⁵⁸.

A confissão do arguido de que cometeu efectivamente o crime previsto no artigo 292.º não é considerada, processualmente, naqueles termos porque implicaria a renúncia da produção de prova. E aqui a prova é tudo na determinação da responsabilidade criminal do arguido, sendo que a taxa que é quantitativamente

⁵⁶ Rodrigues, 1995, p.570.

⁵⁷ Idem, p.558.

⁵⁸ Conforme a alínea a), do n.º 2, do artigo 344.º, do CPP.

determinada através da máquina é essencial e inegável. Tal como consta do Acórdão da Relação de Lisboa, “ *a taxa de alcoolemia não é um facto susceptível de confissão*”⁵⁹.

O que significa que a taxa de alcoolemia que serve de prova à responsabilidade criminal do arguido não é um dado que o arguido possa confessar, e ainda que o faça, tal só é relevante na determinação subjectiva do comportamento típico ilícito.

O testemunho do agente autuante pode ser relevante na concretização de determinados pormenores do acto de detenção. Neste sentido a Procuradora suscitou algumas questões, como por exemplo, qual o comportamento do arguido perante a detenção, em que circunstâncias é que o arguido foi detido.

Processo “ Condução sem habilitação legal ”

O presente caso versa sobre o crime de condução sem habilitação legal previsto no artigo 3.º do D.L 3 de Janeiro de 2/98.

À luz deste normativo pratica o crime de condução sem habilitação legal, “*quem conduzir veículo a motor na via pública ou equiparada sem para tal estar habilitado nos termos do Código da Estrada*” ou “ *se o agente conduzir, nos termos do número anterior, motociclo ou automóvel*”.

No caso⁶⁰ em estudo o arguido não possui carta de condução de veículo ciclomotor, pelo que incorre no crime do n.º 2 do artigo 3.º do supra referido diploma.

No plano da imputação subjectiva tornou-se essencial perceber em que circunstância é que o arguido foi detido. Aqui tornou-se imprescindível ouvir o arguido, e perceber efectivamente se foi uma situação atípica, esporádica ou, pelo contrário, comum. Concluiu-se que o arguido só o fez porque necessitava de ir à farmácia comprar um medicamento imprescindível à sua saúde- percebi que neste tipo de crime a circunstância pela qual o arguido comete o crime é relevante na determinação da responsabilidade criminal- o facto de saber, por exemplo, se o

⁵⁹ Juízes do TRL, 2013.

⁶⁰ Veja-se o NUIPC 334/14.7GGSTB da Tabela 1 Anexo II.

mesmo tinha pessoas que pudessem trazer o medicamento, o facto de a distância ser curta ou não no trajeto que faz, e com que finalidade.

Neste caso o tribunal teve em consideração o contexto segundo o qual o arguido se fazia conduzir sem a respectiva carta de condução- apesar de ser recorrente a condução do veículo sem a carta (por confissão do arguido) naquele particular dia.

Note-se que o arguido por se tratar de pessoa com mais de 65 anos levanta um problema na obtenção dessa habilitação legal que tem a ver com as fracas habilitações literárias, na medida em que o arguido não sabe ler e escrever.

Este é o principal motivo apontado para a existência de uma parte significativa da população sem habilitação legal. É um problema enraizado neste Concelho, em particular, onde existe um número significativo de pessoas não alfabetizadas examinando os dados do INE do ano de 2011⁶¹.

Importa também verificar se a pena pedida pelo MP corresponde integral ou parcialmente à que o juiz aplicou. O MP pediu uma pena não privativa da liberdade, correspondendo a uma pena de multa a fixar nos termos mínimos legais. O juiz, por sua vez, e indo de encontro à alegação do M.P determinou como pena principal, uma pena de multa de 250€. Este valor é aferido tendo em ponderação os valores remuneratórios auferidos pelo arguido, como pensões sociais ou outras prestações, as despesas a seu cargo e a composição do seu agregado familiar. Não se pode impor ao arguido o cumprimento da pena para além daquele que ele pode verdadeiramente suportar, pelo que se justifica a consideração de todos estes aspectos.

c) *Entrevista*

Por fim, de forma a concretizar melhor a problemática subjacente à incidência dos crimes rodoviários quis introduzir a entrevista realizada à subcomissária da Esquadra de trânsito de Setúbal.

Para tal tive em consideração os seguintes pontos, a saber:

⁶¹Web- Site www.ine.pt

- 1- Desde quando é que são os crimes rodoviários uma preocupação nesta comarca?
 - 2- Em termos estatísticos quantos autos são elaborados por ano?
 - 3- Em termos estatísticos quais são os crimes rodoviários com mais incidência?
 - 4- Sentiu algum aumento significativo nesta comarca em algum ano específico?
 - 5- Quais as causas que estão por detrás destes crimes?- falo em particular da condução sob efeito de álcool. Quais os riscos que lhe estão associados?
 - 6- Tem conhecimento de alguma campanha de prevenção no âmbito destes crimes?
 - 7- O que poderá no seu ponto de vista ser feito para minimizar a sua incidência?
 - 8- Quando e porquê a participação do M.P é importante no âmbito das operações de fiscalização?
- 9- Se é realizada algum tipo de articulação entre OPC e M.P na investigação deste tipo de criminalidade?
- i) Se por exe: é comunicado o resultado final do julgamento, ou seja, se são comunicadas à Polícia as decisões relativas a esses crimes.
 - ii) Se não, se acha que deveria ser alterada essa situação e porquê?

A Subcomissária da Esquadra começou por dizer, em resposta à primeira questão, que os crimes rodoviários são desde há muito tempo uma preocupação de toda a estrutura da PSP, não apenas nesta Comarca, mas em todo o dispositivo nacional. Por haver necessidade de se controlar os ilícitos criminais e contra-ordenacionais neste âmbito, há já umas décadas que se especializou a polícia na vertente rodoviária, com a criação das Esquadras de Trânsito. Desde então que se tem analisado estatisticamente o tipo/número de crimes e contra-ordenações cometidos, por forma a melhor orientar a sua actuação, tanto a nível de sensibilização e prevenção, como de repressão.

Relativamente aos dados estatísticos a Subcomissária exemplificou-nos através de uma Tabela que consta no sistema da PSP e que irei fazer constar no presente relatório.

- 1- Em relação a Autos de Detenção por condução sob efeito do álcool, por condução sem habilitação legal e desobediência, os dados dos últimos anos são os seguintes:

ESQUADRA TRÂNSITO	2010	2011	2012	2013	2014 (até 30 de Novembro)
C/álcool	71	94	124	159	93
S/ carta	93	94	121	92	24
Desobediência ⁶²	24	16	36	43	11

TOTAL DIVISÃO	2010	2011	2012	2013	2014 (até 30 de Novembro)
C/álcool	166	200	343	328	359
S/ carta	247	243	270	168	125
Desobediência	56	42	80	63	44

Ilustração 1

Conforme se pode visualizar pelos dados da Tabela os crimes da condução de veículo em estado de embriaguez e a condução sem habilitação legal são claramente os que predominam nos últimos anos no concelho de Setúbal. Também revelou a Subcomissária que recentemente têm constatado uma ligeira descida do número de situações de condutores sem carta. Nas palavras da entrevistada “*Mais uma vez, analisando os dados que temos dos últimos anos na comarca de Setúbal, podemos afirmar que em 2012 verificou-se uma inversão da tendência que se registava até então. Se até 2011 o crime de condução sem habilitação legal era o que mais registos possuía, a partir de 2012 vemos que este tipo de crime passa para segundo lugar, passando a condução sob efeito do álcool a ser o crime rodoviário mais predominante.*”

O que significa que o crime de condução com álcool é um dos que vem a ser mais preocupante na comarca de Setúbal por implicar uma conduta perigosa em desvalorização de bens jurídicos como a vida e a integridade física.

⁶² (no crime de desobediência entram a recusa de efectuar teste de álcool, a condução dentro das 12 horas de proibição de conduzir e a condução de veículos apreendidos).

No que concerne à questão das causas associadas ao crime de condução sob efeito do álcool, não se consegue dar uma explicação objectiva a esse fenómeno, apenas as considerações que se consegue retirar do dia-a-dia das fiscalizações. Assim avança a Subcomissária dizendo que podem estar presentes questões culturais e sociais. Em muito também se deve ao sentimento de impunidade e que os conduz a arriscar “na prática de condutas perigosas na estrada”.

Cada vez mais verificamos que apesar da informação veiculada pelos diversos programas de sensibilização, os condutores não têm consciência plena dos riscos associados à condução sob efeito do álcool, e encaram esse comportamento de forma despreocupada, confiantes de que os azares só acontecem aos outros. Durante as fiscalizações que realizamos, por várias vezes, somos confrontados com expressões do género “só bebi um copo”; “bebi um pouco mas sinto-me perfeitamente bem”; “moro aqui perto e o carro já sabe o caminho”, entre outras, isso mostra o tal sentimento de despreocupação que os condutores mostram em relação a questões de álcool.

A par destes comportamentos estão inevitavelmente os riscos a eles associados. Tal como se referiu na entrevista podem estar em causa riscos materiais mas também humanos e são estes que mais preocupações levantam. Tal como diz a entrevistada *“conduzir alcoolizado é sem dúvida alguma um comportamento bastante perigoso, que urge ser encarado de forma séria e consciente. Não nos podemos esquecer que um carro é, não apenas um meio de transporte, mas também uma autêntica arma, e que a pessoa que o conduz de forma irresponsável não está a colocar em risco apenas a sua saúde ou a sua vida, mas também a de terceiros.”* Nesse sentido não se deve encarar este assunto como algo a ser relegado para segundo plano – é tempo de dar a importância que ele merece já que na maioria dos casos tal como salienta a Sr.^a Subcomissária estão em causa vidas e o meio de transporte é por vezes uma verdadeira “arma” nas mãos daqueles que não a sabem usar conforme as regras gerais do Código da Estrada.

A fim de perceber o que efectivamente estava a falhar ou invés o que poderia ser feito para minimizar tal incidência de resultados, perguntei à Subcomissária se tinha conhecimento da existência de campanhas de prevenção no âmbito destes crimes, à qual ela respondeu existir frequentemente campanhas de sensibilização por parte da

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR). Estas campanhas tal como a Subcomissária referiu *“são divulgadas tanto pelos meios de comunicação social como por nós, forças de segurança que andamos no terreno. Estou a lembrar-me, por exemplo, dos anúncios televisivos que a ANSR exhibe para apelar ao não consumo de álcool antes da condução, onde têm optado pela exibição de imagens chocantes por forma a desencorajar os condutores a terem esse tipo de comportamento.”*

Para além da ANSR existem campanhas que são realizadas pelos próprios efectivos da PSP e que são implementados ao longo do ano através de programas de prevenção e sensibilização, a título de exemplo, o que têm feito é pôr um dispositivo móvel, ou seja, um Posto de Atendimento Móvel junto a algumas festas de grande dimensão em que vários agentes realizam testes de despiste de álcool às pessoas que se propõem iniciar a condução. Porém esta é uma medida que está dependente da boa vontade e do bom senso da população. Portanto o que poderia ser feito além do que já se referenciou? – Foi a questão que se colocou. Ora, a esse respeito a Subcomissária acha que a solução não passa pelo aumento da moldura penal deste tipo de crime, mas sim por transmitir à sociedade que a punição actualmente prevista pela lei existe e é de facto aplicada. No seu entender as penas apesar de pesadas não servem de nada se no contexto prático não são aplicadas. Por isso é tão importante focar na prevenção geral, *“pois as pessoas nunca ouvem falar que alguém foi punido mais severamente por conduzir alcoolizado. Ou nos casos em que ouvem, até comentam que a pessoa levou apenas uma multa que é mais baixa do que o valor de uma contra-ordenação grave (500€), e isso é bastante preocupante pois alimenta o sentimento de impunidade.”*

Perguntei-lhe também se a presença do MP a seu seria importante no acompanhamento destas operações- No seu ver seria de facto importante a figura do MP estar presente tendo em consideração duas razões: primeiro, porque a figura do magistrado poderá incutir no condutor a importância que este crime deve ter.

Tal como refere *“Ao aperceber-se que um Magistrado do MP está no terreno o condutor tenderá a ver que está a ser dada uma grande importância a este tipo de crime, e poderá começar a ver a questão do álcool de uma forma mais séria”*. E segundo pela visão que se tem perante situações in loco. Ou seja, *“É “interessante” ver a forma descuidada e irresponsável como uma pessoa alcoolizada conduz, a maneira como desvalorizam os danos que cometem e o discurso que*

utilizam para se justificarem, etc, tudo isso são coisas que o MP não tem presente no momento da análise do caso.”. De facto do acompanhamento no âmbito da operação de fiscalização rodoviária, é de notar o desprezo e o desprendimento que algumas pessoas têm relativamente aos danos que da sua conduta pode resultar. Porém não me parece tendo em conta a minha experiência de estágio junto dos magistrados do MP que estes não tenham conhecimento dessas razões quando analisam os autos e preparam os processos. Até porque quando os arguidos são sujeitos a julgamento é recorrente o recurso do testemunho do agente autuante no sentido de apurar as razões pelas quais ele cometeu o crime e o seu estado de ânimo na altura em que foi confrontado e fiscalizado.

Outro objectivo que pretendi ver atingido prende-se com o facto de saber se existe ou não alguma articulação entre a polícia e o MP na investigação deste tipo de criminalidade. Sendo que a Subcomissária muito prontamente acabou por responder, em sentido negativo, quanto a essa articulação, fazendo, no entanto, o reparo de que tal articulação só iria beneficiar tanto a polícia como o tribunal. O exemplo que dei prende-se com a divulgação do resultado final do julgamento destes crimes à própria polícia. A este respeito disse a entrevistada que *“seria bastante útil termos um feedback do trabalho que desenvolvemos, pois para além de podermos melhorar a nossa actuação, poderíamos ainda, em última análise, servir de meio de difusão desse tipo de informação junto dos condutores que diariamente nós fiscalizamos, colaborando na tal prevenção geral de que falei anteriormente. Considero que se conhecêssemos esses resultados e “passássemos a palavra” seria uma excelente forma de desencorajar os condutores que adoptam esse tipo de conduta de risco (conduzir alcoolizado).”*

É de facto uma situação que carece de alteração, por exemplo, na criação de estruturas de prevenção para os condutores, de forma a evitar ou minimizar os casos que culminam em julgamento, já que como se viu nos *case studies* podem resultar em pena de prisão efectiva; além de que seria gratificante para os polícias ver que a sua acção foi frutífera (nos casos em que os processos culminam em condenações) e para a população em geral (relativamente à qual as condenações teriam um efeito dissuasor de más práticas na estrada).

III. ANÁLISE E PROBLEMATIZAÇÃO DE QUESTÕES PRÁTICAS SURGIDAS DURANTE O ESTÁGIO

Para além das questões abordadas ao longo do relatório surgiram outras que considero importantes no seu desenvolvimento e problematização. Irei assim abordar três temas diferentes, isto é, a Reforma Judiciária implementada em Setembro de 2014 que coincidiu com o início do meu estágio; a relação entre OPC e MP; e os arquivamentos (razões, consequências, e a possibilidade de abertura de instrução na óptica do assistente).

1.A Reforma Judiciária

a) Consequências Práticas

Ao iniciar o trabalho de análise e comentário de um tema, tal como acontece em relação à preparação e à redacção da generalidade dos textos científicos, importa distinguir o que é a fase de investigação e da consequente preparação e estruturação da mensagem a transmitir e o que é a fase, logicamente posterior (ainda que muitas vezes cronologicamente sobreposta) de redacção do texto em causa.

A referida primeira fase (de investigação e de consequente preparação e estruturação do conteúdo a transmitir) deve ser dividida em duas partes. Uma primeira onde se vai recolher toda a informação disponível sobre o tema, e uma segunda, onde se vai tratar a informação reunida.

Na verdade, se pretendemos comentar um determinado tema (isto é, se pretendemos emitir uma opinião crítica sobre o mesmo) é necessário que, antes, o conheçamos adequadamente. Por isso, num primeiro momento, devemos “olhar” para o tema como algo que nos é externo, com o objectivo de o conhecer e compreender tal como ele é.

Desta feita tornou-se essencial perceber quais as modificações que a Reforma Judiciária veio introduzir neste tribunal, em particular no dia -a- dia de trabalho dos magistrados do Ministério Público.

Importa primeiramente traçar os objectivos primários desta reforma, que é a 2ª reforma mais importante da história dos tribunais. A primeira reforma impulsionada por Mouzinho da Silveira teve lugar em 22 de Junho de 1927 com a Publicação do Estatuto Judiciário. Os juízos do reino eram extintos aparecendo em seu lugar, juízos de 1ª e de 2ª instâncias e o Supremo Tribunal de Justiça.

Os objectivos estratégicos da segunda grande Reforma Judiciária assentam em três vectores principais. O alargamento geográfico das circunscrições judiciais, a implementação de jurisdições especializadas em todo o território nacional, e por último a introdução de um novo modelo de gestão de comarcas.

O primeiro grande objectivo visa centrar em uma única comarca um número significativo de concelhos de forma a concentrar os serviços judiciais com os serviços administrativos. No âmbito deste objectivo está o encerramento, no total, de 20 tribunais que tinham um volume processual de 250 processos por ano⁶³.

A nova Reforma divide o país em 23 comarcas o que equivale a 23 grandes Instâncias Centrais e Locais. São presentes tribunais com secções de instância central em que se julga processos mais complexos e graves, e tribunais com secções de instância local em que compreendem secções de competência genérica e desdobram-se em competência cível (quando o valor da acção é de valor inferior a 50.000€) e criminal (quando a pena a ser aplicada é inferior a cinco anos).

A especialização é outro objectivo pensado para esta reforma. Pretende-se a especialização em quase todo o território nacional, pelo que das 23 comarcas existentes catorze com competência especializada ao nível da instrução criminal, família e menores, trabalho, comércio, execução, etc.

As instâncias especializadas encontram-se localizadas nos 23 distritos junto dos antigos Tribunais Judiciais. Um exemplo relevante é o que acontece na comarca de

⁶³Os tribunais extintos foram em Sever do Vouga, Penela, Portel, Monchique, Fornos de Algodres, Meda, Bombarral, Cadaval, Castelo de Vide, Ferreira do Zêzere, Mação, Sines (Juízo Misto do Trabalho e de Família e Menores), Paredes de Coura, Boticas, Murça, Sabrosa, Mesão Frio, Armamar, Resende e Tabuaço.

Setúbal onde o Tribunal de Comércio se centra agora em Alcácer do Sal que fica geograficamente distante da Instância Local da Comarca de Setúbal.

Os serviços especializados do MP também foram ampliados através do incremento de mais DIAPS designadamente em Faro, Leiria, Viseu, Santarém, Braga, Madeira, Açores e Lisboa Norte (com sede em Loures). Para as sete comarcas que ainda não têm especialização o critério para a sua admissão é condicionado pelo facto de terem que receber mais de 5000 inquéritos por ano.

b) Virtualidades e Obstáculos da Reforma

Existem algumas medidas no âmbito desta reforma de maior destaque, são eles a mobilidade dos funcionários e dos magistrados e as consequências da extinção dos tribunais.

Quanto à mobilidade dos funcionários pode-se referir a distribuição e redução dos magistrados do MP tendo por base as considerações do SMMP, salientado em especial os chamados "juizes sobrantes".

Quanto aos tribunais a extinguir pensa-se nos mecanismos criados em alternativa para fazer face aos transtornos causados às populações.

i) Os funcionários de justiça ficaram integrados numa única secretaria distrital, que pode funcionar em diversos pontos da comarca. Esta solução vai fazer sentido no âmbito do distrito judicial, ou seja, criou-se uma secretaria única para os círculos redimensionados. É também criada a figura do representante do Presidente do tribunal, como se houvesse uma hierarquia entre o Presidente e os funcionários desse tribunal, e um(a) secretário(a) do Presidente que funciona como chefe dos restantes funcionários. A reforma prevê uma gestão tripartida, composta pelo juiz presidente do tribunal, pelo magistrado do Ministério Público coordenador e pelo administrador judiciário.

ii) No âmbito dos tribunais a extinguir é da opinião do CSM (Conselho Superior da Magistratura) uma ponderação relativamente aos tribunais a serem extinguidos no interior do país, no sentido de criar outros serviços sem encargos adicionais para o

Estado, para que os cidadãos desses locais possam, por exemplo, entregar peças processuais ou simplesmente pedirem informações. Este mecanismo é interessante no apoio directo a estes cidadãos e funciona como um serviço "*front-office*" que liga/conecta todas as secções do tribunal judicial distrital afecto às cidades desse distrito.

A reorganização do quadro de juízes no que respeita ao seu reajustamento criou um quadro de juízes excedentários, o que chama a atenção pra uma questão elementar que consiste- No que fazer a estes juízes sobrantes?

Está-se a falar de um total de 300 juízes. Ora quando se fala em morosidade e atrasos judiciais no âmbito dos julgamentos, o reaproveitamento destes juízes vai coincidir exactamente nesse sentido. A finalidade a dar a este quadro de juízes sobrantes passa pela sua colocação em estruturas de apoio e de recuperação de "processos pendentes em atraso".

É de salientar que esta reforma deixou de fora a criação do gabinete do juiz integrado, designadamente, por um assessor. Os juízes excedentários vão, à semelhança do que acontecia antes da reforma, exercer funções de juízes auxiliares, colocados pelo CSM em função das necessidades efectivamente existentes nos tribunais.

Também se previu uma maior mobilidade de magistrados, de facto e em confronto com o que é a minha realidade no estágio, consegui constatar tal situação.

Porém, é de assinalar que tal mobilidade apenas é evidente, nos quadros judiciais e numa matriz prática, em duas situações. Uma primeira que tendo funções de auxiliadora de um juiz de direito, é vista como temporária, na medida em que a mesma só está presente para auxiliar outro juiz num espaço de tempo que pode ser determinável/ determinado- está depende de um certo resultado- que é a diminuição da carga de trabalho desse juiz em particular.

A outra situação diz respeito a outro magistrado que está também a exercer funções de auxiliar mas não já para um concreto juiz, antes para uma certa categoria de processos, ou seja, para auxiliar os magistrados do MP no âmbito dos processos sumários. Neste caso, como pude constatar no decorrer do estágio aquando do

acompanhamentos dos julgamentos sumários, o juiz auxiliar prestava-se a acompanhar um eventual PA para a realização dessa diligência processual. Não mantinha assim outras funções adicionais como o de auxiliar para a diminuição da litispendência dos processos.

É de explicar dois aspectos a respeito da mobilidade dos magistrados:

Primeiro, existem efectivamente poucos juízes quer para auxiliar quer para substituir outros em processo de faltas, licenças de maternidades, etc. Existindo dois juízes para apenas um magistrado do MP há de facto algo a fazer, e em minha consideração passava por aproveitar o quadro dos magistrados excedentários.

Segundo, existe de facto, imenso trabalho sendo esta uma comarca que tem estatisticamente um número de processos movimentados igual ou superior a comarcas como a de Lisboa⁶⁴. Para além disso, é notório ainda que com excepcionais resultados em períodos concretos, nota-se também um significativo número de processos que ficam pendentes para o ano seguinte. Tal não pode ser ignorado na medida em que esses números são o espelho da realidade de um tribunal e de uma comarca em concreto e dizem respeito não só aos operadores judiciais como a toda a sociedade.

No entanto, o resultado desses números não pode deixar de ser também subsumido ao excesso de trabalho e aos poucos recursos humanos existentes, mormente juízes e magistrados do MP. Apesar de não ser esta a consideração do Ministério da Justiça, o SMMP num parecer que elaborou sobre a nova Reforma Judiciária veio dizer exactamente o oposto, ou seja, quis transparecer a urgência da implementação de novos magistrados do MP em comarcas com défices de quadros.

Olhando, mais uma vez, para a realidade do que é o trabalho na Instância Local da Comarca de Setúbal (secção de competência criminal), há uma efectiva discrepância entre estes dois vectores- processos em modo de resolução (inquéritos pendentes) e quantidade de magistrados.

⁶⁴ Segundo os dados dos Relatórios Anuais.

Tomando como exemplo o relatório anual de 2013 consegue-se perceber tal afirmação. Do mesmo consta uma pendência de 2854 inquéritos, que curiosamente é um número muito próximo dos que vinham do ano anterior.

A pendência referida podia ser reduzida se existisse uma afectação de magistrados excedentes neste departamento. O que se pretendia era atingir uma potencial eficiência na gestão dos recursos humanos, não é o que efectivamente se consegue obter, pelo menos na comarca de Setúbal. Este era, aliás, um dos objectivos principais do plano da reforma, embora se saiba que esta teve início em Setembro, portanto, embora muito precocemente não se pode deixar de tecer certas considerações a respeito, designadamente o que trouxe de novo.

Tal como pude observar (em sede de estágio) este cenário remete para situações algo inesperadas do ponto de vista do que é o papel dos magistrados do MP. Verificando-se a falta de magistrados que representassem esta magistratura nos julgamentos sumários tornou-se imprescindível a intervenção da Sr.^a Procuradora da República, Dr.^a Ana Margarida Santos que é a Coordenadora do DIAP. O estatuto do MP não acompanhou a reforma judiciária senão vejamos:

A reforma veio permitir a criação de Coordenadores Sectoriais, para as várias áreas de actuação do MP, sob a Coordenação geral do Procurador Coordenador de Comarca, que é também uma figura criada pela reforma.

A Sr.^a Procuradora, Dr.^a Ana Margarida Santos exerce funções de Coordenação Sectorial da área criminal, havendo também nesta Comarca de Setúbal uma Coordenadora da área Cível.

O Procurador Coordenador da Comarca, juntamente com o Juiz Presidente e a Administradora Judiciária, compõem o órgão de gestão da Comarca, antes inexistente.

Este órgão de gestão tem-se revelado a melhor das inovações da reforma, porque permite a administração conjunta por parte dos Juízes, do MP e dos Funcionários, a nível superior, abandonando-se uma casuística ineficaz e, em alguns casos, a total ausência de canais de comunicação.

A Procuradora da República que é Coordenadora do DIAP coordena a área Criminal, o que significa que tem poder hierárquico sobre os Procuradores-Adjuntos da Comarca e funções de coordenação dos restantes Procuradores da República (que é a sua categoria profissional), na área criminal.

Os poderes hierárquicos e a coordenação de pares já existiam antes. Mas os Coordenadores respondiam perante uma instância longínqua, as Procuradorias-Gerais Distritais, sendo que agora respondem ao Procurador Coordenador da Comarca, que está mais perto e pode desde logo fazer a ponte com os Juízes e com a hierarquia dos funcionários, no órgão de gestão, com imensos ganhos de eficiência. Tornando-se assim uma mais-valia, facilitando as comunicações entre Magistrados.

Ao deixar de existir as PGD criou-se uma nova figura que respondesse melhor à alteração introduzida pelo novo mapa judiciário na medida em que muitos tribunais deixaram de existir o que gerou uma supressão da área territorialmente competente.

A figura da Coordenadora tem um papel preciso quanto ao exercício das suas funções e ainda com esta inovação o facto de representar o MP em sede de julgamento no âmbito dos processos sumários parece ser desproporcional porque aquilo que está previsto fazer é coordenar os Procuradores-Adjuntos da Comarca e os restantes Procuradores da República na área criminal.

Setúbal é uma das maiores comarcas do país, este factor deve-se pelo facto da população, nas áreas circundantes da cidade, estar constantemente a aumentar, pelo que este dado não poder ser ignorado, aliás o mesmo só vem confirmar também o número de inquéritos entrados no ano de 2013.

Há portanto, um acréscimo de volume de trabalho nesta comarca e em particular na secção do MP, que corrobora a tese de que deviam existir mais magistrados para fazer face ao trabalho existente.

O estágio veio a consolidar a ideia que tinha através da comunicação social de que os tribunais estão cheios de processos e de que o número de efectivos é claramente

insuficiente. Com isso não se quer dizer que a justiça funcione mal, aliás a frequência do estágio também me permitiu perceber que não é a justiça, em sentido lato, que funciona mal, é mas antes outros motivos secundários que condicionam a actuação dos operadores judiciários.

Nessa lógica, esta reforma vem, ingenuamente, querer reformular certos aspectos práticos da vida dos tribunais, sem antes fazer uma recolha de informação verdadeira e independente, no sentido de perceber as dificuldades formais e simples que estão na base dos muitos problemas aí suscitados. Acontece que não se olha a reparos simples mas significativos como por exemplo a distribuição equitativa e equilibrada dos magistrados- parece ser esta uma boa oportunidade para que em particular no MP- que foi onde tive um contacto mais directo, sejam feitas mudanças substanciais.

Desde logo, uma das mudanças que poderia eventualmente ser feita e consequentemente implementada, seria ao nível do reforço dos magistrados, para fazer face ao intenso volume de trabalho, já que estes são confrontados com uma representação de em vez de um, dois juízes. Para além disso, e como já se referiu está-se perante uma comarca claramente em ascensão, com um número de habitantes cada vez maior que proporciona cada vez mais um aumento significativo da criminalidade altamente organizada e que leva também a essa necessidade. Por um lado vê-se o reforço dos efectivos policiais e contrariamente nos tribunais o nº de magistrados do MP é evidentemente diminuto face aos do judicial. Está-se perante uma situação em que não existe paridade.

Outra questão no âmbito da reforma judiciária são o número de salas para o número de juízes em exercício de funções.

Tanto os juízes como os magistrados queixam-se de que as salas são insuficientes para o agendamento necessário dos julgamentos. Parece ser uma falsa questão na medida em que se dá a ideia de que não existe salas suficientes para a realização dos julgamentos no entanto tenta-se esconder uma outra questão, que é a morosidade resultante da inércia dos juízes. Este assunto surgiu numa conversa informal que tive com a Procuradora Adjunta quando falávamos da realidade dos magistrados neste tribunal, e um exemplo dado por ela, foi de que ela teria a sala disponível até às 17

horas assim como o funcionário judicial, mas a juiz que ela representa não marcou mais diligências para o resto da tarde acabando o julgamento que tinha nessa sala por volta das 16:00 da tarde. Ora, o restante período de tempo poderia ter sido aproveitado para a marcação de outras diligências ainda que restasse pouco tempo era um tempo aproveitado efectivamente - enquanto a sala estava disponível. Portante a ideia de que não existem salas tem de ser um tema ponderado mas que é discutido tendo em conta a opinião subjectiva de cada operador judiciário. Percebe-se que em certas situações existem salas disponíveis mas que não são aproveitadas efectivamente e noutras circunstâncias os juízes querem marcar diligências para a mesma hora em que outro colega já tinha reservado para si.

Em conclusão, existe a meu ver alguma falta de coordenação e de gestão no âmbito da distribuição de salas, sendo que este é um assunto que releva no aproveitamento do tempo e por conseguinte na diminuição da morosidade processual de que tanto se fala. Por outro lado, e como já se referiu e é do conhecimento do próprio Sindicato, existem poucos magistrados para o volume de trabalho existente nestes serviços. A isto acresce o facto de a reforma ter levantado problemas ao nível da própria estrutura informática o que condicionou, numa primeira fase da sua implementação, atrasos no agendamento de julgamentos de processos sob a forma comum. Esta foi a principal e a mais visível consequência que a reforma trouxe a este tribunal de Setúbal. Foi um obstáculo trazido pela implementação do novo mapa judiciário e que vinculou, desde logo, as actividades que viesse a acompanhar no decorrer no estágio. Foi a partir daí que equacionei os objectivos a desenvolver e a estratégia a traçar para o acompanhamento a esta magistratura.

Assim, nos meses de Setembro de Outubro e parte de Novembro a prioridade eram os processos de natureza urgente na medida em que os demais estavam a ser reencaminhados para outras salas. O acesso a estes processos também não foi possível visto a plataforma do CITIUS se encontrar em remodelação.

2.A relação entre OPC e MP

No decorrer do Estágio surgiu a ideia de aprofundar a questão da relação existente entre OPC e MP uma vez que a mesma esteve presente tanto nas operações de prevenção acompanhadas como na consulta aos relatórios anuais e em processos de carácter urgente que seguiram para julgamento. Como tal, vou fazer uma síntese das questões mais relevantes encontradas e seguidamente mencionarei as perguntas levantadas pelos OPC no âmbito de uma acção de proximidade entre estes e o MP.

Dando cumprimento ao plano sobre a exposição do tema irei falar da intervenção dos OPC na fase de inquérito, aliada à questão da sua autonomia em contraposição com a dependência funcional.

A direcção do inquérito está a cargo do MP assistido por outro órgão, que são os OPC. Em conformidade com a alínea c), do artigo 1.º do CPP, OPC são *“ todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária (...) ”*.

A autoridade judiciária tanto pode ser o MP porque na fase de inquérito é este quem dirige o processo, como pode ser o juiz na fase de instrução e nas demais situações previstas no CPP⁶⁵.

Ora, como já foi referido, na fase de inquérito é ao MP que cabe a sua direcção com a assistência dos OPC, conforme o artigo 263.º do CPP. Está também previsto nesse artigo que a Polícia actua sob a orientação daquele órgão estando por isso na sua dependência funcional.

A questão levantada prende-se com o facto de saber em que circunstância a autonomia da Polícia pode ser restringida, ou antes, balizada.

O MP sempre que a situação exija delega na Polícia determinadas diligências através de um despacho de natureza genérica⁶⁶. A intervenção dos OPC vai ser, assim, legitimada através dessa delegação genérica de competências.

⁶⁵ Vejam-se os artigos 268.º e 269.º do CPP.

⁶⁶ Veja-se o artigo 270.º do CPP.

Por se tratar de um instrumento que legitima a polícia a intervir processualmente (apesar de este não ser um sujeito processual) sob o comando e as orientações da autoridade judiciária, ela actua segundo critérios que estão balizados.

A autonomia de actuação não é sindicável nestes parâmetros, porque seguindo critérios específicos que a própria autoridade judiciária define, estes não podem ser discutíveis.

A delegação de competências aqui em causa não é a delegação tal como a vimos no direito administrativo, (em que existe a figura do superior hierárquico e do subordinado) antes ela é entendida como uma relação de coadjuvação, no sentido em que um órgão auxilia outro órgão na investigação da criminalidade, seguindo determinadas instruções mas sem estar na sua dependência orgânica.

A LOIC é o instrumento que ainda hoje vigora e que foi pensado pelo antigo Sr. Procurador-Geral da República, o Dr. Souto de Moura⁶⁷. Esta lei veio legitimar a Polícia, no âmbito da delegação genérica de competências, a intervir detendo o arguido, nos casos em que lhe corresponderia uma pena superior a cinco anos.

A partir do ano 2000 quem impulsiona a fase investigatória é o MP, mas este pode delegar nos OPC a competência investigatória.

Como pude observar nos relatórios anuais e nos processos analisados no decurso do estágio, existe um factor que diferencia a Polícia do MP. O MP dirige formalmente o inquérito, e a Polícia materialmente. Sempre que um cidadão toma a iniciativa de denunciar um crime é a entidade policial que levanta o auto de notícia. Ainda que se exija à Polícia que remeta o auto ao MP no prazo de 10 dias, se este último entender, pode remeter novamente o auto para que se proceda a mais investigações e, portanto, é nesta perspectiva que se está perante uma competência material por parte dos OPC. São estes que detêm o inquérito, e que na sua esmagadora maioria dos casos, têm contacto directo com a notícia do crime.

A verdade é que se tem assistido a uma actuação mais secundária por parte do MP face a todos os desenvolvimentos que a fase de investigação levanta. Neste sentido considerou o Professor Rui Pereira que a direcção do inquérito por parte do MP é “*por vezes fictícia*”⁶⁸.

⁶⁷ LOIC (Lei de Organização da Investigação Criminal), Lei 45/08, de 27/08.

⁶⁸ Pereira, 2004, p.124.

Apesar de existirem situações em que não existe, no início da fase investigatória, uma actuação efectiva por parte do MP, é certo que este órgão tem legitimidade para agir sempre que considere oportuno. A título de exemplo, pode a autoridade judiciária avocar o processo para si quando entender que tal se mostre necessário à descoberta da verdade material.

Pude perceber, através da consulta de um processo, no âmbito de um crime de violência doméstica, que quando a autoridade policial entenda que foram feitas todas as diligências na recolha de prova, o MP pode vir a discordar. E seguidamente, por sua iniciativa, remeter novamente os autos à Polícia no sentido de pedir mais prova, como por exemplo, o depoimento de mais testemunhas.

A intervenção do MP na fase de inquérito é, por outro lado, justificada na prevenção de certas irregularidades cometidas pela Polícia, e que podem comprometer o rumo da investigação.

É de salientar que a intervenção da autoridade judiciária não condiciona a autonomia dos OPC, por isso é que ela é balizada,- vai ser delimitada para atingir determinado fim, seguindo objectivos claros e específicos, - conferindo-lhe autonomia técnica e tática de actuação, designadamente quanto aos meios a utilizar na investigação.

Desconsiderando essa situação, a Polícia tem competência própria com plena autonomia de actuação, designadamente quando a mesma intervenha na prevenção de crimes que ofendam bens jurídicos fundamentais. Essa situação pode acontecer ainda antes de se desencadear o processo através da instauração de processo-crime. Como refere o Professor Germano Marques da Silva “ (...) *há realidades anteriores que são estreitamente conexas com a processual que é necessário alargar-lhes a sua disciplina para que possam servi-lo*”⁶⁹.

Está-se a falar das medidas cautelares e de polícia, em que os OPC praticam actos necessários a salvaguardar os meios de prova. Ainda antes de receber qualquer tipo de ordem do MP a Polícia actua seguindo o princípio da oportunidade e da necessidade no sentido de realizarem exames a pessoas, lugares e a coisas, ou aferir se determinada pessoa cometeu o crime. São situações em que se exige uma actuação rápida, urgente e liminar na descoberta da verdade e da prossecução dos

⁶⁹ Silva, 2009, p. 67.

fins do processo, ainda antes de este ser instaurado. Porém, e por se tratar de situações com justificada urgência é também notório que algumas dessas medidas levadas a cabo pelos OPC, porque tomadas por sua exclusiva iniciativa, são obtidas ilegalmente.

Como já se referiu, a intervenção da autoridade judiciária, (incluindo a do MP), pode tornar-se necessária.

A título de exemplo, quando na detenção se exige o flagrante delito, deve-se respeitar esse pressuposto, mas não existindo flagrante ela é concretizada com ilegalidade formal; ou tratando-se de busca domiciliária sem que esteja reunido o pressuposto, como a fundada suspeita de que ali se ocultem objectos relacionados com o crime, mas não existindo essa suspeita, então a busca torna-se também ilegal, porque precisava de validação da autoridade judiciária.

Tal como refere o autor António Cluny, quando o MP toma conhecimento de um crime não lhe compete apenas averiguar os factos, quem foi o autor do crime e as circunstâncias, para depois subsumir à lei, ele vai ainda “ *apreciar a validade das provas recolhidas antes da sua intervenção*”, e “ *corrigir se possível as suas irregularidades e, fundamentalmente, ajuizar, selectiva mas rigorosamente, sobre os elementos probatórios que devem dar corpo ao inquérito...*”⁷⁰.

Nas palavras deste mesmo autor- e porque este órgão deve-se pautar pela ética no juízo que faz pela procedência de uma acusação,- “ *não é lícito ao Ministério Público (por isso e apesar disso), constitucional e legalmente prosseguir ou deixar prosseguir uma investigação se, dela própria, tiverem, em qualquer momento, surgido elementos capazes de fazer concluir pela não procedência de uma acusação, pelos factos que determinaram a investigação*”⁷¹.

É ainda de salientar que deve ser assegurada uma condução estratégica da investigação para o bom desenvolvimento do inquérito. Não se pode deixar de fazer tal consideração, precisamente nas situações a que se aludiu anteriormente, na medida em que é nesta fase que se define o objecto do processo e em que os elementos probatórios servirão para construir a acusação. Deve-se, por isso, ter a efectiva direcção do inquérito e não os seus resquícios- com as irregularidades cometidas pelos que lhe deram início. Para isso, é importante que estes dois órgãos

⁷⁰ Cluny, 1997, p.48.

⁷¹ Idem, p.62.

se relacionem segundo os princípios da colaboração, e em observância à independência e autonomia da autoridade judiciária.

Porém, nem sempre o relacionamento destes dois órgãos se mostrou harmonizável. Nesta linha de pensamento o autor Damiano da Cunha afirma que “ *o relacionamento (...) não é fácil de integrar do ponto de vista dogmático e jurídico*”⁷². Entende este autor que tanto um como outro tem posições jurídico-institucionais muitíssimo diversas. Partilhando da sua ideia, considero que essa diferença parte também das funções que a cada um lhe cabe realizar. Segundo aquilo que pude perceber através das operações acompanhadas da PSP as funções que são incumbidas às polícias têm subjacente a ideia da oportunidade e da utilidade, já ao MP cabe-lhe (para além de outras) desencadear o processo e administrar a justiça segundo os princípios da legalidade, da essencialidade, do acusatório e da investigação, independentemente de quem represente. Por outras palavras, cumpre ao MP zelar pela defesa da legalidade no sentido de aferir e fiscalizar a actuação deste órgão.

Em suma, o MP faz o acompanhamento e a fiscalização da actividade processual das polícias, articulando forças com estas na promoção de uma boa investigação.

Estando a polícia na sua dependência funcional o MP exerce dois tipos de faculdades, isto é, pode devolver-lhe o inquérito para que se obtenha mais prova, ou pode, também, avocar o processo no sentido de verificar se foi cometida alguma ilegalidade, por exemplo quanto aos meios de obtenção da prova, ou quando perceber que a investigação devia seguir outro rumo.

Do estágio pude compreender que os OPC têm a direcção efectiva do inquérito, desde o início, quando são eles a ter conhecimento do crime e são eles que preenchem o auto de denúncia ou tomam a ocorrência da queixa. A sua intervenção vai ser efectuada sob duas vertentes- uma fase de iniciativa e cumprimento do início do inquérito, vestindo o papel de agentes autuantes; e uma fase de intervenção judicial enquanto participantes processuais na qualidade de testemunhas, auxiliando o tribunal na descoberta da verdade dos factos. Estas foram as duas vertentes que pude efectivamente acompanhar, apesar de saber e conhecer que a sua actuação não se esgota nestes dois aspectos, podendo também praticar actos cautelares de carácter urgente para assegurar a prova, que estão abrangidos nas chamadas medidas

⁷² Cunha, 1993, p. 179.

cautelares e de polícia⁷³. No âmbito destas medidas as polícias podem praticar actos à revelia da autoridade judiciária, desde que verificados os casos de extrema urgência previstos no n.º 5, do artigo 174.º do CPP.

Por fim, importa conhecer as dúvidas que a Polícia no âmbito da sua actuação pode encontrar. Assim, merecem atenção as reuniões realizadas em 2012 no que diz respeito à ligação entre OPC e M.P. Reuniram o Procurador Coordenador do MP, os chefes de núcleos de investigação e os restantes militares, comandantes do posto e as PA no sentido de chamar a atenção para três questões:

- A necessidade de maior divulgação do manual de boas práticas que deve ser conhecido de todos os militares, nomeadamente aqueles que iniciam funções nos postos territoriais;
- A necessidade de gestão de expectativas relativamente à actuação do MP como da magistratura judicial;
- A necessidade de manter contacto directo com o magistrado titular do inquérito no decurso da investigação criminal.

Coube às polícias colocarem questões aos Srs. magistrados do MP no sentido de verem resolvidas dúvidas que se colocam no seu dia-a-dia de trabalho.

Logo, algumas das questões suscitadas pelos militares foram respondidas pelos magistrados e tiveram como assunto, essencialmente, a inquirição de testemunhas no âmbito do crime de VD, a sua intervenção em audiência de julgamento nos processos sumários e a apresentação do arguido no cumprimento de medidas cautelares.

Escolhendo algumas das questões suscitadas pelos militares decidi revelar apenas as que me pareciam mais pertinentes e que revelassem a insipiência por parte destes Órgãos de questões que na prática são de extrema relevância. São elas:

- 1- Existe algum impedimento sobre a inquirição na qualidade de testemunhas menores de 16 anos? Tem acontecido que no âmbito do crime de VD, em

⁷³ São medidas extra processuais que devem ser realizadas ainda antes do início do processo, como é exemplo a identificação de suspeito, as revistas e buscas, tal como se prevê no artigo 249.º e seguintes do CPP.

particular as vítimas manifestam no imediato o seu interesse em prestar declarações ao M.P, em detrimento do posto. Tal prende-se com o facto de depreenderem que o processo assim se torna mais célere.

- 2- Se é de bom-tom insistir que as mesmas prestem declarações perante esta equipa?
- 3- Decorrendo inquérito pela prática do crime de VD, declarando o ofendido não desejar procedimento criminal deve a Esquadra cessar diligencias e enviar para apreciação do Exmo. Sr. Procurador Adjunto, ou manter as mesmas, procedendo até, se necessário, a constituição de arguido?
- 4- Não poderiam ser dispensados de ir a tribunal os militares que participam um crime que à partida é julgado em processo sumário (condução em estado de embriaguez), já que em grande número de vezes o processo é adiado ou julgado sem necessidade de presença do agente autuante?
- 5- No caso de constituição de arguido existe a necessidade de se proceder à sua validação. No entanto acontece que existem comarcas que posteriormente informam que, quando o interrogatório é solicitado pelo tribunal, não é necessário proceder à sua validação, dado que já foi um magistrado que o ordenou. Como se deve actuar nesse sentido, na comarca de Setúbal?

Destarte apesar de sessão de esclarecimento, (aquando da implementação do manual de boas práticas) ter sido um sucesso, continuam a surgir algumas dúvidas sobre determinadas matérias de processo penal.

O manual de boas práticas foi feito precisamente para abarcar o maior número de questões processuais penais que a polícia devesse conhecer. São explicações práticas que dizem respeito à forma como devem proceder confrontados com as mais variadas situações. Este manual está partido por diversos temas que dizem respeito à actuação dos OPC, como a identificação dos suspeitos; auto de notícia; detenção; constituição de arguido; apreensão de objectos, exames médicos, óbitos, diligências investigatórias em inquérito, o crime de VD e crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, e a actuação dos OPC na fase de julgamento. Estes são os temas-chave que são objecto de explicações práticas do ponto de vista processual que os operacionais deverão tomar em consideração em todas as situações. Para

além das explicações quanto ao modo de procedimento, o manual tem ainda definições quanto a institutos importantes como a detenção e dentro desta o que é que se deve considerar por flagrante delito.

As dúvidas suscitadas naquela sessão revelam desconhecimento face a temas que são objecto de intervenção quotidiana destes órgãos- como é exemplo a 3ª questão levantada, em que se perguntava perante um crime de VD se o ofendido querendo desistir de apresentar queixa, se os elementos da guarda poderiam enviar o expediente para o magistrado do MP ou em alternativa constituir o agressor arguido. Não querendo responder à questão formulada porque a mesma já foi objecto de explicação é apenas de se comentar que é de conhecimento legal que se deve, no âmbito destes tipos de crimes, de natureza pública, encetar diligências para lavrar auto com os dados tanto do ofendido como do agressor para seguidamente o constituir como arguido, não se revela, num primeiro momento, necessidade de enviar o expediente ao magistrado do MP.

Tal iniciativa decorre da delegação genérica de competências, assim que a polícia tenha conhecimento do crime e sendo este de natureza pública há a obrigatoriedade legal de proceder a averiguações e de constituir o(a) agressor(a) como arguido.

Da análise feita à reunião entre magistrados e o Procurador da República, coordenador desta comarca, consegue-se reter informações essenciais, nomeadamente aquela que diz respeito ao crime de violência doméstica. Há uma efectiva preocupação nesta comarca relativamente à impreparação demonstrada por parte dos OPC no que concerne a esta matéria.

O principal motivo, apontado pelo Procurador da República coordenador, que pode esclarecer essa impreparação, é o da fraca formação no âmbito desta temática, assim como dos fracos recursos ao seu combate e o desinvestimento por parte de alguns OPC no aprofundamento da investigação deste crime.

3.O arquivamento dos processos e a subsequente abertura de instrução

A natureza exploratória deste trabalho leva a que se preveja que os seus objectivos sejam adequadamente prosseguidos através da análise de 40 processos. A escolha desses processos foi feita aleatoriamente.

O arquivamento é um acto que está exclusivamente nas mãos do MP e com o qual poderão surgir mecanismos de reacção por parte dos que dele saem afectados, este é o assunto que me proponho a tratar daqui em diante, fazendo particular menção para o papel do assistente nesta fase.

O principal objectivo quando comecei a analisar os processos arquivados foi no sentido de perceber porque é que o MP arquivava os processos e se deles existia alguma reacção, principalmente por parte do assistente, foi então que decidi consultar as decisões instrutórias que me eram disponíveis.

Destarte começarei por fazer uma breve explicação dos motivos que estão por trás do acto de arquivamento, se existe ou não reacção aos mesmos e, por fim, perceber porque é que o arguido é o sujeito processual que mais se faz valer da abertura da fase de instrução. Para tal recorro à tabela II em anexo III e dos gráficos 1 e 2 que constam no anexo V.

O MP profere despacho de arquivamento quando, no âmbito de um crime público ou semi-público, o mesmo entenda que não existem elementos suficientes para imputar determinado sujeito a certo crime. Quando se trate de crimes particulares este órgão só arquiva caso o assistente não tenha deduzido acusação particular.

À luz dos n.ºs 3,4 e 5 do artigo 97.º, do CPP e do n.º 1, do artigo 205.º, da CRP, sempre que se remeta para este acto decisório, deve respeitar a formalidade processual justificativa desse acto e fundamentar, expondo as razões de facto e de direito.

Os motivos que deram lugar ao despacho de arquivamento proferido pelo MP são de várias ordens. Dos processos que consegui acompanhar pude compreender aqueles que resultam do disposto dos n.ºs 1 e 2, do artigo 277.º, do CPP. Pude

perceber que embora se tenha notícia do crime depois de investigado não se pode concluir pela prática do mesmo- estão em causa os princípios da legalidade e do acusatório, que devem ser, desde o início da fase de inquérito, respeitados e observados. Por outro lado, pode acontecer que depois de feita a investigação se conclua que não foi aquele que figurava como autor do crime, não o cometeu efectivamente- e aqui encontrando-se o responsável,- este inquérito é encerrando dando lugar a um outro novo que vai apurar a responsabilidade do verdadeiro autor do crime.

Dos dados que consegui retirar da análise destes processos conseguimos perceber várias coisas:

Primeiro, que existem muitos processos contra desconhecidos, o que torna o impulso processual ineficaz na medida em que todas as diligências levadas a cabo pelos OPC saem quase na maioria dos casos infrutíferas no que respeita à identificação dos autores dos crimes. As diligências não são de todo possível de se realizarem, ou porque não há dados suficientes, ou porque o autor não é conhecido, ou porque as vítimas tendo ainda alguma lembrança desse mesmo autor depois de confrontadas com ele (aquando do reconhecimento presencial) deixam cair por terra a acusação porque simplesmente desistem da queixa.

Segundo, existem inquéritos cujo tipo de crime é o furto e neste torna-se particularmente difícil a identificação dos seus agentes. É comum os autores desse tipo de crime não deixarem sinais que conduzam à sua identificação- e ainda que se façam exames protofólicos, destes não resultam quaisquer registos⁷⁴. E depois porque em situação de flagrante delito a fuga dos agentes é um factor que não permite a respectiva identificação.

Outros parecem reunir os pressupostos de acusação mas por se tratar de um crime semi-público, como é o caso do crime de coacção sexual não se consegue avançar a acusação porque a vítima desiste do inquérito.

Por fim, depreendi da análise de casos específicos que determinadas investigações são feitas sem dar qualquer resultado conclusivo, isto porque apesar de serem

⁷⁴ São exames a vestígios biológicos do agente criminoso, como impressões digitais, cabelos, saliva, etc.

encontrados vestígios da prática de crime, a polícia não consegue obter respostas para a morte daquela pessoa- “caso da praia dos coelhos”. Este processo foi particularmente difícil perceber o que tinha efectivamente acontecido com a pessoa, que foi encontrada morta numa praia, de difícil acesso, e aparentemente sem explicação. Dos dados da investigação feita pela PJ, o indivíduo teria caído da falésia, no entanto, os resultados da autópsia indicavam uma causa natural de morte, sem o indivíduo apresentar quaisquer fracturas no corpo. Apesar das considerações investigatórias da PJ, o MP arquivou o inquérito, com fundamento nas conclusões da autópsia, sem nunca se saber, desde o início da investigação, a identificação do falecido.

Dos processos arquivados analisados pode-se retirar a seguinte conclusão:

A averiguação da causa de morte e o internamento compulsivo são motivos que devem ser considerados à parte, ainda que ponderados no âmbito dos processos arquivados. Com efeito, os crimes objecto de arquivamento foram o crime contra a propriedade (roubo), incêndio, tráfico de estupefacientes, passagem de moeda falsa, VD, abuso sexual, e abuso sexual de menores, ofensa à integridade física simples, furto simples e qualificado, homicídio negligente, detenção de arma proibida, jogo ilícito e infanticídio.

Com base nos dados inseridos na tabela 2 em anexo III, referente aos processos arquivados, pode evidenciar-se um crescimento de crimes contra a propriedade e contra a integridade física. O que permite concluir pelo crescimento da criminalidade predominante dita “de rua”.

Por outro lado, no que respeita à reacção processual ao acto de arquivamento, é possível encontrar várias razões que explicam a fraca adesão à constituição de assistente e ao requerimento de abertura de instrução.

Uma das razões prende-se com o facto de existirem pessoas a requererem a constituição de assistentes sem possuírem legitimidade. À luz do n.º 1 do artigo 287.º não tem legitimidade processual para executar esse mecanismo. E outros possuindo legitimidade não se constituem- isto no âmbito dos crimes públicos e

semipúblicos. As que se constituíram como assistentes, após o acto de arquivamento por parte do MP decidem desistir e não contestar essa decisão. O facto de não possuírem mais prova, ou seja, mais elementos como a identificação do agente, provas documental e testemunhal, que sirva de base para a responsabilização criminal do arguido, é o principal motivo para não virem contestar.

É de salientar que dos quarenta processos analisados, três pessoas se constituíram como assistentes, e impugnaram a decisão de arquivamento.

a) Fase de instrução

O acompanhamento da fase de instrução neste tribunal não ocorreu nos mesmos moldes que o meu acompanhamento quer na fase de inquérito, quer na fase de julgamento, nomeadamente no serviço de expediente dos processos. Esta situação deveu-se por uma razão essencial:

A fase de instrução é uma fase voluntária e facultativa, logo, na dependência da vontade das partes, que não pretendendo seguir com a abertura de instrução, têm sempre a possibilidade de se afastar dessa fase na qualidade de assistente, ainda que porventura a contraparte- arguido- a suscite. Desta forma, apesar de ser aceite na generalidade dos processos, alguns sujeitos processuais não a vêm requerer, e muitos deles, ainda que a requeiram desistem na pendência do requerimento (inclusive o arguido). Logo, a intervenção do MP deixa de ter qualquer importância prática.

Sustentarei apenas, no âmbito das decisões instrutórias, a razão segundo a qual o assistente não se conforma com o arquivamento ou quando, pelo contrário, não revela qualquer interesse no prosseguimento da causa.

Desta forma a intervenção do magistrado do MP nesta fase vai estar formalmente ligada às expectativas do assistente e do arguido, e noutro plano vinculado a estas formalidades processuais. Nessa medida o seu papel terá um molde distinto dos relatos em outras fases desenvolvidas.

Deve-se começar por identificar a figura da fase instrutória para posteriormente desenvolver os temas aqui trazidos.

A fase de instrução é, como refere o Professor Germano Marques da Silva, uma fase facultativa⁷⁵. Diz-se facultativa, precisamente por não ser uma fase obrigatória do processo. Assim, ela só é requerida se as partes acharem que tal se mostre favorável à pretensão das suas causas: o assistente e o arguido, estando vedada ao MP.

Contudo, a finalidade que se consubstancia a sua motivação processual vai ser diferente.

O arguido requer a abertura de instrução sempre que se mostre inconformado com o teor da acusação formulada pelo acusador público. Pode querer invocar novos factos que o levem a não ser pronunciado.

O assistente requer a instrução em desacordo com o despacho de arquivamento emitido pelo MP, no sentido de trazer novos factos que levem o JIC a devolver os autos àquele órgão para promover a acusação do arguido.

A fase de instrução, enquanto fase processual e ao dispor dos cidadãos em todos os tribunais, corresponde a uma faceta de justiça equitativa.

Desencadeada pelos princípios da oralidade e de participação- estimulando uma atitude activa das partes para ver alterada a sua situação processual, por vezes o estímulo de acordo, tal como pude constatar na leitura que fiz às decisões instrutórias, é uma proposta com soluções felizes para ambas as partes.

Tendo referido supra a noção breve e concisa de fase instrutória, cabe referir o desenvolvimento desta fase inserida na tramitação dos tribunais judiciais comuns, tendo em consideração os comandos normativos e o acompanhamento através da leitura das decisões instrutórias.

A primeira questão verificada diz respeito aos sujeitos processuais, arguido e assistente. O arguido é o interveniente processual que mais recorre à abertura de instrução, tal como se consegue observar através do gráfico 1 em anexo. Como se sabe a fase de instrução é dada em igualdade de circunstâncias, então, pergunta-se porque é que ela é tão ou mais importante para o arguido?

⁷⁵ Silva, 2009, p.135.

Para responder a esta questão importa peremptoriamente explicar quais as motivações que estão por detrás deste acto processual na óptica do arguido.

Sinteticamente o arguido tem um interesse que não é o interesse daquele que se constitui assistente, o arguido traz consigo a expectativa de conseguir trazer factos à instrução no sentido de o ilibar da acusação contra ele proferida. Com efeito, a comprovação judicial da decisão de acusar causa-lhe um irreversível mal processual-que é o de ser submetido a julgamento. Portanto para si esta é uma fase que corresponde a uma última oportunidade processual de não ser levado a julgamento.

Para o assistente- querendo reforçar a sua defesa- requer despacho de abertura de instrução quando entenda que do despacho de arquivamento do MP existam razões de facto e de direito para levar o agente a julgamento. Para que o assistente abra instrução terá de o fazer lembrando-se de um aspecto – não pode o assistente discordar de factos apresentados pelo MP que implique uma alteração substancial desses factos.

Mas o assistente pode fazer outra coisa, pode requerer a abertura de instrução para imputar ao arguido crime diverso daquele que consta da acusação ou para agravar nos limites máximos a sanção e também, sendo este o motivo pelo qual esteve a maioria dos processos arquivados consultados, manifestar-se do despacho de arquivamento do MP pela não acusação do arguido pelo artigo 283.º do CPP, através de uma acusação.

À luz do gráfico considerado para o efeito⁷⁶, tendo por base os resultados das decisões instrutórias consultadas, percebe-se que de entre 150 decisões consultadas apenas são requeridas, 57 pelo assistente, 90 pelo arguido, e 3 por outros intervenientes que quiseram intervir, mas que não tinham legitimidade processual para o fazer. Com efeito, o arguido é de facto o sujeito processual que mais se sente prejudicado com a acusação quer proferida pelo MP quer proferida por este e acompanhada pelo assistente. O assistente, por um lado, não mostra interesse porque respeita a decisão do MP e desiste pura e simplesmente da causa, como pude verificar nos processos consultados, e por outro lado, conforma-se com a decisão de arquivamento, porque entende que o requerimento é mais um mecanismo de reacção sem sucesso.

⁷⁶ Veja-se o gráfico 1 quanto aos sujeitos processuais que requerem a abertura de instrução.

Porém, como já referi, existem pessoas que se acham interessadas na causa mas que não têm legitimidade processual para intervir. A instrução no que toca a factos objecto de arquivamento apenas pode ser requerida por quem assume nos autos a qualidade de assistente, de acordo com o n.º 1, do artigo 287.º do CPP. O requerente muitas das vezes, não reveste nos autos consultados essa qualidade, pelo que o requerimento de abertura de instrução apresentado sem mais considerações adicionais, tem de ser rejeitado pelo JIC ao abrigo do n.º 3, do artigo 287.º do CPP, já que a fase de instrução, tal como vem requerida, é inadmissível.

O gráfico 2 é importante para perceber quais os motivos que levam à rejeição do requerimento de abertura de instrução. São, na minha óptica, três:

A concordância do arquivamento apresentado pelo MP ou a concordância com a defesa apresentada pelo arguido e assim a não pronúncia deste a julgamento;

A concordância da acusação formulada quer pelo MP quer pelo assistente e assim a pronúncia do arguido na sujeição a julgamento;

E terceiro, a decisão de recusa do requerimento de abertura de instrução apresentado pelo assistente pela sua inadmissibilidade legal. De todos os requerimentos apresentados pelo assistente a maioria foram rejeitados tendo por base a inadmissibilidade legal desse requerimento, prevista no n.º 3, do artigo 287.º do CPP.

O processo com o NUIPC 785/13.4TASTB é o exemplo paradigmático do que se acabou de explicar. O JIC entendeu que perante uma descrição generalizada, era impossível a ofendida defender-se. Não se conseguiria provar se esteve num determinado local se não sabe que local seria esse, e depois, porque não sabe o que lhe é imputado. A assistente não cumpriu o ónus que para si derivava da alínea b), do n.º 3, do artigo 283.º, aplicável à parte final do n.º 2, do artigo 287.º, ambos do CPP.

Não se conseguiu vislumbrar neste requerimento qualquer referência factual relativa ao elemento cognitivo nem ao elemento volitivo dos crimes imputados à arguida. Os factos relatados como vêm, não constituem qualquer crime, porque não permitiram, a provar-se tal como vêm relatados, a aplicar a quem quer que seja uma pena ou uma medida de segurança. Torna-se difícil para o JIC analisar e tomar uma posição que agrade ao assistente nestes termos, pelo que só lhe resta a solução de

decidir pela inadmissibilidade legal do requerimento de abertura de instrução. Para além disso o tribunal não pode acrescentar factuaisidades ao requerimento de abertura de instrução, e este é outro dos motivos subjacentes à recusa do requerimento. Por respeito ao princípio da imparcialidade do julgador, do contraditório e da estrutura acusatória do processo penal tal como refere o n.º5, do artigo 32.º da CRP.

Portanto, o tribunal não pode convidar a assistente a aperfeiçoar o seu requerimento nem se fazer substituir a ele porque estar-se-ia perante uma alteração substancial dos factos inadmissível porque se o fizesse violaria gravemente o princípio do contraditório, o que lhe não é lícito.

Outro motivo é aquele que diz respeito à defesa do assistente quando o mesmo invoca a insuficiência da investigação realizada pelo MP no inquérito, ora estes factos invocados pelo assistente só podem ser sindicados por outra via que não a da fase de instrução, pois o meio adequado de sindicatizar é feito hierarquicamente através da reclamação, ou seja, o assistente mostra uma clara insipiência face a um mecanismo que não é sindicável pelo JIC antes pela reclamação. No entanto, sem prejuízo, pode ainda se socorrer do mecanismo previsto do artigo 278.º do CPP (intervenção hierárquica) quando a abertura de instrução já não puder ser mais requerida e o assistente pretenda reagir ao despacho de arquivamento proferido pelo MP. O que tem vindo a acontecer é que, muitas das vezes, tal como os factos são (insuficientemente) apresentados em que não constam sequer elementos suficientes para a aplicação de uma pena ou medida de segurança o JIC opta pela inadmissibilidade da Instrução porque a mesma não obedece à estrutura acusatória do processo, nem assegura as garantias de defesa do arguido. A título de exemplo, o arguido furtou na casa da Sr.^a “ Maria” um relógio, sem explicar onde roubou, quando roubou, porquê é que roubou. No fundo, fundamentar de facto a responsabilidade criminal do arguido.

Nos casos de decisão de arquivamento pelo MP, o JIC quando aceita as razões deduzidas pelo assistente, e discordando da decisão de não acusação do MP, não ordena a este órgão que proceda em conformidade com a sua decisão, ao invés

recebe a acusação implícita no requerimento do assistente, pronunciando o arguido pelos factos constantes dessa acusação.

b) Entrevista- O Acto de Arquivamento

Dr.^a Ana Margarida Santos, Sr.^a Procuradora da República, Coordenadora do DIAP

A entrevista feita à Sr.^a Proc. Adjunta foi bastante elucidativa para perceber, por um lado, as razões que explicam o acto de arquivamento e, por outro, o impulso processual por parte do assistente.

A Dr.^a Ana Margarida começou por afirmar que o assistente é, processualmente, coadjuvante do MP. Mas nem sempre se consegue ligar a figura do assistente ao ofendido. Muitos ofendidos não sentem necessidade de se constituir assistentes, porquanto o MP prossegue e realiza a investigação de forma satisfatória aos interesses deles.

A constituição como assistente dos ofendidos ocorre, na maior parte dos casos, quando o MP arquiva os inquéritos e sentem a necessidade de reagir, requerendo a fase de instrução a um juiz, tendo necessariamente de ter aquela qualidade para exercerem essa faculdade. A Sr.^a Magistrada referiu que a grande excepção são os ofendidos com maior poder económico, que podem contratar advogados especializados em direito criminal, muitas vezes docentes de direito de renome, para intervirem desde logo na fase das investigações.

O acto de decidir pelo requerimento de abertura de instrução centra-se na expectativa de poder ver o seu direito concretizado e submeter a causa a julgamento. Como expende a Sr.^a Magistrada este fenómeno explica-se porque as mais das vezes, o facto de não se terem realizado todas as diligências de investigação que, no seu entendimento, poderiam ter conduzido a uma acusação e não a um arquivamento. O que é facto é que são mais as vezes em que há indeferimento do pedido de requerimento de abertura de instrução do que deferimento, apesar destes existirem.

Por outro lado lembrou a magistrada que o despacho de arquivamento reflecte, na maior parte dos casos, o facto de não se terem reunido indícios suficientes da prática do crime denunciado. E, na maior parte dos casos, porque a prova testemunhal é contraditória, quando é a única disponível.

Já no crime económico-financeiro, a dificuldade reside em identificar o rasto dos fluxos financeiros, quando se interpõem pessoas fictícias, países estrangeiros ou países não aderentes a convenções de cooperação judiciária internacional.

Nos crimes cometidos no seio de empresas, pequenas ou grandes, ou por titulares de cargos políticos, o problema são os pactos de silêncio existentes, muitas vezes culturais.

Já nos crimes de estrutura negligente, a dificuldade está em encontrar quem violou o dever de cuidado que, se observado, teria evitado o evento típico, já que muitas vezes há concorrência de violações, por pessoas distintos.

Também nos crimes cometidos por pessoas colectivas existe dificuldade em encontrar os actos de comissão do crime.

O assunto dos arquivamentos na vertente que liga o MP e os OPC também se mostra pertinente quanto às diligências realizadas. Nesse sentido quis perceber o que poderia condicionar o MP na fase investigatória. A este respeito a Magistrada mencionou que o maior problema é aquele que cabe ao MP, em primeira linha, combater, é a ausência de canais de comunicação.

A especialização do MP em tipos de crime, se acompanhada de especialização dos OPC nos mesmos moldes, e o estabelecimento, neste quadro, de canais de comunicação informais e céleres, através dos quais o MP possa exercer uma efectiva direcção funcional do inquérito (v.g. briefings e reuniões para delinear estratégias de investigação, em abstracto ou em concreto), são absolutamente fundamentais.

Em conclusão, não havendo factos objecto de acusação para levar a julgamento determinado arguido só resta, do ponto de vista processual, uma solução- a da rejeição, porque o JIC não se pode fazer substituir ao assistente e trazer ao processo mais provas- não é essa, aliás a função do tribunal, antes a apreciação dos factos tal qual como são apresentados e representados. Pois estaria a violar os princípios da

imparcialidade do julgador, do contraditório e da estrutura acusatória do direito penal, tal como figura no n.º 5, do artigo 32.º da CRP.

Desde logo, porque o inquérito sendo uma fase por excelência dedicada à investigação encontra-se dependente de determinadas diligências que são delegadas nos OPC. Por sua vez estes conduzem os inquéritos e tomam as providências necessárias ao seu desenvolvimento (já que os mesmos têm autonomia técnica e tática), mas nem sempre a investigação corre bem e há sempre vicissitudes que surgem e que fazem quinar toda uma investigação. Como se sabe nem sempre as polícias conseguem a identificação dos sujeitos e depois das perícias realizadas não se obtêm quaisquer provas susceptíveis de imputar os mesmos ao crime. Esta é uma das razões que explicam o acto de arquivamento pelo MP no âmbito do disposto do n.º 1, do artigo 277.º do CPP.

CONCLUSÃO

Com a integração da estagiária no Serviço do MP na Instância Local da comarca de Setúbal nomeadamente na Secção de Competência Criminal, foi possível realizar uma análise que procurou interpretar a realidade do MP e identificar as suas necessidades. Para tal desenvolveu-se três temas essenciais, a nova Reforma Judiciária, a relação entre os OPC e o MP e o arquivamento dos processos (e a possibilidade de abertura de instrução). A nova reforma teve consequências ao nível da tramitação dos processos e na acção dos magistrados.

Pode-se concluir que a nova reforma trouxe atrasos na marcação de julgamentos, dando-se prioridade aos processos de carácter urgente e aos processos sumários (entre eles os crimes rodoviários).

Conclui, também, que a relação entre esta magistratura e os OPC deve ser trabalhada no sentido de se criar um contacto mais próximo e participante, visto que em muitas das situações analisadas, (tanto nos processos consultados como nos R.A) a intervenção do MP é pouco visível, não existindo canais de comunicação

entre uns e outros. A relação entre estes dois órgãos mostra-se especialmente importante quando a Polícia actua no âmbito da delegação genérica de competências. Por isso, a intervenção do MP na fase de inquérito é justificada na prevenção de certas irregularidades cometidas pela Polícia, que podem comprometer o rumo da investigação.

Ao debruçar sobre o fenómeno do arquivamento dos processos, é verificável que nem sempre as expectativas do assistente são concretizadas, isto é, nem sempre o JIC pode aceitar o requerimento de abertura de instrução tal qual ele é apresentado. Pois de todos os requerimentos apresentados pelo assistente (analisados), a sua maioria foram rejeitados pelo JIC por serem legalmente inadmissível. Por outro lado pude compreender que o acto de arquivamento reflecte, na maior parte dos casos, o facto de não se terem reunido indícios suficientes da prática do crime denunciado. E, na maior parte dos casos, porque a prova testemunhal é contraditória, quando é a única disponível.

O contacto com esta magistratura fez-me conhecer um pouco mais do processo penal através do acompanhamento feito à triagem na secção central, e que me permitiu perceber os pressupostos da aplicação da SPP no âmbito dos crimes rodoviários. Nestes últimos apreendi, por um lado, que a reincidência neste tipo de crimes é muito elevada designadamente no crime de condução com álcool, e por outro lado, que seria relevante criar uma linha de comunicação entre MP e OPC no sentido de fazer-lhes chegar as sentenças decididas neste tipo de crimes.

Não obstante, posso afirmar que o acompanhamento dos processos foi enriquecedor, pois permitiu analisar o valor dos depoimentos, quer do arguido quer das testemunhas no âmbito do crime de violência doméstica, bem como a particularidade inerente à protecção da vítima quando é inquirida em julgamento, designadamente no afastamento do agressor enquanto ela depõe.

De mencionar que as entrevistas realizadas, tanto à Sr.^a Procuradora da República, a Dr.^a Ana Margarida Santos, como à Subcomissária da PSP, Andreia Gonçalves, foram importantes porque enriqueceram o desenvolvimento dos temas a elas associados através das questões colocadas. Da entrevista à Sr.^a Procuradora conseguiu-se perceber melhor o mecanismo do acto de arquivamento

designadamente o facto de nem sempre se conseguir, através da investigação, prova suficiente para acusar, (ainda que existam indícios fortes da prática do crime). Da entrevista à Subcomissária compreendeu-se que não obstante o trabalho realizado pelas Polícias na prevenção dos crimes rodoviários a sua incidência é cada vez maior, considerando também o número de processos que são julgados sumariamente nesta comarca.

O estágio também se mostrou relevante porque proporcionou a frequência de uma acção de formação realizada no CEJ a convite do Sindicato dos Magistrados do MP onde foi possível identificar a necessidade de intervenção desta magistratura junto da sociedade.

Ao longo do estágio foi-se adensando o cansaço e alguns contratempos, e percebi que errar faz parte de ser Pessoa e é sempre um modo de aprender e de crescer, tal como referiu Franck Wilczek- “ *Se não comete erros, não está a trabalhar com problemas suficientemente difíceis e isso é um grande erro*”⁷⁷.

Tendo presente que ficou ainda por explorar algumas questões como a diferença entre a prática do juiz e a prática do Procurador, é de salientar que o estágio correspondeu a uma experiência rica de conhecimentos do ponto de vista pessoal e profissional.

Por fim, no presente relatório pretendeu-se demonstrar a actividade prática dos serviços do MP, a tramitação processual, a relação entre estes e os OPC, o conhecimento de determinados crimes em específico.

Concluo pela consideração de que a presente Magistratura vai continuar a servir os interesses dos direitos dos cidadãos acompanhando a evolução das próprias reformas judiciais vislumbrando a longo prazo os benefícios por elas implementadas.

⁷⁷ (Franck wilczek)

Bibliografia

Albuquerque, Paulo Pinto de, Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. 2ª edição. Universidade Católica. 2010

Andrade, Manuel Costa “A vítima e o problema criminal”, Dissertação para o exame do curso de pós graduação em Ciências Jurídico-Criminais da Faculdade de Direito de Coimbra. Separata do volume XXI do Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra. 1980.

Beleza Teresa Pizarro, Apontamentos de Direito Processual Penal, II Vol., AAFDL, 1993.

Cluny, António, “Pensar o M.P hoje”, Cadernos da RMP, 8. Edições Cosmos.1997.

Costa, José de Faria, Artigos 202.º a 307.º (Definições legais). In Comentário Conimbricense do Código Penal Especial, Tomo II. Coimbra. Coimbra Editora, 1999. Vol.2.

Cunha, Damião da, O Ministério Público e os OPC- No Novo Código de Processo Penal, Estudos e Monografias, Porto- 1993

Gomes, Vera- Violência doméstica. O Setubalense. Nº 113. (24 Novembro 2014) 12 e 13.

Hoffmann, M.H e Legal, E.J. (2003), Sonolência, Estresse, Depressão e Acidentes de Trânsito. In Hoffmann, M.H, Cruz, R.M. e Alchieri, J.C. (Orgs.) Comportamento Humano no Trânsito, São Paulo, Casa do Psicólogo.

Juízes do Tribunal da Relação de Lisboa, 2013, nº 3/13.5PFCLD.P1-3 de 11/09/2013, Maria da Graça M. P. dos Santos Silva e Ana Paula Grandvaux Barbosa

Matos, Ricardo Bragança de, “ Dos maus tratos a cônjuge à violência doméstica: um passo à frente na tutela da vítima?”, RMP,Nº107, 2006.

Mendes, Paulo de Sousa, “ As Proibições de Prova no Processo Penal”, Jornadas de Direito Penal e Direitos Fundamentais, coordenação científica de Maria Fernanda Palma, Coimbra, Almedina, 2004.

Miranda, Jorge, e Medeiros, Rui, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra Editora, 2005.

Molina, António Garcia-Pablos de, Tratado de Criminologia, Edição Tirant lo Blanc, 2003.

Moura, José Souto de, “ Sobre Justiça e sobre o Ministério Público”- www.stj/ficheiros/estudos/justicaeminpub-soutomoura.pdf, Estudos do STJ. 2012.

Narciso, Francisco, “Papéis pintados com tinta?” A aplicação da SPP pelos magistrados do M.P, RMP nº 123, ano 31 de Julho-Setembro, 2010.

Nascimento, Luís Noronha, "Ministério ou Mistério?", “O Exercício da Acção Penal e o Sistema Judicial Português", Conferência 2011-04-14.

Pereira, Rui “O Domínio do Inquérito pelo Ministério Público”, Jornadas de Direito Penal e Direitos Fundamentais, coordenação científica de Maria Fernanda Palma, Coimbra, Almedina, 2004.

Pinto, Frederico Lacerda Costa, “Segredo de Justiça e acesso ao processo” Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, coordenação científica de Maria Fernanda Palma, Coimbra, Almedina, 2004.

Reis, Albertos dos, Organização Judicial, Coimbra, 1905.

Ribas, Carlos, A Credibilidade do Testemunho: A Verdade e a Mentira nos Tribunais, 2011. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal.

Rodrigues, Anabela Miranda, A Determinação da Medida da Pena Privativa de Liberdade, Coimbra Editora. 1995.

Rodrigues, Cunha, Lugares do Direito, Coimbra Editora, 1999.

Silva, Germano Marques da, Curso de Processo Penal III, 3ª Edição, Lisboa Editorial Verbo, 2009. Vol. III.

- **Silva, Germano Marques da**, Crimes Rodoviários/ Pena acessória e medidas de segurança, Universidade Católica Editora, 1996.

- **Silva, Germano Marques da**, *Comentário ao art.º 32º da CRP*, coordenação Jorge Miranda e Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra Editora, 2005.

Sousa, António Francisco de, “Entrada e busca domiciliárias no Direito Policial”, Revista do Ministério Público 125 Janeiro: Março 2011.

Wilczek, Franck. Citações de autores. Citador. [Online] [Citação: 31/03/15] <http://www.pensador.uol.com.br/frases-de-reflexão/>.

Sites consultados:

www.ine.pt

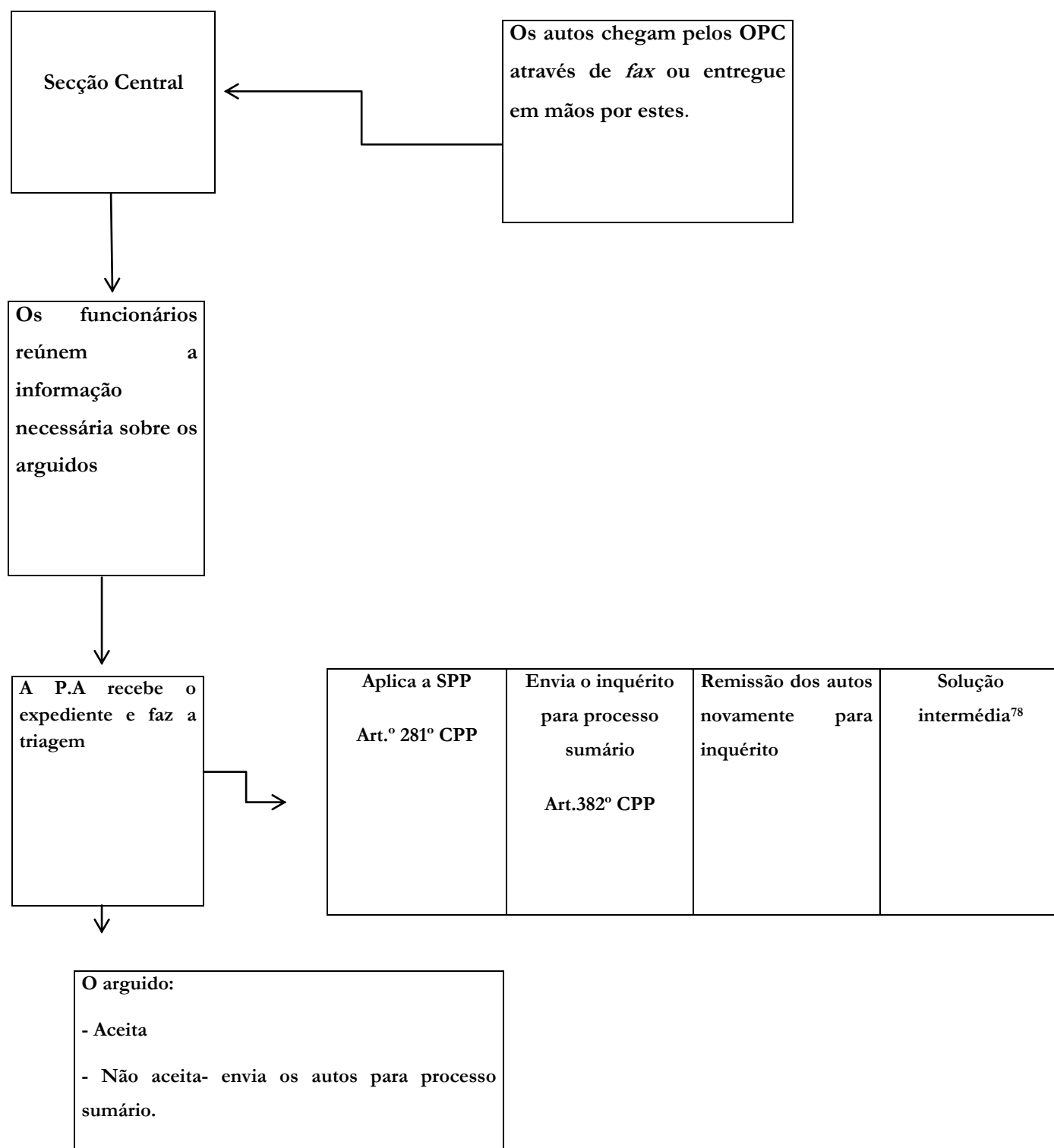
www.jn.pt

www.cm-palmela.pt

<http://www.pensador.uol.com.br/frases-de-reflexão>

Anexos

Anexo I- Esquema da tramitação processual dos inquéritos recebidos na secção central.



⁷⁸O processo fica pendente para a realização de diligências.

Anexo II- Case Studies

A presente tabela respeita a casos concretos reais que acompanhei ao longo do decorrer do estágio e tem como objectivo principal enriquecer a informação prestada quanto ao tema da tramitação processual dos inquéritos mormente os crimes rodoviários.

Tabela I- Processos sumários referentes a crimes rodoviários

DATA	NUIPC	Forma do Processo	Tipo de Crime	Alegações do MP	Pena aplicada pelo Juiz	Observações
14/10/14	334/14.7GGSTB	Sumário	Art.3º D.L3Janeiro de 2/98	Pena não privativa da liberdade- pena de multa a fixar nos termos legais.	Pena principal- pena de multa de 250€.	
14/10/14	1365/14.2PBSTB	Sumário	Art.292º, 69º/1 a) CP Art.170ºC.E	Pena privativa da liberdade ⁷⁹ a cumprir em regime por dias livres num limite mínimo nos termos da lei. Pena acessória- inibição de conduzir no período de pelo menos 12 meses.	Pena principal- Pena de prisão efectiva para ser cumprida aos f-d-s com substituição de trabalho comunitário. Pena acessória- Proibição de conduzir por um período de 1 ano e 2 meses.	2,46 g/l de alcoolemia
14/10/14	349/14.5PFSTB	Sumário	Art.292º, 69º/1 a) CP	Pena não privativa da liberdade- pena de multa pelos limites mínimos. Pena acessória- nos limites mínimos legais.	Pena principal- Pena de multa de 350€. Pena acessória- Proibição de conduzir num período de 4 meses.	1,67g/l de alcoolemia

⁷⁹ O arguido não logrou uma pena não privativa da liberdade porque o mesmo já tinha sido condenado por pena suspensa por duas vezes pela prática do mesmo crime, assim como, já tinha esgotado todas as medidas de prevenção geral e especial na medida em que já beneficiara de uma SPP foi lhe aplicada uma pena de prisão efectiva.

14/10/14	343/14.6PFSTB ⁸⁰	Sumário	Art.292º, 69º/1 a) CP Art.170ºC.E	Pena não privativa da liberdade- Pena de multa a ultrapassar os limites médios. Pena acessória - nos limites médios legais.	Pena Principal- Pena de multa de 100dias a 6€ perfaz 600€. Pena acessória- Proibição de conduzir num período de 7 meses.	1,47 g/l de alcoolemia
07/10/14	88/14.7PFSTB	Sumário	Art.292º, 69º/1 a) CP Art.170ºC.E	Pena não privativa da liberdade- pena de multa pelos limites mínimos. Pena acessória- nos limites mínimos legais	Pena Principal- Pena de multa de 110dias a 5.50€ perfaz 605€. Pena acessória- Proibição de conduzir num período de 3 meses e 15 dias.	1,40g/l de alcoolemia
21/10/13	28/13.OGGSTB	Sumário	Art.3º D.L3Janeiro de 2/98	Pena não privativa da liberdade- pena de multa pelos limites médios. Pedido de indemnização civil de 180€. ⁸¹	Pena Principal- Pena de multa concreta de 129 dias à taxa diária de 6€ o que perfaz 774€.	
21/10/13	86/13.8PFSTB	Sumário	Art.292º, 69º/1 a) CP Art.170ºC.E	Pena concreta de pena de prisão tendo por base os termos da lei.	Pena principal- Pena de prisão efectiva em regime de dias livres. Pena acessória- Proibição de conduzir por um período de 9 meses.	2,46 g/l de alcoolemia
30/10/14	326/09.8GFSTB	Sumário	Art.3º D.L3Janeiro de 2/98	Pena não privativa da liberdade- pena de multa pelos limites mínimos.	Pena Principal- Pena de multa de 90 dias a 6€ o que perfaz 540€.	1,39g/l de alcoolemia

⁸⁰ O julgamento realizou-se sem a presença do arguido e foi regularmente representado pela defensora.

⁸¹ Pena de pedido de indemnização civil a pagar ao comando da Guarda de Setúbal.

Anexo III

Tabela II- Levantamento de dados sobre o estudo dos arquivamentos

No presente estudo quis, primeiro, perceber quais as principais razões que levavam os magistrados a arquivar os autos de notícia susceptíveis de investigação, e segundo, se da parte do assistente houve alguma iniciativa processual. Na consulta dos processos foi tida em conta os seguintes pontos de análise: o tipo de crime objecto de arquivamento, a participação do ofendido e do assistente no processo e a razão do arquivamento.

Tipo de crime	Quantidade	Razão de arquivamento	Participação do Ofendido/Assistente
Outros ⁸²	7	Art.277 ° nº1	Não houve participação.
Crime contra a propriedade ⁸³	13	Art.277° nº 2	Cumpriu-se o nº3 do 277° do CPP. Não houve participação. Apenas em 13 processos, dois ofendidos se constituíram como assistentes.
Crimes de perigo comum Incêndio	1	Art.277° nº 2	Não houve participação.
Tráfico de estupefacientes ⁸⁴	3	Art.277° nº 2	Não houve participação
Contrafacção de moeda	1	Art.277° nº 2	Não houve participação.
Violência doméstica	3	Art.277° nº 2	Não houve participação.
Crimes contra a autodeterminação sexual	4	Art.277° nº 2	Houve desistência da queixa
Homicídio por negligência	2	Art.277 ° nº1	Apenas houve a constituição de assistente de uma pessoa (esposa do falecido).
Crime de detenção de arma proibida	2	Art.277 ° nº1	Não houve participação
Jogo fraudulento	1	Art.277 ° nº1	Não houve participação
Infanticídio	1	Art.277° nº 2	Não houve participação

Estes dados foram retirados de uma amostra de 40 processos

⁸² Refere-se a averiguações de causa de morte.

⁸³ Engloba-se neste grupo apenas o crime de furto previsto no artigo 203.º e o crime de roubo previsto no artigo 210.º, ambos do CP.

⁸⁴ Todos os crimes referenciados constam no CP, assim como a legislação avulsa relativa ao consumo e tráfico de estupefacientes do DL nº 15/ 93 de 22 de Janeiro.

Anexo IV- Tabela com os registos dos requerimentos de abertura de instrução

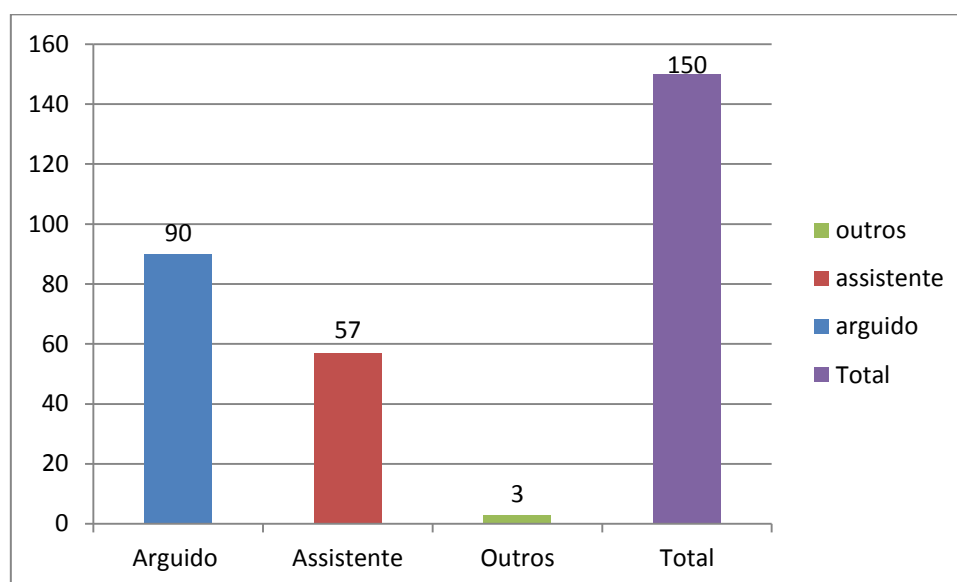
Tabela III – Dados estatísticos dos Relatórios Anuais- Movimento Processual-Fase de Instrução

Ano	Movimentados					Findos					Pendentes p/o ano seguinte		
	Vindos do ano anterior		Entrados			Pronúncia		Não Pronúncia		Outros motivos	Total Findos	Instrução requerida pelo arguido	Instrução requerida pelo assistente
	Instrução requerida pelo arguido	Instrução requerida pelo assistente	Instrução requerida pelo arguido	Instrução requerida pelo assistente	Total	Instrução requerida pelo arguido	Instrução requerida pelo assistente	Total	Total				
2009	— ¹	77	39	18	134	18	7	25	13	12	25	23	73
2010	43	29	67	28	167	34	2	36	12	8	20	59	115
2011	37	14	62	45	158	42	2	44	17	6	23	54	121
2012	30	7	73	31	141	34	0	34	15	5	20	47	101
2013	34	6	83	32	155	51	0	51	6	0	6	46	103

¹ Não existem registos disponíveis.² Não existem registos disponíveis relativamente aos processos pendentes na fase de instrução para o ano seguinte.

Anexo V – Gráficos referentes aos requerimentos de abertura de instrução

A fim de compreender quem requeria a abertura de instrução e quais os fundamentos assim como a decisão proferida pelo JIC- elaborei dois gráficos evidenciando o volume de requerimentos pedidos através destes dados e com os respectivos intervenientes⁸⁵. Sendo que no primeiro constam os valores relativos à abertura de instrução, e no segundo, constam os dados discriminados no âmbito da decisão do JIC face aos respectivos requerimentos. A amostra possível foi de 150 processos.⁸⁶

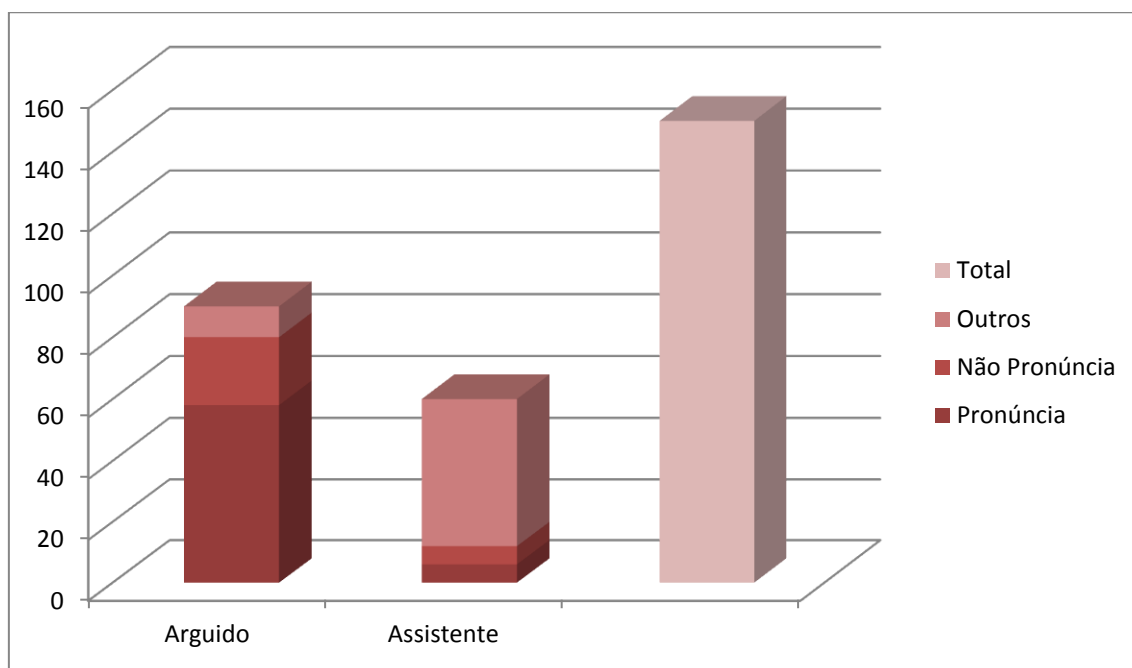
Gráfico I- Requerimento de abertura de instrução segundo valores por sujeitos

Outros- Outros que intervieram sem legitimidade processual

⁸⁵- Assistente, arguido e M.P

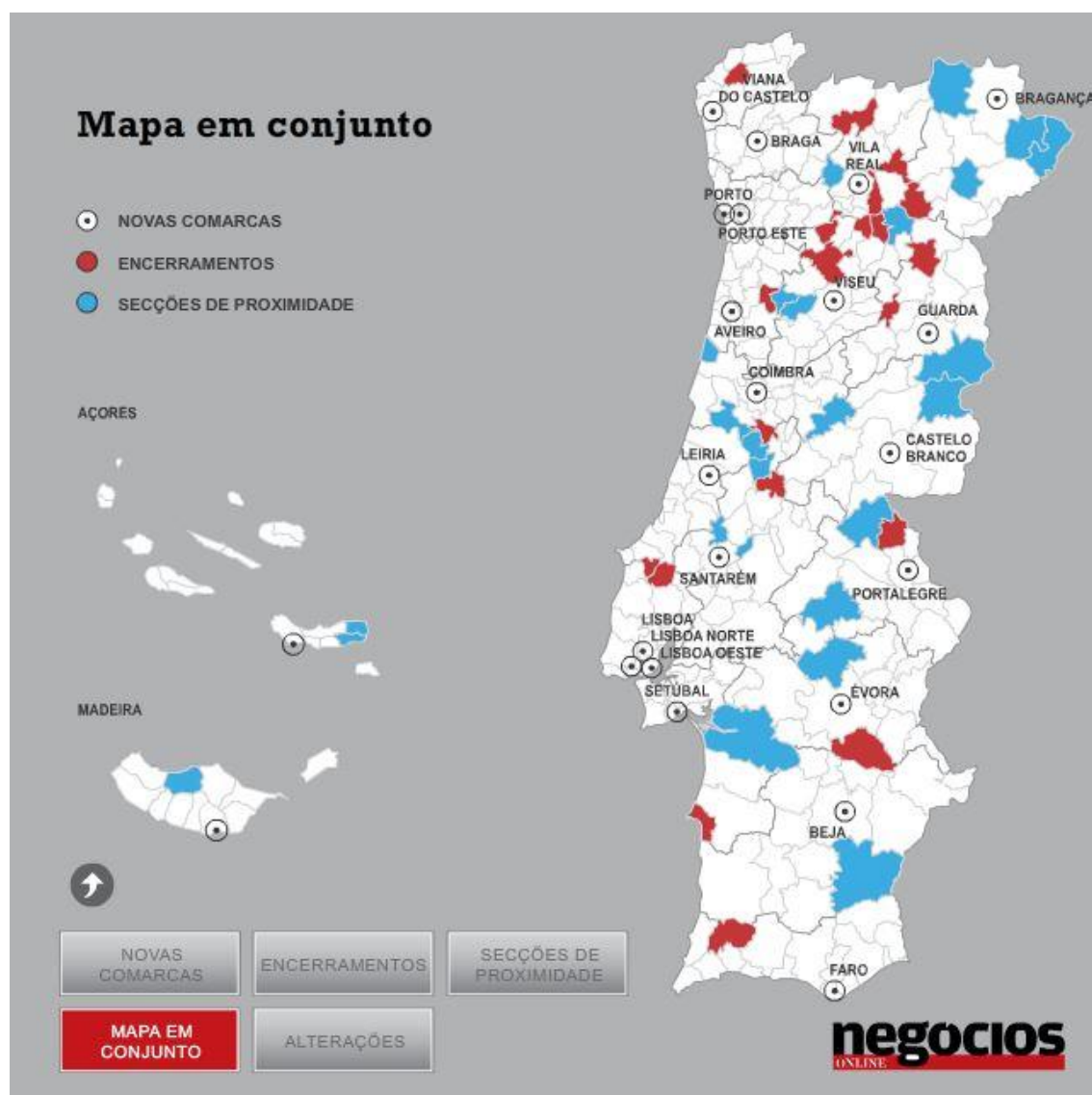
⁸⁶ A amostra possível foi de 150 processos na medida em que do ponto de vista de logística não me foi possível aceder à sala dos arquivos exclusivamente por ordem do Conselho de Administração do Tribunal e relacionada com questões de segurança.

Gráfico II- Requerimento de abertura de instrução segundo valores no âmbito da Pronúncia, Não Pronúncia e Outros motivos.



Outros- Inadmissibilidade legal da Instrução

Anexo VI- Mapa da Reforma Judiciária



Fonte- Jornal de Negócios online

Anexo VII- Guião da entrevista

**Entrevista à Sra. Procuradora da República (Coordenadora do DIAP) Dr.^a.
Ana Margarida Santos**

- Que função a Coordenadora (figura criada pela nova Reforma) vem a exercer nesta comarca?
- Dos dados que retirei, objecto da análise aos processos arquivados, constatei que poucos foram os ofendidos que se vieram a constituir como assistentes. Como explica este fenómeno?
- Quais são os argumentos invocados pelo assistente no recurso à intervenção hierárquica prevista no art.º 278º CPP?
- No âmbito desse recursos se as decisões proferidas são favoráveis ao assistente?
- Que situações e problemas é que podem estar por detrás do acto de arquivamento?
- Quais os principais factores de impedimento de dedução de um despacho de acusação?
- Na relação com os OPC que problemas é que podem suscitar na investigação dos crimes?